



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

GIDELMO SANTOS DE JESUS

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA
NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

**AMARGOSA-BA
2019**

GIDELMO SANTOS DE JESUS

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA
NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Silvana Lúcia da Silva Lima

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Kássia Aguiar Norberto Rios

AMARGOSA-BA
2019

J58e Jesus, Gidelmo Santos de

A educação do campo e a luta pela reforma agrária no Alto Sertão sergipano/
Gidelmo Santos de Jesus; orientador, Silvana Lúcia da Silva Lima; coorientador,
Kássia Aguiar Norberto Rios.-- 2019.

36f.: il; 28cm

Texto em português com resumo em espanhol
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia, Amargosa, 2019
Bibliografia: p.164-165

1. Educação do Campo. 2. Movimentos sociais - Sergipe. 3. Reforma agrária.
I.Lima, Silvana Lúcia da Silva. II.Rios, Kássia Aguiar Norberto. III. Título.

CDD: Ed. 21 -- 370.19346

GIDELMO SANTOS DE JESUS

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA
NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Dissertação apresentada à banca examinadora para fins de titulação do Mestrado Profissional em Educação do Campo do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB/Centro de Formação de Professores – CFP, como requisito parcial para conclusão do curso.

Poço Redondo/SE, 29 de novembro de 2019.

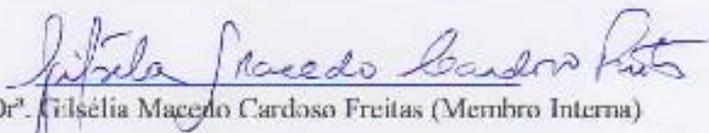
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Silvana Lúcia da Silva-Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Prof^ª. Dr^ª. Kássia Aguiar Norberto Rios (Co-orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Prof^ª. Dr^ª. Gilsélia Macedo Cardoso Freitas (Membro Interna)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (Membro Externa)
Universidade Federal de Sergipe- UFS

DEDICATÓRIA

A vida nos proporciona marcas que ficam gravadas em nossa memória e em nossa história difíceis de serem apagadas. Por isso, dedico esse trabalho a três pessoas que fizeram parte da minha vida escolar e acadêmica, más que nesse ano de 2019, no auge desta pesquisa, partiram de forma repentina e ainda tão jovens:

*“A **Carleane (Lete)** “in memória”, prima, que por ser um pouco mais velha me tomou pela mão e me levou a escola de primeiras letras (educação infantil), esse fato do meu inconsciente se faz evidente desde o momento de sua partida, por isso te dedico este trabalho”.*



*“A companheira de luta, de magistério e de militância **Edivânia Guilherme** “in memória”, grande militante do Setor de Educação do MST/SE, no qual estivemos juntos por mais de duas décadas e que gastou a sua vida e compromisso a lutar por uma educação do campo de qualidade”*



*“A **Renilson Pinheiro** “in memória”, companheiro, colega e amigo, que no decorrer do Ensino Médio, da Licenciatura em História e na Especialização em Residência Agrária, más também na militância do MST/SE, compartilhamos ideias, sofrimentos e alegrias”*



AGRADECIMENTOS

Esta fase da minha vida é muito especial e de grandes desafios, por isso agradeço sobretudo e sobre todos a Deus pelo dom da vida, pela força, ânimo e coragem para alcançar mais uma meta. A Ele eu devo tudo que sou e que tenho.

A **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB** – instituição de grande importância na luta por Educação do Campo no Nordeste, por se somar as nossas lutas e garantir sonhos possíveis, a esta instituição em nome do **Professor Dr. Fábio Josué**, a nossa imensa gratidão.

A **Professora Doutora Silvana Lúcia da Silva Lima**, grande professora, militante e minha orientadora. Agradeço pela confiança e dedicação e por tornar exequível este trabalho, bem como, por exigir de mim muito mais do que eu imaginava ser capaz. Manifesto aqui minha gratidão por compartilhar seus conhecimentos, o seu tempo e sua experiência.

A todos/as educadores/as do programa dos quais tivemos o privilégio de compreender as teorias necessárias no processo de luta em que estamos e que sem eles não seria possível ter chegado até aqui.

Aos colegas da Turma Luta, Resistência e Liberdade, sobretudo ao grupo ESMASE pela parceria que fizemos o que nos proporcionou compartilharmos dificuldades, angústias, aprendizados e alegrias.

Aos colegas da turma 5 – em especial ao amigo **Odair Ledo Neves**, amigo para a vida – os quais convivemos em alguns períodos quando cursei componentes enquanto aluno especial na referida turma, onde a convivência e troca de ideias foram fundamentais para o meu ingresso como aluno regular.

Aos Amigos e familiares rendo minha gratidão. Hoje sou quem sou porque não estive só nesta caminhada. Vocês foram meu apoio, minha fortaleza.

Aos meus amores: **Tatiane** minha esposa, **Laura Sofia** e **Emanuel Thiego**, meus filhos, que são a luz da minha vida, minha eterna gratidão.

Aos membros da banca, a **Profª. Dra. Gilsélia** (UFRB), a **Profª. Dra. Sônia Meire** (UFS) e a **Profª. Dra. Kássia** que dedicaram tempo para ler, avaliar e contribuir nos métodos da pesquisa, obrigado pelo empenho, colaboração e confiança.

A todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a acreditar em mim, a essas pessoas meu agradecimento, porque sem elas não teria sido possível chegar até aqui.

Meu muito obrigado a dotas/os

*Ainda que mutilem os nossos sonhos,
amedrontem as nossas gerações,
triturem os nossos corpos,
não vamos calar a nossa voz
não vamos imobilizar os nossos corpos,
não vamos deixar que imobilizem
a nossa utopia.*

*Estamos em luta;
por uma estrada,
uma escola,
uma vida digna,
uma sociedade igualitária,
uma revolução!*
*Marielle está presente, pois a gente até sente
o pulsar do seu coração.*

Diva Lopes

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

RESUMO

Esse estudo intitulado “**A Educação do Campo e a Luta Pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano**” é fruto originário do envolvimento do autor na luta do Movimento Sem Terra. Adotou como processo metodológico a pesquisa militante e colaborativa por esse envolvimento com as lutas em questão. Para isso, buscou nas fontes e nos processos investigativos, compreender a Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano na construção de um projeto de Reforma Agrária Popular que vem sendo protagonizada pelos movimentos sociais. O presente trabalho é resultado dos procedimentos investigativos acerca das principais lutas dos Movimentos Sociais para a construção de um processo de Reforma Agrária que busca por meio da Educação do Campo concretizar esta realização na estrutura histórica, política e social desta região. A pesquisa tem por objetivo Abordar a Educação do Campo como um processo fundamental da luta dos movimentos sociais no contexto da construção da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano. A base deste estudo se deu por meio de contribuições teóricas de alguns autores que trata da temática, além da realização de diagnóstico investigativo com egressos dos cursos, lideranças dos Movimentos Sociais, militantes e estudantes. Isto possibilitou uma maior compreensão da relação entre Educação do Campo e a construção da Reforma Agrária, pela inserção dos profissionais formados na proposta da educação do campo e a atuação destes nas comunidades que compõem o campo da educação do campo na região, ou seja, os assentamentos, comunidades de pequenos agricultores, entre outras. Mas também no envolvimento destes profissionais e militantes na construção direta ou indireta e na realização diagnóstica, por meio do principal produto que foi a realização do seminário com o mesmo título da pesquisa, o qual originou diversos outros processos de luta nesta construção. Diante disto, foi possível desenvolver inúmeras ações fazendo com que enriquecesse ainda mais esta pesquisa trazendo desafios que não se encerra aqui, mas que propõe novos rumos para a luta por educação do campo para a realização da Reforma Agrária Popular.

Palavras Chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Reforma Agrária; Questão Agrária; Luta.

EL EDUCAÇÃO DE CAMPO Y LA LUCHA CONTRA LA REFORMA AGRÍCOLA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

RESUMEN

Este estudio titulado “Educación rural y la lucha por la Reforma Agraria en el Alto Sertão Sergipano” es el resultado de la participación del autor en la lucha del Movimiento Sin Tierra, que adoptó como proceso metodológico la investigación militante y colaborativa para esta participación en las luchas en pregunta. Para ello, buscó en las fuentes y procesos de investigación, entender la Educación Rural en Alto Sertão Sergipano en la construcción de un proyecto de Reforma Agraria Popular que ha sido llevado a cabo por los movimientos sociales. El presente trabajo es el resultado de procedimientos de investigación sobre las principales luchas de los movimientos sociales para la construcción de un proceso de Reforma Agraria que busca a través de la educación rural realizar este logro en la estructura histórica, política y social de esta región. La investigación apunta a Enfocar la educación rural como un proceso fundamental de la lucha de los movimientos sociales en el contexto de la construcción de la Reforma Agraria en Alto Sertão Sergipano. La base de este estudio fue a través de las contribuciones teóricas de algunos autores que abordan el tema, además de realizar un diagnóstico de investigación con graduados de los cursos, líderes de los movimientos sociales, militantes y estudiantes. Esto permitió una mayor comprensión de la relación entre la educación rural y la construcción de la reforma agraria, al insertar a los profesionales capacitados en la propuesta de educación rural y su desempeño en las comunidades que conforman el campo de la educación rural en la región, es decir, el asentamientos, comunidades de pequeños productores, entre otros. Pero también en la participación de estos profesionales y militantes en la construcción directa o indirecta y la realización del diagnóstico, a través del producto principal que fue la realización del seminario con el mismo título de investigación, que originó varios otros procesos de lucha en esta construcción. Ante esto, fue posible desarrollar numerosas acciones que hicieron que esta investigación fuera aún más enriquecedora, trayendo desafíos que no terminan aquí, pero que propone nuevas direcciones para la lucha por la educación del campo para llevar a cabo la Reforma Agraria Popular.

Palabras clave: Educación rural; Movimientos sociales; Reforma agraria; Pregunta Agraria; Pelea.

LISTA DE FIGURAS

Figura Nº 01: Assentamentos e territórios quilombolas no Alto Sertão	46
Figura Nº 02: Feira da Agricultura Familiar que acontece às quartas-feiras na sede do município de Nossa Senhora da Glória com produtos dos diversos assentamentos e comunidades de pequenos agricultores do município.	48
Figura Nº 03: Destaque para a venda de milho no período junino na Feira da Agricultura Familiar de Nossa Senhora da Glória	49
Figura Nº04: Prática de revolvimento da compostagem na visita de troca de experiência com os estudantes do curso de agronomia da UFS/Sertão na UPC em 19/02/2019	50
Figura Nº 05: Visita dos estudantes do Curso de Geografia da UFPE em 05/07/19	51
Figura Nº 06: Exposição da UPC aos estudantes do curso de geografia da UFS em 19/07/19	51
Figura Nº 07: coleta de sementes da caatinga por militantes do MPA	51
Figura Nº 08: Território de Identidade Alto Sertão Sergipano	62
Figura Nº 09: Marcha de ocupação da Fazenda Cuiabá, saindo das margens do Rios São Francisco (Alojamento da CHESF) até a sede da fazenda no Município de Canindé de São Francisco abril de 1996	71
Figura Nº 10: Marcha pela UFS no Sertão em 2011	75
Figura Nº 11: A. Alunos da Educação de Jovens e Adultos na Escola Rural Zumbi dos Palmares no Acampamento Alto Bonito no Município de Poço Redondo/SE. B. Educador de EJA, dando aula no período noturno em barraca de lona	77
Figura Nº 12: Solenidade de Conclusão da I Turma de Magistério de Sergipe MST/UFS/PRONERA – 2003	91
Figura Nº 13: Colação de grau da Turma Luiz Alberto de Pedagogia da Terra em 11 de janeiro de 2011 na UFS	93
Figura Nº 14: Turma do Projovem Campo Saberes da Terra (Primeira Demanda 2009/2011) da Escola Municipal Zumbi dos Palmares no P. A. Jacaré Curitiba, Poço Redondo/SE: A – Atividade prática em canteiro produtivo do Sistema PAIS no P. A. Nova Canadá, Canindé de São Francisco/SE; B – Atividades em sala de aula; C – Apresentação de Pesquisa de Campo pela educanda; D – Visita técnica ao laticínio União no P. A. Barra da Onça, Poço Redondo/SE	107
Figura Nº 15: Fachada de Entrada do Campus UFS/Sertão	112

Figura Nº 16: Jardinagem no pátio interno do campus	113
Figura Nº 17: Containers que funcionam como sala de aulas	113
Figura Nº 18: Área de Convivência interna do Campus UFS/Sertão	113
Figura Nº 19: Cartaz de divulgação do I Seminário Temático A Educação do Campo e a Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano	119
Figura 20: Painel de composição do Seminário	120
Figura Nº 21: Roda de Conversa de abertura do seminário	122
Figura Nº 22: Parte da mística do segundo dia do seminário	125
Figura Nº 23: Plenária do I Seminário de Educação e Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano	126
Figura Nº 24: Parte da simbologia que compôs a mística da Formação de professores	131
Figura Nº 25: Plenária da Formação de Professores em 18/02/19	132
Figura Nº 26: Exposição do Tema – Educação do Campo: histórico, objetivos e princípios	133
Figura Nº 27: Dimensões da Agroecologia apresentadas na formação de educadoras/es em 20/02/19	137
Figura Nº 28: Cartaz/Convite e programação da Tarde de Formação do Coletivo de Educadoras e Educadores Populares do Alto Sertão Sergipano	141
Figura Nº 29: Realização da Tarde de Formação do Coletivo de Educadoras e Educadores Populares do Alto Sertão Sergipano	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Breve descrição do perfil dos participantes da pesquisa	28
Tabela 02: Maiores propriedades do Alto Sertão Sergipano – 1990.....	63
Tabela 03: Formados da Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano	100
Tabela 04: Distribuição das turmas do Projovem Campo no Alto Sertão Sergipano	108

ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAMPOS - Articulação dos Movimentos Populares ou Sindicais

ATER–Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assistência Técnica e Social

BNCC–Base Nacional Comum Curricular

CEB–Câmara de Educação Básica

CEBs–Comunidades Eclesiais de Base

CECAC – Centro de Capacitação Canudos

CEEPDJBC – Centro Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNBB–Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE–Conselho Nacional de Educação

CNPQ–Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COOPRASE – Cooperativa dos Trabalhadores Rurais do Alto Sertão Sergipano

COOPAC – Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe

CPCS - Centros Populares de Cultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE–Diretório Central dos Estudantes

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENERA–Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária

FAPESE–Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe.

GERE – Gerencia Regional de Educação

IFS – Instituto Federal de Sergipe

IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA–Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA–Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

Km – Quilômetro

LDB–Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MCP - Movimento de Cultura Popular do Recife

MEB–Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MLM – Movimento de Luta pela Moradia

MMC – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MNU – Movimento Negro Unificado

Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MSC – Movimentos Sociais do Campo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OP - Orçamento Participativo

PEC – Programa Estudante-convênio

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PNE–Plano Nacional de Educação

PROEXT–Pró-Reitoria de Extensão

PRONACAMPO–Programa Nacional de Educação do Campo

PRONERA–Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROLEC – Programa de Licenciatura em Educação do Campo

PT – Partido dos Trabalhadores

SECRA – Seminário de Educação do Campo e Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano

SE– Sergipe

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TAC – Técnico em Administração de Cooperativas

TC – Tempo Comunidade

TE – Tempo Escola

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNITUBA – União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré
Curitiba

UPC – Unidade de Produção Camponesa

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE QUADROS	
ABREVIATURAS E SIGLAS	
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - TECENDO UM DIÁLOGO INICIAL.....	31
1.1. Questão Agrária: raiz da Educação do Campo	32
1.1.1 <i>Questão Agrária: um debate conceitual.....</i>	32
1.1.2 <i>Questão agrária x questão agrícola</i>	33
1.1.3 <i>Questão agrária no Brasil</i>	35
1.1.4 <i>Atualidades da questão agrária brasileira</i>	36
1.2. Da Educação Popular a Pedagogia do Movimento Sem Terra	40
1.3. Reforma Agrária Popular: da teoria à práxis	45
CAPÍTULO II - ALTO SERTÃO SERGIPANO: <i>Lócus de uma História de Luta</i>	61
2.1 As Lutas e os Movimentos Sociais do Campo no Alto Sertão Sergipano	66
2.1.1 <i>História de luta e resistência</i>	66
2.1.2 <i>A efervescência da Luta Pela Terra no Alto Sertão Sergipano na década de 1990... 70</i>	70
2.2.3. <i>Novos campos de luta no Alto Sertão Sergipano no início do século XXI</i>	73
2.2 A Luta por Educação do Campo e contra o fechamento das escolas do campo no Alto Sertão Sergipano	77
CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO DO CAMPO: Conquistas para uma Reforma Agrária Popular	85
3.1. Conquistas da Educação do Campo: passos para a construção da Reforma Agrária Popular	86
3.1.1 <i>A Formação do Educador Popular, uma pedagogia em construção</i>	86
3.1.2 <i>Licenciaturas: novos desafios na formação do/a educador/a do campo.....</i>	92
3.1.3 <i>Escolarização para além da formação de professores</i>	94
3.1.4 <i>Os cursos formais e o avanço da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano</i>	96

3.2. Da educação Básica ao Ensino Superior: Implantando a política de educação do campo e garantindo o direito de estudar	102
3.2.1. <i>Política pública em construção no município de Canindé de São Francisco</i>	102
3.2.2. <i>Saberes da Terra: política pública no foco da juventude</i>	106
3.2.3 <i>CEEPDJBC e UFS, conquistas e lutas permanentes</i>	109
CAPÍTULO IV - A EUCAÇÃO DO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA: Das experiências a Construção de desafios de transformação no Alto Sertão Sergipano.....	116
4.1. Seminário A Educação do Campo e a Luta Pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano	118
4.2. Formação de professores	127
4.2.1. <i>Construindo o plano de formação</i>	128
4.2.2. <i>Relatando a experiência</i>	130
4.3. Formação do Coletivo de Educadoras/es Populares	139
4.3.1. <i>Tarde de Formação do Coletivo de Educadoras/es Populares do Alto Sertão Sergipano</i>	142
INTERROMPENDO PARA NÃO CONCLUIR	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
APÊNDICE	156

INTRODUÇÃO

O conhecimento adequado da realidade é indispensável para a escolha de objetivos que atendam as necessidades humanas no contexto de cada momento histórico. Por isso, conhecimento do que é a realidade e a liberdade são duas coisas que andam sempre juntas.
(Lessa e Tonet)

A Educação do Campo é “um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações” que vem propondo no campo brasileiro, novas formas de luta pela garantia do direito a educação, procurando assim manter os “interesses das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p. 257), bem como, construir novos métodos pedagógicos que vá de encontro à garantia deste direito.

Para mim¹, estudar a Educação do Campo remete a pesquisa da minha própria trajetória enquanto sujeito do campo, das lutas sociais e do processo de transformação da realidade do meio rural. Além disso, também remete ao processo formativo ao qual tenho experienciado como educando dos cursos formais, bem como, enquanto educador que me tornei, sobretudo, nas práticas educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do qual sou fruto.

O meu envolvimento com a Educação do Campo se deu a partir do ano de 2001, no curso de Formação do Educador Popular em nível Normal – Magistério, uma parceria entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o MST.

Já o contato com o MST se deu a partir de 1996, quando minha família se envolveu na ocupação do alojamento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) as margens do rio São Francisco no município de Canindé, em busca da libertação da exploração e da conquista de um pedaço de terra. Daí em diante, tudo começou a mudar em nossas vidas.

A partir de 1997, já estabilizados no acampamento Alto Bonito – atual Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba – passei a ter contato com as práticas do MST, participando de marchas, e de diversas outras formas de luta, bem como, de cursos de formação e capacitação.

¹ Uso a primeira pessoa do singular para dar ênfase a minha trajetória e o meu envolvimento com o objeto da pesquisa, embora em alguns momentos trago a terceira pessoa para destacar que é uma luta coletiva e que precisa estar claro que o meu envolvimento se dá nessa coletividade.

Mas, minha participação na militância concretizou-se a partir de 2001 com o ingresso no curso do magistério. Neste período, iniciei um trabalho de alfabetização de jovens e adultos no assentamento, como bolsista do PRONERA e passei a militar no setor de educação² do MST, bem como, no setor de formação³ fazendo parte de uma brigada de trabalho a qual atuou em diversos assentamentos e acampamentos do Estado de Sergipe, entre os anos de 2004 a 2007, visando contribuir com a organização e o desenvolvimento do MST no estado, bem como a divulgação e preparação para o V Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, no ano de 2007.

As experiências acima relatadas contribuíram para iniciar o processo de formação que permitiu concretizar meu desejo de ser professor. Em 2004 dei mais um passo, ingressei no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) através do PRONERA, na parceria INCRA/MSU⁴/UFPB, o qual foi finalizado em 2008. Ainda na Licenciatura, tive a oportunidade de lecionar a disciplina de história no Ensino Fundamental II, na época da 5ª a 8ª série e, no Ensino Médio, do Colégio Estadual Dom Juvêncio de Britto, município de Canindé de São Francisco, em Sergipe. Nos anos de 2009 e 2010 atuei como coordenador do Núcleo de Educação do Campo na Secretaria Municipal de Educação de Poço Redondo e no mesmo município no período 2010/2011 assumi a turma do Projovem Campo Saberes da Terra, atuando a partir de então também em várias outras funções no campo da Educação.

Diante dessa trajetória, tive acesso às discussões da Educação do Campo que me permitiram querer compreender melhor o processo de construção das políticas públicas de educação para as comunidades camponesas, com isso, procurei dar continuidade a minha formação buscando garantir o acesso ao conhecimento das práticas da Educação do Campo para melhor poder implantá-las em minha realidade. Na busca pela qualificação profissional, participei de dois cursos de especialização ligados à temática: Residência Agrária de 2013 a

²O setor de educação do MST, remonta ao surgimento dos primeiros acampamentos (1984), pois, daí é que surge a necessidade por escola para as crianças que iam com as famílias para os acampamentos. Assim, a partir da necessidade da garantia de escola para as crianças é que aglutinam mães e educadoras em equipes para cuidarem desta questão. Daí é que nasce o setor de educação, principalmente com as demandas de articulação de escola para os acampamentos e pela formação das professoras que assumiam o trabalho nestas escolas. Porém, o setor de educação só passa a se articular de fato a partir do “Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento, que aconteceu em julho de 1987 no Município de São Mateus, Espírito Santo” (Caldart, 2004, p.238).

³ O setor de formação se caracteriza e se define no Movimento a partir de uma concepção própria de formação adaptada as suas demandas e características, ou seja, a formação das lideranças e de seus quadros políticos, procurando garantir a concretização do objetivo maior que é de ser um movimento autônomo e independente política e ideologicamente.

⁴ Movimentos Sociais do Campo – MST e Comissão Pastoral da Terra da Paraíba (CPT/PB).

2015 na parceria entre o PRONERA e a UFS e, Educação do Campo na Faculdade São Braz. Ambos me instigaram em aprofundar o conhecimento e, sobretudo, a estudar e registrar tais práticas como uma parte específica e fundamental na construção da Reforma Agrária.

De acordo com Stedile, “Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-o a todos que a quiserem e dela usufruir” (2012, p. 657). Embora o MST, compreenda que não é apenas a democratização da terra que concretiza a Reforma Agrária, mas todo o conjunto de ações e políticas necessárias para a permanência do homem no campo parte da conquista da terra. Nesse sentido, é que as políticas de educação para a materialização da Reforma Agrária tem papel fundamental, ou seja, é também pelo processo da conquista de uma educação emancipadora dos sujeitos do campo que esta se concretiza.

Por isso, o meu engajamento e a luta por Educação do Campo me fizeram e fazem buscar novos espaços de formação. Para tanto, em 2017 ingressei no Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), ainda como aluno especial e em 2018 como aluno regular. Entendo a participação no Mestrado Profissional em Educação do Campo, como um momento de grande desafio e oportunidade de estudar e demonstrar os frutos das lutas e movimentos na Educação do Campo para a construção da Reforma Agrária. Desse modo, em conformidade com a linha de pesquisa – Linha 2: Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação – me propus a construir um diálogo entre Educação do Campo, seus conceitos e teorias, e a construção da Reforma Agrária no âmbito das lutas e dos movimentos sociais. Assim, construir uma análise dessas experiências, por meio de leituras e de práticas que configuram a Educação do Campo, seja nos cursos formais ou de formação política, bem como na inserção direta com os processos de luta nos Movimentos Sociais.

Minha trajetória de formação permitiu compreender que o campo é um lugar social que gera vida e, sobretudo, gera conhecimento. Não muito diferente das periferias do espaço urbano, é discriminado e tido como “atrasado”. Pois é espaço da inserção da luta de classe, tendo em vista que se configura como um espaço de disputa entre o capital agrário por meio do latifúndio e da expansão do agronegócio, e os trabalhadores, organizados ou não pela posse da terra e dos meios de produção. Assim se configurou a minha trajetória enquanto filho de agricultor sem-terra.

Ainda no curso Formação do Educador Popular em nível Normal – Magistério e na graduação em História senti a necessidade de demonstrar que a luta pela terra e principalmente a luta pela Reforma Agrária tem avançado nos municípios do Alto Sertão

Sergipano, porém como não foi possível aprofundar este estudo, ficando apenas no processo de luta é que nessa pesquisa estamos propondo um estudo que evidencie a Educação do Campo, como transformadora da vida do sujeito que se envolve com a luta organizada. Assim, é possível visualizar, principalmente por meio dos processos educativos que a Educação do Campo é um poderoso instrumento para realização da Reforma Agrária, pois, constrói caminhos para a democratização do conhecimento e a valorização dos sujeitos fruto desta luta.

A pesquisa teve como lócus o território do Alto Sertão Sergipano, composto por 07 municípios, marcados por lutas de importantes movimentos sociais que protagonizam a construção da Reforma Agrária, tendo a educação como um dos principais elementos desta construção.

É importante pontuar que há poucos registros das lutas acima referidas. Os movimentos sindicais, sociais e religiosos organizadores da luta não tiveram o cuidado e/ou condição em arquivar notícias e pesquisas relativas às ações desenvolvidas. Contudo existem estudos mais gerais do Estado de Sergipe em diversos trabalhos de monografia, dissertação, teses e artigos que trazem elementos fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa. Cabe deixar claro que algumas dessas lutas foram protagonizadas por diferentes coletivos que se formaram a partir da ação dos movimentos sociais, a exemplo do Coletivo de Juventude Campo e Cidade que encabeçou a luta pela implantação do Campus da UFS/Sertão.

As lutas sociais, sobretudo a luta pela terra no Brasil, bem como em Sergipe tem gerado grandes avanços significativos na construção da liberdade, seja pela emancipação do acesso a terra, seja pela garantia de recursos necessária a produção e a reprodução da vida dos sujeitos do campo que foram aprisionados por séculos pelas oligarquias rurais⁵. Liberdade aqui se expressa como elemento de luta e de conquista, como expressa Freire (2017)

A liberdade que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (p. 46).

⁵ Trata-se aqui do poder dos grandes latifundiários que herdaram dos coronéis da república velha que na época eram senhores ricos devido à suas grandes propriedades rurais e pecuaristas. Sistema este conhecido como coronelismo e que se reproduzem até os dias de hoje pelos médios e grandes fazendeiros.

Corroborando com Freire, entendo que a liberdade se processa a cada dia, nos processos de lutas e conquistas. Contudo, essas mudanças na vida dos sujeitos de direito e que acessam essa liberdade, tem ganhado significado, sobretudo por meio da construção de uma educação libertadora: a Educação do Campo. Gerando assim diferentes experiências que trazem a tona, o conhecimento dos direitos do povo excluído do campo e garante uma maior reflexão na construção de políticas públicas para o campo. Nisso o protagonismo dos movimentos sociais se evidencia como destaca Molina,

No caso da Educação do Campo, são exatamente as ações protagonizadas por esses sujeitos coletivos que têm provocado, que têm desencadeado, processos que contribuem para a promoção de mudanças na realidade e nas próprias práticas educativas. Uma das maiores riquezas da experiência histórica da construção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), por exemplo, nos últimos doze anos, é a intensa participação dos Movimentos Sociais na sua concepção, implementação; mudanças e ampliação. Essa participação dos Movimentos Sociais e de suas lutas pela igualdade explicita que a Educação do Campo não é somente um projeto educativo, uma modalidade de ensino; ela é uma perspectiva de transformação social, um horizonte de mudança nas relações sociais não só no campo, mas na sociedade brasileira, projetada pelos sujeitos coletivos de direito que a protagonizam. (MOLINA, 2010, p. 139-140).

Segundo a autora, fica claro que esse processo tem sido travado especificamente pelos movimentos sociais do campo que parte da luta pela terra e constroem novos campos de luta, entre elas a de construir políticas públicas para a Educação do Campo. Percebe-se ainda, que a evidencia dos Movimentos Sociais nesse processo vai garantindo uma disseminação da consciência do direito.

Esse movimento de mão dupla, ou seja, a luta dos trabalhadores rurais para garantir seus direitos e, entre eles, o direito à educação, ao mesmo tempo que vai formando os próprios trabalhadores e ampliando sua consciência também vai fazendo avançar a visão e a compreensão da sociedade sobre esses trabalhadores como sujeitos portadores de direitos. São essas várias lutas que vão desencadeando as mudanças no próprio imaginário da sociedade, abrindo caminho para novas transformações a serem trilhadas e consolidadas no âmbito da garantia real desses direitos, mediante a ação do Estado, da execução de Políticas Públicas. Esses processos articulados relevam a importância da luta e da manutenção do protagonismo dos Movimentos Sociais na construção da Educação do Campo, pois, conforme ressalta Azevedo, só se instituem políticas quando elas estão muito presentes no conjunto do imaginário da sociedade. (MOLINA, 2010, p. 142-143).

Contudo, as práticas de luta destes movimentos têm avanços nos processos educativos, que merecem atenção, pois ainda segundo Caldart, é no contexto dos movimentos sociais que a “educação é a única capaz de realmente pensá-la como formação humana.” (2004).

Partindo do pressuposto de que a pesquisa é um método de aprofundar o conhecimento, bem como de sistematizá-lo nos diferentes espaços pelos diferentes sujeitos sociais, traçamos uma abordagem por meio das experiências acumuladas durante os processos de lutas que os movimentos sociais têm gerado no Alto Sertão Sergipano. Diante desta abordagem esta pesquisa tem como base o materialismo histórico dialético de Karl Marx, pois compreendo que desenvolver uma pesquisa da qual me proponho, se revela através do mesmo, pois “a construção do conhecimento no materialismo histórico-dialético tem origem na prática social e destina-se a prática social” (FREITAS, 2007, p. 55).

Neste sentido, partindo de alguns conceitos trabalhados pelo próprio Marx, é que abordo o processo teórico deste estudo, por meio de outros autores que o referenciam. Para Marx, o materialismo dialético se desenvolve partindo do abstrato para o concreto e não ao contrário, apesar de ser materialista. Assim, para Tonet,

O materialismo histórico-dialético, portanto, é a superação histórica tanto do idealismo quanto do materialismo nacionalista. Ele possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social. (2008, p. 45).

É assim que se dá esta pesquisa, ou seja, abordar o tema em questão, para superar o idealismo construído através das práticas de luta pela construção da Reforma Agrária e, sobretudo, pela concretização da Educação do Campo na região do Alto Sertão Sergipano. Além disso, nos próprios escritos de Marx e Engels, pode-se entender que para compreender a realidade é preciso ir para a prática, pois “para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das ideias”. (TONET, in. Marx e Engels, 2009, p. 12).

Cabe deixar claro também que compreender a pesquisa dialética é perceber a dinâmica “que essa materialidade movimenta-se por ser contraditória” (FREITAS, 2007, p.54) e não se limita ao que dar certo, mas ao processo em que é construída vai se reconstruindo, conforme assevera Freitas:

A pesquisa dialética é mais fácil de ser vista em ação e não na estática das páginas dos relatórios de apresentação de pesquisa onde a formalização obriga ao rompimento dos múltiplos laços existentes na realidade e, não raramente se limita ao que deu certo. A realidade é uma multiplicidade de relações em desenvolvimento que a qual o pesquisador tem que se confrontar e procurar compreender nas suas linhas mais centrais. Isso é o mais relevante. Não há um ponto certo de penetração nesta realidade, nem um ponto de chegada pré-definido. (FREITAS, 2007, p.47)

Ainda conforme escritos do autor, é preciso deixar de lado na pesquisa dialética o sentido da palavra “método” para garantir a dinâmica e a materialidade da pesquisa. Para isto entendo que diferente do sentido de método que nos remete ao estático, as regras fechadas, etc., esta pesquisa está proposta e “ancora-se nas contradições” (FREITAS, 2007, p. 48) do método e da estaticidade, pois o que aqui estou fazendo é demonstrar as realizações dos Movimentos Sociais para a garantia da realização da Reforma Agrária, que é dinâmica, é contraditória e só é possível analisa-la por meio do materialismo histórico-dialético. Portanto, para dar conta deste processo, deve-se levar em consideração as categorias para “reconstruir o desenvolvimento do pensamento humano” (FREITAS, 2007, p. 52). Nesse sentido, conhecer a realidade não é um processo estático, más é a partir do conhecimento e do estudo dela que buscamos meios para a sua devida transformação. É nesse sentido que me propus a conhecer a realidade da Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano no processo de Implantação da Reforma Agrária.

Para Stedile (2007) o tema da Educação do Campo é um dos desafios da pesquisa que a Via Campesina deve assumir, ou seja, de construir uma linha de política de escola e de educação para assim garantir mudanças significativas no processo da educação que garanta a democratização do saber. Nesse sentido, é preciso criar estudos e pesquisas na/para a construção de metodologias, pedagogias, e conteúdos específicos para o campo. Assim, baseando-se no que já foi construído é que conseguiremos avançar na produção de uma nova política de educação para os sujeitos do campo.

Corroborando com Arroyo (2007, p. 35) defende que,

A função da pesquisa não pode ser reduzida a conhecer melhor a realidade. Há um grande acúmulo de conhecimento sobre a realidade, porém há pouco conhecimento e pesquisa sobre como intervir politicamente na realidade, sobre como avançar na transformação social. Os movimentos sociais trazem essa dimensão política, transformadora para suas lutas pelo direito ao conhecimento, à terra, ao território e a identidade.

Assim, através do acúmulo que os movimentos sociais dispõem no Alto Sertão é que proponho esse resgate das experiências, e a partir desta pesquisa, criar meios de intervenção de tal realidade, em seus processos de construção da política de Educação do Campo através do debate direto com as escolas, com as comunidades e com os movimentos sociais. Isso se deu partindo da realização do I Seminário Temático “A Educação do Campo e a Luta Pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano”. Daí, percebermos como tais avanços nessa construção dispõem aos movimentos as dimensões por eles abordadas, sobretudo, à transformação da realidade, da Educação do Campo, do povo sertanejo e da questão agrária.

É nessa perspectiva que abordo o tema desta pesquisa, ou seja, procurando compreender até que ponto as experiências dos movimentos sociais se enquadram na discussão e implantação da política da Educação do Campo, e como elas contribuem para a construção da Reforma Agrária. Pois conforme Christófoli, “é fundamental buscar acessar pesquisas e informações que já existem, mas que não estão ao alcance dos movimentos sociais e que precisam se tornar públicas também nos momentos das luta (mas não só)” (2007, p. 107).

Além disso, esse trabalho se caracteriza nos moldes de uma pesquisa colaborativa. Em total acordo com Desgagné que define:

Em princípio, diríamos colaborativa supõe a contribuição dos professores em exercício no processo de investigação de um objeto de pesquisa, este frequentemente enquadrado por um ou mais pesquisadores universitários. Tais professores torna-se, em algum momento da pesquisa, “co-construtores” do conhecimento que está sendo produzido em relação ao objeto investigado. (COLE, 1989; COLE; KNOWLES, 1993). No plano epistemológico, isso significa que para os defensores da pesquisa colaborativa a construção de conhecimentos ligados a uma dada prática profissional deve considerar o contexto real em que ela é atualizada e os seus componentes, em termos de limites e recursos existentes em situações reais, observando em que contribuem para a sua estrutura. (2007, p. 09).

Assim é que se configura a pesquisa, pois se dá no exercício da construção de um processo de Educação do Campo por meio de práticas de luta na/para a transformação da escola, da comunidade e da educação. Segundo o autor, na pesquisa colaborativa, os educadores e educadoras das escolas se tornam co-construtores do processo, a qual neste caso, não especificamente os educadores/as, mas através da inserção de militantes sociais na construção, os quais têm sugerido e construído junto esta pesquisa, como é apresentado capítulo IV deste texto. Daí é que também se constrói práticas de luta para a construção da transformação da escola do campo por meio de ações concernente a um processo de militância que envolva os movimentos sociais e populares na luta em busca de uma educação que garanta a permanência e a reprodução do homem no campo.

Por isso, é que entendo estar seguindo também os passos de uma pesquisa militante, pois não quero apenas propor a transformação, mas me inserir na luta para transformar. E como disse BARONE, “fugir do frio positivismo”, mas se inserir em um trabalho com “critério científico e, ao mesmo tempo manter uma relação de intervenção política junto a um grupo social” (1995, p. 53), no caso aos camponeses na luta por uma educação que garanta a transformação do campo e pela construção da Reforma Agrária Popular.

Corroborando com Jaumont e Varella “a produção de conhecimentos e o desenvolvimento científico não estão dissociados dos acontecimentos societários, mas pelo contrário, são partes constituintes dos mesmos”. (2016, p. 416). Por isso, o desenvolvimento da pesquisa está ligada aos processos de luta dos movimentos sociais que nos permitem comprova-la como sendo uma pesquisa militante. Afinal, não quero apenas fazer um registro do que foi ou do que está sendo tais lutas, me insiro nela, na perspectiva da colaboração enquanto militante de tal causa para construir um processo de educação que possa de fato se classificar como Educação do Campo na luta pela Reforma Agrária.

Compreendo também que esta construção, por se dar em parceria junto aos movimentos sociais, os quais são os principais protagonistas na luta pela Educação do Campo e da reforma agrária, é que afirmo estar desenvolvendo a pesquisa militante.

Nesse sentido, militância o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com o objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que represente a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, considerando a possibilidade de dissociação entre o científico e o político, a pesquisa militante recoloca, em um patamar digno e legítimo, as investigações que envolva a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 482).

É assim que faço a abordagem desta pesquisa, procurando me desafiar em um processo de luta centrada na realização de uma Reforma Agrária Popular, onde a Educação do Campo é um dos principais elos deste processo. Além disso, os autores, ancorados em Marx, Mao Tsetung e Gramsci, deixa clara a relação que estou desenvolvendo enquanto pesquisador e a prática da realidade que estou estudando e/ou pesquisando, bem como o processo de teoria e práxis que estou problematizando nesta pesquisa, não apenas como pesquisador, más como protagonista desta luta.

Quando nos desafiamos⁶ a construir o principal produto desta pesquisa – O I Seminário Temático “A Educação do Campo e a Luta Pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano” – não tínhamos clareza das ações que poderiam ser geradas a partir daí. Porem, o mesmo, me instigou a desenvolver uma militância junto aos movimentos parceiros, a saber, o MST e o MPA, pela transformação da realidade educacional em que vivem as escolas do campo nesta região. A partir de então, assumindo os desafios propostos pelo seminário, passamos a construir um trabalho de militância junto às escolas em parceria com a Unidade de

⁶ Aqui o verbo está em terceira pessoa, pois o desafio foi assumido por mim em conjunto com a orientadora e as parcerias que foram sendo construídas para a realização do seminário.

Produção Camponesa (UPC). Portanto, de acordo com Jaumont e Varella, “a ligação com a prática e a ação quanto ao compromisso com a transformação social e com os setores populares” (2016, p. 434), é que me fazem inserir-me nesse método da pesquisa militante. Ainda corroborando com os autores,

É certo que os sujeitos que se encontram inseridos nos processos sociais estudados e estão envolvidos, no nível da ação, com os resultados da pesquisa e com as consequências históricas do referido processo social têm a oportunidade de apreender, com maior veracidade e intensidade, a complexidade das realidades e das temáticas de pesquisa, bem como de compreender os limites e as possibilidades das situações vivenciadas, as quais se encontram em constante mudança. (JAUMONT E VARELLA, 2016, p. 434).

Ao me posicionar nesse método, o faço, conforme a inserção na militância do MST a qual estou envolvido desde 2001, bem como, como militante social, e porque não dizer, militante da Educação do Campo para a transformação da realidade em que estou inserido. Compreendo também, que “a teoria se torna uma ferramenta dinâmica nas mãos dos movimentos sociais e das e dos pesquisadores”. (JAUMONT E VARELLA, 2016, p. 441). Pois ainda parafraseando os autores, entendo que o meu envolvimento enquanto pesquisador me facilita a visualização e uma abrangência maior do tema e da realidade pesquisada.

PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como elemento de construção do Seminário, desenvolvi um levantamento dos egressos dos cursos formais procurando saber como tem sido a atuação destes após a conclusão dos referidos cursos.

Além disso, realizei uma entrevista a estes egressos, principalmente dos cursos de Agronomia, Pedagogia da Terra e Licenciatura em Educação do Campo partindo do questionamento: como o curso contribuiu para o avanço da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano? Realizei ainda, entrevistas com gestores de escolas, educadores/as que se envolveram no processo educativo no início das lutas por Educação do Campo no Alto Sertão, bem como educadores/as que atuam nas escolas do campo na atualidade. No Quadro Nº 1 constam descrições breve do perfil dos entrevistados, assim como o código que foi utilizado para designar cada um dos mesmos durante a apresentação dos resultados: Código do entrevistado, Data da entrevista, Escolaridade Formação e atuação no momento da entrevista.

Tabela Nº 1 – Breve descrição do perfil dos participantes da pesquisadas.

Código	Data da Entrevista	Escolaridade Formação	Situação Atual	Atuação
Feitosa, L. S.	03/07/2018	Agronomia/ PRONERA-UFS	Desempregada	Faz trabalhos de maneira autônoma com pequenos e médios produtores.
França, M. E. S.	04/07/2018	Agronomia/ PRONERA-UFS	Desempregado	Coordenador de produção em assentamento
Silva, C. A.	03/07/2018	Agronomia/ PRONERA-UFS	Assistência técnica nos Assentamentos do Alto Sertão de Alagoas	Setor de produção do MST/AL
Jesus, J. S.	03/07/2018	Agronomia/ PRONERA-UFS	Desempregado	Não declarado
Barros, E. S.	03/07/2018	Agronomia/ PRONERA-UFS	Contratada	Educadora profissional no – CEEP DJBC
Silva, M. A.	03/07/2018	Agronomia/ PRONERA-UFS	Desempregado	Militância do MST
Silva, E. M.	05/07/2018	Pedagogia/ PRONERA-UFS	Contratada	Educadora com turma da educação infantil em Escola do Campo
Wilma Vieira da Costa	05/07/2018	Pedagogia/ PRONERA-UFS	Contratada	Educadora com turma da educação infantil em Escola do Campo – Militância do MST
Nogueira, A. P.	05/07/2018	Pedagogia/ PRONERA-UFS	Educadora efetiva	Educadora da educação infantil em escola urbana
Santos, J.	06/07/2018	Pedagogia/ PRONERA-UFS	Desempregado	Não declarado
Jesus, M. T. S.	07/07/2018	Pedagogia/ PRONERA-UFS	Contratada	Educadora em escola do campo – Militância MST
Carvalho C. J.	05/07/2018	Licenciatura em Educação do Campo-UFS	Militante Sem Terra	Coordenação do CEFAC
Santos J.	06/07/2018	Licenciatura em Educação do Campo-UFS	Concursado no Estado de Pernambuco	Trabalhando com física e matemática no ensino médio
Santos G.	16/07/2018	Licenciatura em Educação do Campo-UFS	Contratado	Educador da disciplina de Educação do Campo no município de Canindé
Rodrigues, S. S.	16/07/2018	Licenciatura em Educação do Campo-UFS	Professora Concursada	Militância do MPA
Vasconcelos, E. B.		Licenciatura em Educação do Campo-UFS	Desempregada	Militância do MPA coordenação da UPC
Pereira, Â. S.	18/07/2018	Licenciatura em Educação do Campo-UFS	Educadora Contratada	Educadora da disciplina de Educação do Campo no município de Canindé
Silva, E. M.	11/11/2018	Licenciatura em Pedagogia	Professora Efetiva	Gestora de escola do Campo
Lima, T. S.	15/11/2018	Licenciatura em Pedagogia	Professora Efetiva	Educadora de Escola do Campo
Vieira, J.	30/06/2018	Licenciatura em Letras	Auxiliar de serviços Gerais em escola do campo	Militância do MST

Fonte: Dados da entrevista.

De acordo com a análise da tabela apresentada, é possível caracterizar que grande parte dos/das entrevistados/as não tem trabalho fixo, sendo que a maioria dos agrônomos no momento estão desempregados e os/as educadores e educadoras em sua maioria trabalham em contratos temporários. Percebe-se também que em sua maioria, os entrevistados atuam nas comunidades do campo, sejam como educadores/as, gestores/as escolares, ou ainda na assistência técnica, bem como na militância dos Movimentos Sociais do Campo, como o MST e o MPA.

Estrutura da pesquisa

Para dar conta do objeto deste estudo, faço uma abordagem de conceitos fundamentais que dão conta da realidade estudada, partindo assim do próprio conceito de Educação do Campo no contexto da luta pela Reforma Agrária no lócus da pesquisa, ou seja, o Alto Sertão Sergipano. Assim, as categorias de análise desse estudo são Reforma Agrária Popular, Educação do Campo e Movimentos Sociais, bem como as imbricações que envolvem tais categorias, as quais procuro discorrer no primeiro capítulo deste trabalho.

No segundo capítulo, procuro situar o lócus da pesquisa, partindo da caracterização do Alto Sertão Sergipano com suas especificidades naturais e geográficas, bem como, trazendo um histórico da inserção da luta pela terra e os principais movimentos que se instauraram na região desde os conflitos envolvendo o cangaço nos anos de 1930; a luta das comunidades tradicionais e originária do território a partir da década de 1970; as primeiras ocupações de terra na década de 1980 e a efervescência da luta do MST a partir de 1996 com a ocupação da CHESF. Bem como, todos os processos de luta que surgiram a partir desta ocupação, desencadeando em novas frentes de organização por todo o alto sertão no início deste século (XXI), entre elas a luta por educação, em suas diferentes modalidades, ou seja, do infantil ao Ensino Superior, também das turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) como principal elemento da garantia de uma Educação Popular, associando teoria e prática, ou seja, da luta é que se forjaram os princípios e os métodos de educação na base dos movimentos sociais.

No terceiro capítulo, trago para o texto um relato das principais experiências de educação no Alto Sertão, as principais lutas pelo acesso ao direito às políticas públicas necessárias para tal construção, bem como, um relato das ações e conquistas implantadas para a garantia do direito de estudar a partir das especificidades do espaço de vida em que se insere o homem camponês, ou seja, o campo.

Por meio destas conquistas passo a produzir no quarto capítulo elementos que trazem para o debate a construção da educação do campo no Alto Sertão Sergipano, procurando através do resgate das lutas e conquistas trabalhadas nos capítulos anteriores, construir o seminário onde discutimos com os movimentos sociais o avanço e a continuidade desta luta em tempos sombrios e difíceis em que estamos vivendo. Dai a realização do I Seminário Temático “A Educação do Campo e a Luta Pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano”, que aconteceu nos dias 15 e 16 de novembro de 2018. Novos desafios surgiram por meio dos debates, o que foi proposto a construir mecanismos para a garantia do direito conquistado, pois é preciso continuar lutando em busca de novas realizações que garantam uma Educação do Campo que vise à concretização da Reforma Agrária Popular, com isso, assumindo as principais tarefas que surgiram como desafio do seminário que se materializaram em ações para a transformação da escola e da educação, seja no que tange a formação dos/as educadores/as das escolas, da formação de coletivos de pais e mães nas comunidades, ou ainda pelo embate direto com os gestores nos municípios para destravar o acesso e o desenvolvimento da Educação do Campo.

Cabe ressaltar que esta pesquisa é apenas uma construção que poderia considerar como propositiva e que talvez sirva de alerta para que a militância não desanime nos tempos difíceis em que estamos vivendo, e que a partir do que está sendo apresentado aqui, sirva de incentivo para fortalecimento da luta. Além disso, que compreendam que precisamos unir forças e por meio de um trabalho de base construir caminhos para a transformação necessária, da escola, da educação e do campo. Também é preciso ter clareza que os resultados das lutas na construção da Reforma Agrária por meio de conquistas na/da Educação do Campo, e que apesar de insuficientes, já mostram grandes avanços dos processos de lutas que se instauraram no Alto Sertão Sergipano.

CAPÍTULO I

TECENDO UM DIÁLOGO INICIAL

Quem tudo soubesse já não poderia saber, pois não indagara. O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber.
(FREIRE, 2001, p. 47)

Trago no início deste capítulo esse trecho de Paulo Freire porque é assim que me sinto, um ser em construção, pois como ele deixa claro em *Pedagogia do Oprimido*, de que somos *seres inacabados*, e por assim ser é que lanço mão de teorias que dialogam com a minha prática militante e com minha realidade enquanto sujeito de luta para a transformação da sociedade. Isso, porque acredito na força da luta do povo organizado, mas também no conhecimento, pois um povo sem conhecimento é um povo exposto às mazelas que o capitalismo as impõe. Assim, nesse primeiro capítulo procuro fincar os pés nas teorias e categorias que embasam esta pesquisa em uma análise de abordagem que mostram o caminho a seguir nas tramas dos métodos e das ações para se atingir o objeto. Portanto apresento a seguir elementos essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa enquanto produção científica, e claro, dialogando com a realidade pesquisada.

1.4. Questão Agrária: raiz da Educação do Campo

A questão agrária vem sendo discutida há muito tempo por estudiosos que questionam as formas de apropriação e uso da terra, procurando entender os conflitos gerados por esse processo, em seus diferentes aspectos, construindo assim conceitos que definem esta forma de análise. Compreendendo que a Educação do Campo nasce da luta dos sujeitos sociais por um novo projeto de educação, de campo e de sociedade faz-se necessário reafirmar a importância da discussão da questão agrária enquanto base fundante da Educação do Campo.

1.1.1 Questão Agrária: um debate conceitual

A construção teórica e política do conceito de questão agrária surgem a partir de diferentes formas de pensamento que se assemelham no que se refere à propriedade e ao uso da terra, na análise dos problemas e das consequências sociais, e os conflitos de classe estabelecidos no modo de produção capitalista. Tal análise da questão agrária é definida por Caldart como,

[...] uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra... durante muito tempo o termo foi utilizado principalmente como sinônimo dos problemas agrários existentes e, mais reduzidamente, quando, em determinada sociedade, a concentração da

propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. A origem da expressão vem dos primeiros estudiosos que, a partir do século XVIII e até o século XX analisaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista... (CALDART, 2012, p. 639).

Pode-se perceber assim que os estudiosos abordam a preocupação com o monopólio do principal meio de produção, a terra. Para Sousa e Conceição (2010), no sistema capitalista, a exploração perversa do capital sobre o trabalhador ocorre pelo controle dos meios de produção, mesmo compreendendo que toda produção é social, sua apropriação é desigual, ou seja, muitos produzem e poucos se apropriam.

No caso específico da propriedade da terra, sua apropriação não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital, pois, quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. (SOUSA E CONCEIÇÃO, 2010, p.6)

Para Ernest Mandel (1981), o capitalismo não pode sobreviver e desenvolver-se senão estiverem reunidas duas características fundamentais: o monopólio de meios de produção em proveito de uma classe de proprietários privados e a existência de uma classe separada dos meios de subsistência e de recursos que lhes permitam viver de outro modo que não pela venda da sua força de trabalho.

1.1.2. Questão agrária x questão agrícola

Neste sentido, para Conceição (2013)⁷, uma reflexão que devemos considerar como fundamental neste processo da discussão da questão agrária, sobretudo para os dias atuais é a de que a questão agrária, sendo uma área que abrange todos os aspectos relacionados à propriedade da terra, é um meio de estudo das formas de apropriação, territorialização e uso desta.

Para a autora, dois modelos de pensamentos e análise do uso da terra para a produção no campo se divergem, se direcionam para teorias diferenciadas: a do modelo voltado para a questão agrícola que referenda a produção capitalista do campo, no qual a terra é apenas um meio de produção, para explorá-la como mera mercadoria; e a outra é a teoria que valoriza a questão agrária que tem a terra como um meio de vida, pois o que interessa não é a quantidade, mais sim a qualidade da produção, evidenciando aqui, quem, como e para quem se produz, teoria dentro da qual esta autora se coloca.

⁷Reflexão com base nas notas de aula do eixo Campo e Desenvolvimento: A questão agrária no Brasil, ministrada pela professora Alexandrina Conceição do Curso de Especialização em Residência Agrária (UFS), em 15/06/2013.

De acordo com análise feita pelo MST em sua proposta de Reforma Agrária na posição do Estado para estimular a produção e obter as estatísticas de que precisa, mesmo quando se trata da implantação de uma proposta de reforma agrária é evidentemente voltada para o desenvolvimento de uma política agrícola, não mostrando preocupação com os sujeitos que produzem, e menos ainda com o espaço e o meio em que se produzem. Conforme podemos verificar no conceito atribuído pelo MST sobre política agrícola:

A política agrícola é o conjunto de medidas e instrumentos de que o governo dispõe para estimular a produção agropecuária e orientá-la de acordo com seus objetivos, buscando também aumento de renda para todos os pequenos e médios agricultores que produzem alimentos. (MST, 1995).⁸

Diferente da questão agrícola, que explora a terra como mercadoria, a questão agrária tem a terra como um meio de produção e reprodução de vida, que se dá por meio dos conflitos existentes neste processo, conforme Bernardo Mançano Fernandes,

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas⁹, elas não produzem apenas mercadoria, criam e recriam igualmente a sua existência. (FERNANDES, 2013, p. 175).

Na questão agrária, diferente da questão agrícola, o que interessa não é a quantidade, mais sim por quem se produz, para quem se produz e principalmente o como se produz, ou seja, o que interessa não é apenas o fim, mas os meios pelos quais se produzem. O campesinato, que é quem produz, ganha destaque na análise da questão agrária, embora existam outras classes de trabalhadores no campo que também produzem. Podemos analisar a questão agrária então, como um meio que dialoga e tem influências de pensadores marxistas, onde o trabalhador tem papel fundamental nos processos de produção.

Segundo Fernandes,

[...] a questão agrária é tratada a partir de dois processos que comumente são analisados em separado: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. [...] confrontando essa visão, afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. (FERNANDES, 2013, p. 174).

Observe que mesmo dando destaque ao campesinato, a questão agrária também é “adotada” pelo capitalismo que se dá ao mesmo tempo em que se desenvolve a questão

⁸Extraído do documento proposta para a reforma agrária, síntese dos estudos, debates e da visão do MST sobre a Reforma Agrária definidas no III Encontro Nacional do MST, realizado em maio de 1995.

⁹O autor se refere aqui à luta do MST e as formas de organização dos trabalhadores e famílias de assentados a partir das lutas e conflitos.

agrária do campesinato. Percebe-se também que esta se dá por meio do conflito agrário, que segundo Fernandes, “é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato”. (FERNANDES, 2013, p. 177). É neste processo que nesta pesquisa se desenvolve a questão agrária, ou seja, é por meio do conflito da luta pela terra que o campesinato processa a questão agrária no Alto Sertão Sergipano que tem em sua estrutura histórica, política e econômica ganhado destaque, sobretudo a partir de meados década de 1990. Nesse sentido, a luta por terra desencadeia um processo de lutas que se dão no viés da ocupação e reterritorialização dos camponeses na terra, buscando condições dignas para os camponeses permanecerem no campo. É aí que entra a luta pela Educação do Campo, pois entende-se que a educação é um elemento fundamental de permanência do homem nesse espaço de vida e reprodução.

Percebe-se assim, a distinção entre a questão agrária e a questão agrícola, como sendo duas formas de pensamento que, apesar de fazerem análise da produção na agricultura, uma está preocupada com o fim da produção, em explorar e retirar da terra o máximo que ela possa render, ou seja, busca-se a produtividade, a rentabilidade da terra em função do lucro máximo. Enquanto a outra – a teorização da questão agrária – a qual se preocupa com os meios pelos quais se produzem, principalmente a valorização da terra como “instrumento” de produção e reprodução da vida no campo. Assim, o que nos interessa aqui é o paradigma da questão agrária que valoriza a terra onde estão famílias de pequenos produtores em seus diferentes processos de produção, negando o modelo de produção capitalista implantado no campo, apesar de estarem dentro do deste modo de produção como contexto econômico global.

1.1.3. Questão agrária no Brasil

Conforme salientou Caldart, “a origem da expressão “questão agrária” vem dos primeiros estudiosos que, a partir do século XVIII e até o século XX analisaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista” (CALDART 2012, p. 639), a partir dos “pensadores clássicos” que se dedicaram a estudar este modelo em desenvolvimento no Brasil. Podemos considerar, deste modo, que a questão agrária na nossa história se confunde com a história econômica do nosso país. Na análise de Stédile na introdução do primeiro volume de sua coleção – *A questão agrária no Brasil* – o autor traz uma divisão da história da questão agrária conforme o desenvolvimento da história econômica do país, o que nos garante uma compreensão de como esta tem se processado no decorrer da história da agricultura brasileira.

Guilherme C. Delgado (2005) observa que a questão agrária brasileira é uma discussão ligada ao debate da reforma agrária, que é “retomado no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado com a chegada da Nova Republica, em 1985” (DELGADO, 2005, p. 51). Isso vai tornar-se ainda mais evidente por meio de uma construção teórica e política através de:

[...] quatro centros de reflexão da intelectualidade: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); Setores reformistas da Igreja Católica; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); e os economistas conservadores. (DELGADO, 2005, p. 52).

De acordo com este autor a construção teórica da questão agrária brasileira se dá na perspectiva da luta pela Reforma Agrária, sobretudo no pós ditadura militar. Para o autor o que gera a questão agrária brasileira é “a superprodução rural [...] seja porque o setor rural não libera mão-de-obra para os demais setores, ou ao contrário libera em excesso” (DELGADO, apud Rangel, 2005, p. 53). Ainda segundo Delgado esse processo teria implicações diferenciadoras sobre as concepções das “questões agrárias” elaboradas em cada período. Contudo, percebe-se que a teorização da questão agrária é ampla e abordada de diferentes formas por diferentes pensadores no decorrer da história.

1.1.4. Atualidades da questão agrária brasileira

Com o fim do governo FHC e com a vitória de Lula nas eleições de 2002, a esperança de construção de um processo democrático da Reforma Agrária renasceu. No entanto o que aconteceu foi uma frustração, pois apesar dos avanços, se desenvolveu no Brasil “novas alianças do grande capital e da grande propriedade fundiária” (DELGADO, 2005, pag. 80), além disso, parece ter havido um esfriamento e uma divisão nas formas de luta e de enfrentamento, pois os principais enfrentadores da situação agrária do país se fixam no governo sem muitas alternativas de mudanças, pois a oligarquia do agronegócio ainda se mantém no Congresso Nacional, tanto no Senado como na Câmara Federal, conforme descreve Delgado:

Por seu turno, o movimento camponês vem se dividindo, sob influência dos setores da pequena agricultura tecnificada que vislumbram uma associação com o agronegócio. A Igreja Católica, por intermédio da CNBB e das pastorais sociais, perdeu protagonismo na luta pela reforma agrária. E os partidos de esquerda, sucessores da tradição agrária do antigo Partido Comunista, hoje no governo, colocaram-se na perspectiva de administrar o “ajustamento constrangido”. Estes setores, por ação ou omissão, terminaram

repercutindo e corroborando o discurso do agronegócio. (DELGADO, 2005, p.80).

A década de 2000 é marcada pelo grande desenvolvimento do Capital financeiro na agricultura, que controla a agricultura através de diversos meios de exploração e expropriação, bem como de dependência do capital agrícola aos grandes mercados e bancos o que resulta num processo de controle das empresas multinacionais sobre a nossa economia, como nos mostra Stédile:

O resultado da lógica de domínio do capital financeiro sobre a produção agrícola, durante as últimas duas décadas, é que agora as aproximadamente 50 maiores empresas transnacionais controlam a maior parte da produção do comércio agrícola mundial. (STEDILE, 2013, p. 22).

Nesse período dois fenômenos são considerados por Delgado (2005) de grande importância para a questão agrária brasileira: *a disponibilidade e a demanda de terra*. Estes dois fatores são essências na realização da Reforma Agrária, porém continua nas mãos de empresas que desenvolvem grande expansão do agronegócio.

A Reforma Agrária tão necessária segue sem se realizar, porém é possível compreender que os assentamentos espalhados por todo o Brasil têm dado resultados para o avanço deste processo, mostrando assim a sua viabilidade, ou seja, fica provado que a Reforma Agrária pode dá certo e trazer resultados concretos, sobretudo para as famílias assentadas, apesar de entendermos e sabermos que os assentamentos ainda não têm, em sua maioria, uma estrutura e condições sociais adequadas que possamos considerar dentro dos padrões de uma Reforma Agrária justa e tão necessária. Isso fica bem claro no *locus* desta pesquisa, ou seja, o Alto Sertão Sergipano que abriga em seu território inúmeros assentamentos, desbancando o poder do latifúndio na região, contudo ainda falta estrutura necessária para se concretizar um processo de Reforma Agrária que garanta condições mínimas de permanência destes sujeitos no campo.

Os movimentos sociais de luta pela terra, encabeçados pelo MST apostaram na eleição de Lula como saída para a realização da Reforma Agrária, ou pelo menos de grandes realizações neste sentido. No entanto percebe-se que o Estado brasileiro não consegue deter o avanço do desenvolvimento e expansão do capitalismo e de seu rastro de miséria e exploração, ficando a mercê da política neoliberal, com ações que frustram as principais lideranças da luta pela terra, que logo perceberam que o governo não faria a Reforma Agrária.

... os sem-terra apostaram todas as fichas na eleição do candidato que representava historicamente a bandeira da reforma agrária: Luís Inácio Lula

da Silva. Em artigo publicado no exterior, João Pedro Stédile verbaliza as esperanças dos trabalhadores e intelectuais que ainda alimentavam a convicção de que a reforma agrária estava ao alcance...¹⁰. No entanto, no momento em que o artigo foi escrito, no final de 2003, já não havia nenhum motivo para acreditar que o governo Lula seria capaz de realizar a reforma agrária. Logo no início de seu mandato, a demissão de Marcelo Rezende, o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária (Incra), a pedido dos ruralistas, anunciava que os inimigos das mudanças sociais eram poderosíssimos no governo Lula... sua demissão anunciava o que o tempo deixaria absolutamente comprovado: o governo Lula não faria a reforma agrária. (SAMPAIO Jr. 2013, p. 225.)

E assim, nos oito anos de mandato do presidente Lula, observamos que houveram avanços, mas mudanças efetivas não aconteceram, e como dito por Sampaio Jr (2013) acima, logo de início, o governo já demonstrava que a Reforma Agrária não seria feita. E conforme campanhas da esquerda são possíveis perceber que de fato o PT ganhou a eleição, mas não conquistou o governo, como fica claro na citação acima.

Mesmo assim as mudanças econômicas e sociais gerais parecem ter agradado o povo brasileiro que após oito anos de governo elegem a candidata, também do PT, Dilma Rousef, que prometia dar continuidade as transformações feitas por Lula. No entanto, no que se refere à Reforma Agrária o que se viu foi um abandono definitivo, como deixa claro Sampaio Jr:

O abandono definitivo da reforma agrária, mantido no governo Dilma, revela de maneira inequívoca que os obstáculos interpostos pelos governos Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique à democracia do campo não podem ser atribuídos a conjuntura política circunstanciais. O bloqueio a reforma agrária confirma as interpretações que enfatizam a total falta de disposição do Estado para enfrentar o latifúndio. O fracasso de todas as iniciativas de impulsionar a desconcentração da estrutura fundiária não deixa margem a dúvidas. (SAMPAIO JR apud STEDILE, 2013, p. 225/226)

Percebe-se neste sentido, conforme Sampaio Jr, que a burguesia continua a evidenciar o “latifúndio como uma das bases fundamentais do padrão de acumulação e dominação do capitalismo brasileiro” (SAMPAIO JR apud STEDILE, 2013, p. 225/226). Porém, pelo que se propunha a política dita de esquerda, deixa muito a desejar. Conforme o autor:

A comparação entre os governos FHC e Lula é ilustrativa. Enquanto no primeiro governo FHC (1995-1998), no auge das lutas do MST, a média do número de famílias assentadas foi 15% inferior a média do número de famílias em ocupação, no último governo Lula (2007-2010), mesmo com expressivo arrefecimento das ocupações (produto de cooptação de

¹⁰A vitória do presidente Lula nas eleições mudou a correlação de forças da luta pela reforma agrária no Brasil. Pelos compromissos históricos do PT, sua liderança como partido de esquerda, temos agora um governo federal que apoia a Reforma Agrária, ao contrário do que foi o governo de Fernando Henrique Cardoso. Portanto a disputa se situa em outro plano. (STEDILE, J. P. “El MST y las disputas por las alternativas em Brasil”. *Observatório Social de America Latina* (Osai), ano V, n. 13, jan.-abr. 2004, Buenos Aires: Clássico, 0. 31.

importantes organizações que lideravam a luta pela terra), essa relação saltou para 72% - fato que expressa uma redução de quase sete vezes no número médio de famílias assentadas. No governo Dilma é ainda pior, pois, em seu primeiro ano, os assentamentos foram praticamente paralisados, registrando o menor número de famílias atendidas desde 1995. (SAMPAIO JR. apud STEDILE, 2013, p. 226/227)

Sampaio Jr deixa claro que “o objetivo da reforma agrária neoliberal nunca foi modificar a estrutura fundiária do país, mas apenas empurrar o problema para frente” (SAMPAIO JR. apud STEDILE, 2013), com isso, permanecendo uma política de fortalecimento e de permanência do domínio do latifúndio capitalista. É possível compreender que falta de empenho das organizações de luta pela terra, e, sobretudo de que a Reforma Agrária no Brasil não se dará por meio de políticas de governo, mais sim através de uma intensificação da luta, não apenas pela democratização da terra, mais principalmente no combate ao desenvolvimento do capitalismo e da burguesia, tão fortificados em nosso país. Além do mais, a partir de 2017 uma ofensiva se instala no palácio do planalto com o golpe sofrido pela presidente Dilma e que se agrava com a eleição de 2018, pondo no governo brasileiro um ser que passa a intensificar a ofensiva aos movimentos sociais e aos seus processos históricos de luta, a exemplo da situação em que se encontra o Centro de Formação Paulo Freire no Município de Caruaru em Pernambuco com ameaças concretas de despejo. O governo atual criminaliza não apenas a luta pela terra, mas também a construção de grandes conquistas de formação e educação que ao longo dos anos foi instaurado naquele centro, concretizando assim uma ameaça clara do atual governo as conquistas das lutas dos movimentos sociais.

Estas questões se refletem também no Alto Sertão Sergipano, o qual na atualidade atravessa desafios em sua estrutura agrária, que mesmo havendo um intenso processo de distribuição de terras a partir da luta do MST, não tem resolvido o problema da Reforma Agrária. Nas décadas de 1990 e 2000, houve um grande crescimento populacional no campo com as desapropriações, gerando a desconcentração da terra no território, no entanto a falta de investimentos e estruturação de alguns assentamentos não tem garantido grandes avanços neste contexto.

No que tange a Educação do Campo nesse processo, esta tem se dado na perspectiva de resistência e luta pela construção de um novo projeto de educação, de campo e de sociedade. E apesar dos conflitos por terra serem o principal elo desta transformação no meio rural, existem diversos outros processos que garantem as transformações necessárias, entre elas a luta por implantação de condições dignas de permanecer nesse espaço de produção e

reprodução da vida. Daí a necessidade de uma formação educacional que respeite e valorize o modo de vida dos povos do campo.

1.2. Da Educação Popular a Pedagogia do Movimento Sem Terra

Iniciemos essa discussão tomando como base o que diz Ranulfo Peloso acerca da educação popular:

[...] é o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares para o exercício do poder. Esta concepção de formação opta por um dos polos da luta de classe, opta por quem se dispõe a um processo de transformar, pela raiz, a estrutura da sociedade capitalista. (2012, p. 09).

É nessa perspectiva que a educação popular foi forjada, ou seja, procurando empoderar os sujeitos da classe trabalhadora, por uma militância aguerrida que busca o extraordinário diariamente em suas práticas de lutas, na busca pela transformação, não apenas da educação, mais da sociedade como um todo.

Para melhor compreender os processos da prática da educação popular tomemos como análise o que traz a Cartilha nº 4, "Trabalho de base", que nos põe em contato com dois elementos deste trabalho: primeiro o diagnóstico para reconhecimento da realidade das comunidades por meio de vivência, articulação, etc.; o segundo elemento é a retomada do trabalho de base, construção do trabalho coletivo, etc. esse estudo me remete ao trabalho que está sendo proposto aqui, ou seja, de construir a partir dessa pesquisa um trabalho de base que possa reconstruir por meio das experiências existentes, uma problematização da Educação do Campo no processo da Construção da Reforma Agrária, com atividades de militância que se aproxime da base em que estou inserido. Sendo o trabalho de base parte fundamental no processo da educação popular, como assevera Peloso,

O trabalho de base é parte indispensável da luta popular. O trabalho de base é a condição e o sustento do trabalho político e do trabalho de massa; o trabalho político e o trabalho de massa devem ser a expressão e a consequência do trabalho de base. O trabalho de base é a ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas do cotidiano e ligar essa luta á luta geral contra a opressão. (2012, p. 10).

Nessa perspectiva, compreendo que, se lutamos por uma causa, no caso a Reforma Agrária, somos todos militantes e, portanto, o trabalho que realizo em minhas práticas, são trabalhos de base que precisam ser aperfeiçoados para atingir ainda mais o cerne contra o modelo opressor em nossa sociedade.

Historicamente a Educação Popular surge das lutas e organizações do povo e no decorrer da história se revela no seio dos movimentos sociais que a realiza de forma contundente em seus processos de luta e de formação na busca pela emancipação dos processos opressores que a sociedade lhes impõe, como podemos compreender segundo Pereira e Pereira (2010):

A Educação popular nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, mas seus princípios e sua metodologia, com bases emancipatórias, tiveram uma repercussão tão grande na sociedade que acabaram cruzando fronteiras e os muros das escolas, influenciando práticas educativas, tanto as que acontecem nos espaços escolares, como as que ocorrem em outros espaços educativos, como nos sindicatos, nas ONGs, Associações de Moradores, Reuniões do Orçamento Participativo (OP), nos conselhos populares etc. Seus desafios não são pequenos nos dias atuais. (p. 73).

Assim, os movimentos Sociais tem sido os precursores da Educação Popular no Brasil e no Alto Sertão Sergipano não o é diferente, ou seja, as práticas da Educação do Campo se configuram em práticas de educação popular, que historicamente, conforme Paludo, se dá por meio de três momentos:

O primeiro pode ser identificado em meados da Proclamação da República(1889), estendendo-se até 1930. Ele acontece no bojo das disputas pelo controle do direcionamento do desenvolvimento, e representa o processo de transição da passagem de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Naquele tempo, as primeiras teorizações e práticas educativas alternativas foram as dos socialistas, anarquistas e comunistas, 1 e remetiam a processos formais e não formais de educação, a partir de uma concepção educativa que tinha elementos de diferenciação tanto da pedagogia tradicional quanto da pedagogia da Escola Nova que ia emergindo.

[...]

Com a Revolução de 1930, o Brasil passa pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) e pelo chamado “breve período democrático” (1945-1964). É nesse último período, no confronto entre projetos para o Brasil, que mais uma vez emerge a concepção de educação popular, com a criação dos movimentos de educação popular.² Três orientações pedagógicas, estreitamente ligadas às forças políticas e às disputas pela direção do desenvolvimento, confrontavam-se: a pedagogia tradicional, a pedagogia da Escola Nova e a concepção de educação popular, com forte influência da teoria de Paulo Freire. Nesse momento do processo histórico brasileiro, a

educação popular toma a forma do que ficou sendo conhecido como “a cultura popular dos anos 1960” (Fávero, 1983).

[..]

A partir de 1978, há a (re)emergência das lutas populares.³ Nesse período, que se estende até meados de 1990, a educação popular firma-se como uma das concepções de educação do povo e avança na elaboração pedagógica e nas práticas educativas, principalmente nos espaços não formais (Singer e Brant, 1981). Nesse processo, há o reconhecimento de que a educação formal é um direito, e a escola deixa de ser interpretada somente como reprodutora. Ela passa a ser considerada um espaço importante de disputa de hegemonia e de resistência. Diversas concepções educativas estão presentes nas suas práticas: concepção de educação popular, teorias não diretivas, pedagogia da Escola Nova, pedagogia tradicional pedagogia tecnicista (Saviani, 2007). (PALUDO, in. Caldart 2012, p. 281 e 282).

É no contexto dos anos 60 do século XX, conforme Paludo, a terceira fase da Educação Popular no Brasil, que surge preocupações voltadas para o desenvolvimento da Cultura Popular e com isso a criação de vários movimentos de participação popular, como é o caso do Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP) com participação de Paulo Freire e de outros intelectuais. Esses movimentos pretendiam desenvolver a cultura popular por meio da educação com desenvolvimento de diferentes atividades, como relata Silva:

O Movimento de Cultura Popular – MCP, criado em maio de 1960, vinculado à prefeitura de Recife, com a meta de elevar a cultura do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho, realizando programas de alfabetização e educação de base como seus pilares. A educação não formal para integrar o educando à vida cultural e política do país e melhoria de vida com programas de formação profissional. Por isso organizava: parques de cultura (oportunidades de lazer, recreação educativa, prática de esportes, apreciação crítica de cinema, teatro e música); praças de cultura (centros de recreação e de educação nas comunidades); e núcleos de cultura onde existiam atividades voltadas para educação infantil (jogos, artes plásticas), educação dos adolescentes (esportes, clube de literatura, teleclubes, cineclubes) e dos adultos (círculos de cultura e de literatura, teatro, clube dos pais) realizando uma articulação permanente entre escolaridade, cultura e formação de base. Essa experiência foi fundamental para pesquisa educacional, que vai elaborar o método Paulo Freire. (SILVA, 2006, p. 70)

Outro importante movimento descrito por Silva foram os Centros Populares de Cultura (CPCS da UNE):

[...] criados em abril de 1961, pela União Nacional dos Estudantes-UNE, abriu caminhos para a politização das questões sociais através, principalmente do teatro de rua (montado nos sindicatos, universidades, praças públicas, feiras, etc.), da edição de livros, discos e filmes, e posteriormente enfatizando também a alfabetização. Acreditavam que o plano cultural era importante para a transformação social do país e a politização das massas. Teve um papel decisivo no envolvimento dos estudantes no movimento estudantil e no movimento de cultura e de alfabetização que por meio das UNEs Volantes criaram centros de cultura, teatro, grupos de alfabetização em várias partes do Brasil e contribuíram

com o surgimento de um grande número de compositores comprometidos com a renovação da música popular brasileira, do cinema, das artes plásticas e da crítica literária. (SILVA, 2006, p. 71).

Uma terceira experiência de grande importância de educação popular no Brasil foi o Movimento de Educação de Base (MEB), que transformou a vida de homens e mulheres do campo a partir das Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica por meio de um sistema radio educativo para a alfabetização de jovens e adultos, como descreve Osmar Fávero:

As origens do MEB têm sido localizadas invariavelmente nas “experiências vitoriosas” de educação pelo rádio realizadas pelos bispos brasileiros na Região Nordeste, principalmente no Rio Grande do Norte e em Sergipe, no final dos anos de 1950. Efetivamente foi D. José Vicente Távora, na ocasião arcebispo de Aracaju, que, com base na experiência realizada por d. Eugênio Sales na diocese de Natal e de sua própria iniciativa em Sergipe, formalizou à Presidência da República, em nome da CNBB, a proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas. (2006 p. 36)

O autor ainda expõe os resultados desta experiência que enraíza as lutas por educação popular:

Da pesquisa de Ferrari podem ser extraídas as seguintes informações sobre essas escolas, relativamente ao período imediatamente anterior ao MEB: em 1958, 66 escolas em funcionamento, com cerca de novecentos alunos; em 1959, 205 escolas e cerca de mil alunos; em 1960, 148 escolas e aproximadamente 2.500 alunos (p. 153). (FÁVERO, ano p. 53/54)

Contudo, a instauração da ditadura militar a partir do golpe de 1º de abril de 1964, inibe “qualquer tipo de participação popular” no poder, instaurado no país um projeto de modernização associado ao capital internacional, como assevera Marialva:

Este período apresentou um projeto de desenvolvimento cada vez mais associado e subordinado ao capital internacional, estabelecendo na sociedade um conflito entre ditadura versus democracia e direitos sociais. Por isso, existiu no âmbito educacional uma oposição a escola pública estatal e a educação popular, na qual o Estado passa a ser visto como aparelho ideológico de reprodução da ordem capitalista e a escola se torna um meio para reproduzir esse processo ideológico. (2009, p. 6, Apud PALUDO 2006)

Como forma de apaziguamento e de “silenciamento dos movimentos de Educação Popular, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Mobral fazia restrições claras à concepção político-filosófica de Paulo Freire”.(PEREIRA e PEREIRA, 2010, p. 76).Era um movimento claro de dispersão de qualquer tentativa de educação popular, pois “esse movimento estimulava o individualismo e a adaptação à vida

moderna, enfatizando a responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso e tentando afastar a possibilidade de resistência ao modelo instalado” (Idem).

A partir do final da década de 1970, passam a surgir no Brasil os chamados Novos Movimentos Sociais:

Neste período surgem ou ressurgem, entre outras, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Comissão Pastoral da Terra (CPT); diversas Pastorais Populares; Movimentos de Bairros; a Articulação dos Movimentos Populares ou Sindicais (ANAMPOS). Houve a rearticulação do Movimento Sindical (CUT, CGT, USI); o Movimento Negro Unificado (MNU); o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (hoje MMC); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento de Luta pela Moradia (MLM); o Movimento de Justiça e Direitos Humanos. (MARIALVA, 2009, p. 7).

Assim, é no seio destes movimentos que a Educação Popular chega aos nossos dias. E corroborando com Paludo, entendo que “a Educação do Campo pode ser identificada como uma das propostas educativas que resgata elementos importantes da concepção de educação popular” (PALUDO, in. Caldart 2012, p. 281 e 282) sendo esta a raiz da Educação do Campo. E tem sido uma prática que nas últimas décadas é retomada pelos movimentos sociais, a despeito, o MST que inicia a partir de um trabalho de alfabetização de jovens e adultos na perspectiva de uma educação transformadora e como descreve Caldart, uma educação diferente para os acampados e para as crianças que passam a viverem no acampamento onde passam a compreender o jeito de ser Sem Terra. Assim, cria-se dentro das práticas do MST uma proposta ancorada na educação popular, que é a chamada Pedagogia do Movimento, a qual é abordada como um jeito de fazer educação onde o movimento social vai além de ser espaço de luta, sendo também um espaço de formação, como nos deixa claro Caldart:

Ao buscarem reconquistar o direito ao trabalho e à dignidade, estes sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculadas. Os movimentos sociais têm sido espaços de organização destas lutas e de formação destes sujeitos. (2000, p. 06)

Pois é nessa perspectiva que surge a identidade Sem Terra, onde o movimento passa a ser espaço não apenas de luta, se constituindo também em espaço de formação e como ainda deixa claro a autora,

[...] e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um *modo de produção da formação humana*,

tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de *vida e morte* e de *vida inteira*, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade. (CALDART, 2000, p. 06)

É esse o sentido da educação, a partir da construção da Pedagogia do Movimento que vai além do aprender a ler e escrever, mas transformando o processo de luta em processos de aprendizagem e de conhecimento para a vida, ou seja, é a partir da luta que se constrói e se forma o sujeito, e a educação se faz dentro de um processo que garante produzir caminhos para a transformação da realidade do campo, rumo à construção de uma Reforma Agrária Popular, como trataremos no tópico a seguir e no decorrer deste trabalho.

1.3. Reforma Agrária Popular: da teoria à práxis

Como sujeito fruto da luta pela terra e conseqüentemente da construção da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano, através das proporções que a Educação do Campo foi tomando em minha experiência de luta, de formação e de trabalho desde os primórdios da minha formação dentro do MST, é que surge o interesse por esse estudo. Como militante que me tornei e pela aproximação dos debates em que me inseri é que trago como categorias de análise para este texto as discussões das categorias Reforma Agrária, Educação do Campo e Movimentos Sociais, todas elas ancoradas na discussão da questão agrária que trouxe no primeiro item deste capítulo.

Como categoria fundante de análise de abordagem desta pesquisa, trago o conceito de Reforma Agrária Popular, pois a pesquisa se detém na construção de um processo de Reforma Agrária que busca garantir aos camponeses uma vasta reprodução da vida no campo. Para Stedile a Reforma Agrária Popular,

Consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, com contexto de processos de mudanças de poder nos quais se constitui uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desse processo, resultaram leis de reforma agrária progressistas, populares, aplicadas combinando-se a ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses. (In. Caldart 2012, p. 660).

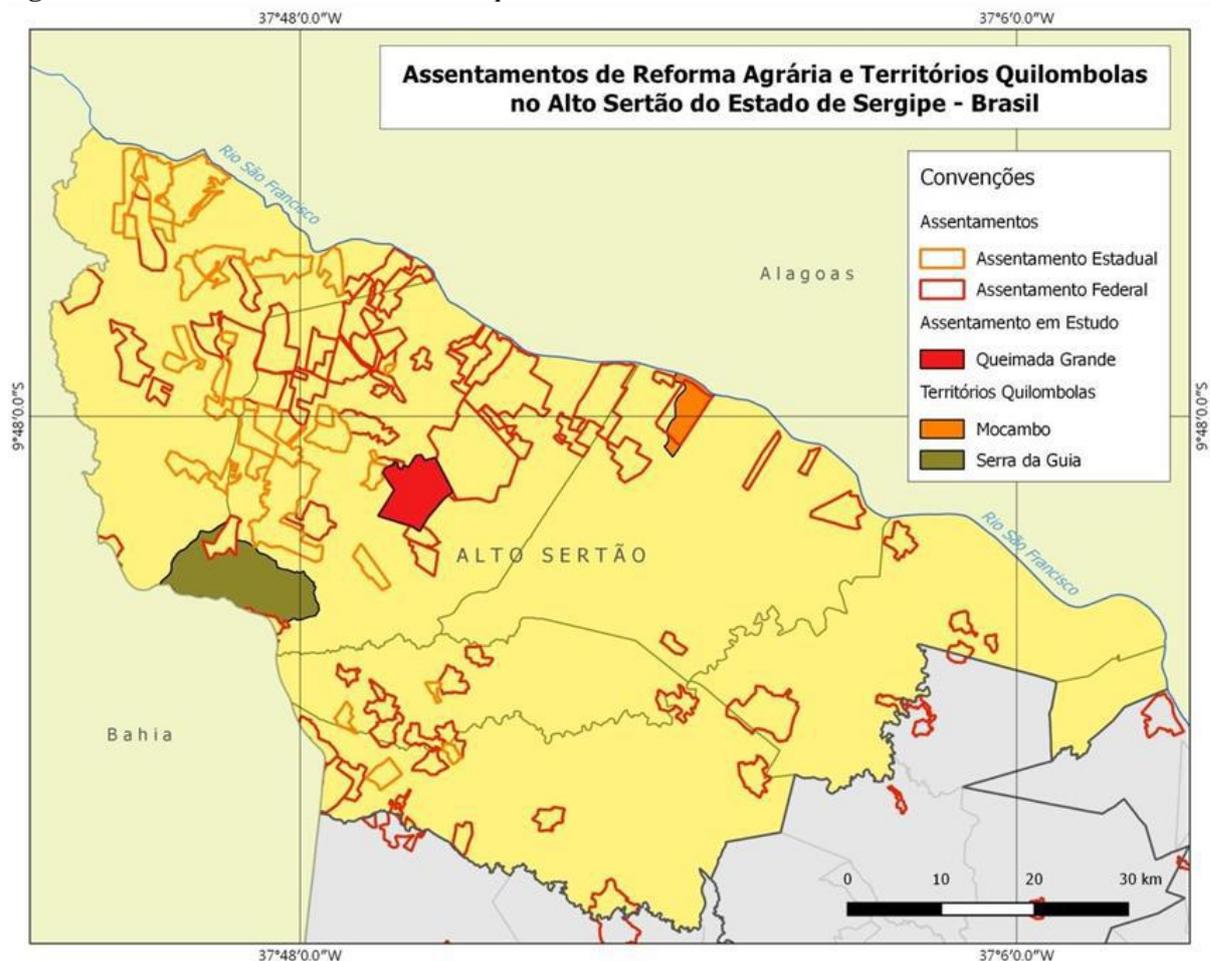
Contudo, o que temos visto nesse processo é que os movimentos sociais têm garantido a sua parte, e, embora haja uma considerável distribuição de terras no Alto Sertão Sergipano, os governantes não conseguem garantir medidas necessárias para a efetividade da reforma

agrária, pois, se analisarmos as propostas que tem surgido não conseguem ao menos o mínimo para tal implantação.

De acordo com a Proposta de Reforma Agrária Popular do MST, essa “reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (STEDILE, 2013, p. 149). Contudo, esse processo tem se constituído lento, sobretudo por parte dos governantes que não garantem a definitiva política para tal construção.

No plano do MST algumas mudanças são necessárias para a construção da Reforma Agrária Popular. Primeiro, no que se refere ao acesso a terra “é necessário democratizar tal acesso, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura a todos que querem dela viver e nela trabalhar” (STEDILE, 2013, p. 150). Nesse sentido, o que vemos na realidade do Alto Sertão Sergipano, é que há uma considerável distribuição de terra (como podemos ver na figura do mapa abaixo), no entanto, ainda é precário o acesso aos meios de produção e reprodução da vida camponesa.

Figura Nº1: Assentamentos e territórios quilombolas no alto sertão



Fonte: INCRA, 2018. In. DANIEL, p. 101, 2018)

Outra questão abordada no plano do MST como medida complementar quanto ao processo de Reforma Agrária popular é a questão da demarcação “como propriedade coletiva todas as terras indígenas, áreas de quilombolas e terras de uso coletivo” (in. Stedile, 2013, p. 152). Nesse caso, percebe-se um avanço, as áreas indígenas e quilombolas do território do Alto Sertão Sergipano, após intensas lutas que se arrastaram por décadas, já foram demarcadas e estabelecidas como propriedades coletivas, a saber, a terra dos povos Xocós na Ilha de São Pedro no município de Porto da Folha e as comunidades, Mocambo dos Negros, no mesmo município e a comunidade Guia em Poço Redondo, das quais trataremos mais a frente.

Uma questão ainda não resolvida no Alto Sertão Sergipano é a comercialização, como descrito na proposta do MST,

Assegurar que nenhum beneficiário da reforma agrária, da colonização ou regularização de posse possa vender a terra. A titulação será como concessão de uso, com direito a herança, desde que os herdeiros e herdeiras morem no lote. A infração de venda de lote da reforma agrária será punida com exclusão do comprador ou compradora e do vendedor ou vendedora. (Stedile, 2013, p. 152).

Percebemos que esta questão tem sido um problema visível nas áreas de assentamentos, que foge ao controle dos movimentos sociais e que tem sido facilitada pelo próprio INCRA/SE que a cada gestão vai sendo ainda mais gritante, pois, ao invés de tomarem as medidas cabíveis, como descreve a proposta, ou seja, de excluir os compradores e o vendedor, acabam regularizando tais situações, descaracterizando a luta e a construção da Reforma Agrária popular. Pois o que temos visto na maioria das vezes, é que esses compradores chegam ao assentamento e por não terem passado por um processo de luta, acabam por desconhecê-la e com isso desestrutura a organização nele posta pelo processo organizativo do movimento social, induzindo assim, práticas não condizentes com tal proposta. Isso tem sido cada vez mais claro nos assentamentos que tenho acesso.

Quando se trata do uso e conservação dos recursos hídricos e que é de responsabilidade do Estado, tem sido outro grande gargalo que impede o avanço da reforma agrária popular, pois este não tem cumprido com a tarefa de garantir um abastecimento digno para a população assentada e a grande maioria dos assentamentos não dispõe deste serviço, bem como, não tem garantido a preservação de nascentes impedindo a poluição pelo lixo e pelos esgotos a céu aberto das residências.

No que se referem à organização da produção, os movimentos sociais tem se esforçado para desenvolver nos assentamentos e demais comunidades camponesas a cooperação da produção. Nesse sentido, também há avanços na superação da monocultura com uma diversidade na produção, existindo em muitos assentamentos uma diversificação, onde se vê uma produção para o comércio, mas escalada a essa, há uma produção para a subsistência. Pois, o que podemos detectar é que muitas das vezes quando a produção é para comercialização é que se dá de forma convencional para satisfazer o mercado consumidor, com isso, desenvolvendo uma produção com base no uso de químicos. Porém há avanços na produção orgânica quando esta é para subsistência da família e da comunidade.

De acordo com o plano de reforma agrária popular quanto à questão da organização da produção, é “estimular a realização de feiras permanentes de produtos agroecológicos (orgânicos) em todos os municípios do país” (Stedile, 2013, p. 154). É outro avanço significativo no território do Alto Sertão Sergipano, pois são inúmeros os municípios que já realizam feiras ao menos uma vez por semana, mesmo que seja apenas feira da agricultura familiar e não seja 100% com produtos orgânicos, mas tem garantido a divulgação e a comercialização dos produtos da pequena agricultura, bem como o incentivo para a produção agroecológica.

Figura Nº 02: Feira da Agricultura Familiar que acontece às quartas-feiras na sede do município de Nossa Senhora da Glória com produtos dos diversos assentamentos e comunidades de pequenos agricultores do município.



Fonte: arquivo de pesquisa realizado em 19 de junho de 2019.

Figura Nº 03: Destaque para a venda de milho no período junino na Feira da Agricultura Familiar de Nossa Senhora da Glória



Fonte: arquivo de pesquisa realizado em 19 de junho de 2019.

Assim também tem sido em relação à comercialização dos produtos dos assentamentos e demais comunidades camponesas para a alimentação escolar e outros órgãos públicos, como é o caso da Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe (COOPAC) em parceria com a União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré Curituba (UNITUBA), ambas com sede no P. A. Jacaré Curituba no município de Poço Redondo, que distribui a produção de macaxeira a vácuo, bolo bacía, milho de mungunzá e algumas frutas e legumes para escolas de três municípios – Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória. Cabe ressaltar que a parceria entre as duas cooperativas se dá em relação à produção, ao processamento e a comercialização dos produtos, ou seja, a UNITUBA está mais ligada ao processo produtivo diretamente com os agricultores sócios e fornecedores da matéria prima e a COOPAC lida diretamente com o processamento e a comercialização destes produtos. Esta última se dá, não apenas com a distribuição para as escolas dos referidos municípios, más, segundo um dos membros da diretoria da COOPAC, também comercializam a produção com diversas redes de supermercados de municípios dos Estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Quanto a “organizar campos de experimentação e troca de experiências agroecológicas entre agricultores e agricultoras em todas as regiões do país” (MST, in. STEDILE, 2013, p. 155), temos no Alto Sertão Sergipano a Unidade de Produção Camponesa (UPC) no Perímetro Irrigado Califórnia no Município de Canindé de São Francisco, de iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que tem sido um espaço que desenvolve experimentações agroecológicas. Mesmo em um local totalmente rodeado pela agricultura convencional com uso de agroquímicos, tem sido um espaço de resistência e de disseminação de práticas experimentais para toda a região, servindo também de apoio aos cursos técnicos profissionalizantes, sobretudo, os cursos do Centro Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro (CEEPDJBC) que envia seus estudantes para fazerem estágio com experimentos agroecológicos na unidade.

Além disso, a UPC tem sido acessada por estudantes de graduação da UFS/Sertão, como também de outros campus e de outras universidades, entre elas, a própria UFRB pelos estudantes do Curso de Tecnólogo em Agroecologia os quais desenvolvem suas práticas como militantes e/ou estágio para troca de experiências e conhecimentos. Assim sendo um espaço, que como disse, vai além da produção de alimentos orgânicos, gerando ali um processo formativo por meio de elementos fundamentais que a caracteriza como um espaço de educação.

Das vezes que tive a oportunidade de estar lá, percebi que embora tendo sido acessada como espaço de visita, ou de estudo de campo, estes momentos são de produção e troca de conhecimento com realização de atividades que reforça a teoria com a prática, pois os estudantes que acessam a unidade também trazem seus conhecimentos escolares e acadêmicos, seja nas rodas de conversas antes e depois das visitas, seja pela realização dos experimentos desenvolvidos por alguns durante os períodos de estágios realizados, que é o caso dos/as estudantes.

Figura N°04: Prática de revolvimento da compostagem na visita de troca de experiência com os estudantes do curso de agronomia da UFS/Sertão na UPC em 19/02/2019



Fonte: arquivo pessoal feito durante a visita.

Figura Nº 5: Visita dos estudantes do Curso de Geografia da UFPE em 05/07/19



Fonte: arquivo da UPC.

Figura Nº 6: Exposição da UPC aos estudantes do curso de geografia da UFS em 19/07/19;



Fonte: arquivo da UPC.

Figura Nº 7: coleta de sementes da caatinga por militantes do MPA.



Fonte: arquivo da UPC.

Trago mais a frente neste texto, algumas conquistas fundamentais no que se refere à formação com cursos de nível médio, técnico e cursos de agronomia, veterinária, zootecnia, agroecologia, entre outros, que é o caso do CEEPDJBC e o campus da UFS-Sertão. No entanto, diversas outras ações, assim como a UPC são desenvolvidas na região que se caracteriza nesse processo da educação que posso afirmar como sendo experiências de Educação do Campo.

Portanto, entendo que no que se refere ao acesso ao conhecimento e especialização da questão produtiva, temos uma luta constante para manter esses espaços, afinal foram criados a partir da luta dos movimentos sociais e que precisamos mantê-los conquistados, pois sabemos que são espaços de disputa e de poder.

Para o MST,

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas e deve ser atendido no próprio lugar onde elas vivem e respeitando o conjunto de suas necessidades humanas e sociais. E o acesso à educação pelos trabalhadores é uma das condições básicas da construção do projeto de Reforma Agrária Popular. (MST, 2013, p. 45).

De acordo com as medidas que devem ser adotadas para se cumprir o acesso à educação, definida pelo MST na construção da reforma agrária popular, como descrevo mais adiante, no Alto Sertão, embora ainda não sejam suficientes, conseguiu-se avançar muito neste quesito desde a educação básica com a construção e manutenção de escolas no/do campo, até a garantia da luta e disputas pelos espaços conquistados na educação

profissionalizante e superior, bem como na garantia da formação de professores nos programas do PRONERA e PRONACAMPO. Contudo, sendo a educação condição necessária para a reforma agrária popular, há avanços significativos.

O que tem sido um gargalo para os movimentos sociais, é acerca da atuação dos egressos dos cursos ditos formais, pois as políticas públicas e de governo não garantem a inserção desses profissionais para atuarem nos postos de trabalho em suas respectivas realidades que aproximem a estas conquistas, sejam os educadores, sejam os técnicos, engenheiros, etc..

Apesar desses avanços, outra questão inerente à educação ainda não é realidade no Alto Sertão, é o caso da infraestrutura das escolas e dos espaços educativos, que na maioria das vezes, o que existe é apenas o básico para o funcionamento destas unidades, no entanto, como é um processo de construção, procuro a partir dessa pesquisa, deixar claro que é preciso lutar para garantir o acesso a uma educação de qualidade, conforme descreve o MST em sua proposta:

Lutamos por escolas públicas e gratuitas para que o Estado cumpra seu papel de garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, uma escola com as condições materiais necessárias à realização de sua tarefa educativa. Ao mesmo tempo lutamos contra a tutela política e pedagógica do Estado burguês, sejam quais forem os governos em exercício. Cabe ao povo ser sujeito de sua educação. (MST, 2013, p. 45).

Além disso, é preciso avançar na relação da educação com a agroecologia, propondo espaços para a transformação da escola já conquistada por meio da relação entre comunidade e escola, tendo como viés fundamental, práticas produtivas que garantam a inserção da agroecologia que ainda não é prioridade das nossas escolas, como bem descreve Silva:

Avançam como iniciativa que apontam a agroecologia como alternativa para convivência com o semiárido e elas representam uma perspectiva de futuro. A educação agroecológica, porém ainda ocupa lugar secundário nos projetos das escolas, sendo um desafio sua incorporação como intencionalidade pedagógica estratégica, vinculada às necessidades atuais de luta e construção da Reforma Agrária Popular, situando a escola como uma experiência de vivência agroecológica, para além da produção nos campos experimentais. (Silva, 2016. in Caldart 2017 p. 113).

Para além do simples fato produtivo, a agroecologia permite as novas gerações uma “desalienação do ser humano”, como assevera Caldart:

Por sua vez, a agroecologia faz bem para a educação. Sua progressiva entrada nas escolas do campo fortalece um caminho formativo muito importante da desalienação do ser humano, que inclui compreender as

contradições e novas possibilidades que existe em torno da atividade vital de produzir e consumir alimentos”. (2017, p. 9)

Outra questão que precisa avançar nesse processo de construção é em relação à gestão democrática com a participação das comunidades, pois é medida fundamental nesse processo da democratização do acesso a educação. Com isso, buscando garantir também as indicações dos profissionais de educação para as escolas de assentamentos e demais comunidades e, não deixar que os governantes façam desse serviço máquina eleitoreira como temos visto nos diversos municípios. Para isto, por meio desta pesquisa, após a realização do seminário, do qual trataremos no capítulo 4, um dos desafios que assumi, além de outros mais gerais, foi de construir no assentamento em que vivo – Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba – o coletivo de pais e mães para que possamos intervir na realidade educacional em seus diferentes aspectos por meio de proposições e embates com a gestão para melhor conduzir a escola do assentamento.

A Reforma Agrária, ou ao menos o processo de construção dela, já é realidade no Alto Sertão Sergipano, a luta segue para garantir essa construção. Percebemos que existem inúmeros desafios a serem superados, principalmente na realidade atual, porém, já existem muitas experiências que podemos afirmar que são passos largos nessa luta, e principalmente, a reforma agrária popular o que procuraremos defender nesse estudo, principalmente quando se trata da Educação do Campo.

Dos dez elementos de mudanças proposto pelo programa de Reforma Agrária Popular do MST, no Alto Sertão Sergipano, percebe-se um avanço significativo na maioria deles. Porém, como disse acima, é um processo em construção e que apesar dos avanços, existem retrocessos que ainda precisam ser superados pela luta e pela organização do povo, afinal,

Para que se possa viabilizar esse programa e torná-lo realidade, dependemos de dois fatores básicos:

1. Mobilização popular: [...] Somente a construção de um amplo movimento popular, que reúna os milhões de trabalhadores e trabalhadoras interessados nas mudanças na sociedade, poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar essas mudanças necessárias.

Para isso, é necessário organizar, massificar e ampliar a participação popular nas lutas e mobilizações de forma permanente. (MST in. STEDILE 2013, p. 164).

[...]

2. Ação do Estado democrático e popular: essas mudanças dependem necessariamente de que o Estado e todos os poderes nele representado – Executivo, Legislativo e Judiciário – seja o instrumento fundamental de execução dessas medidas. (MST in. STEDILE 2013, p. 165).

Com isso, compreendemos que a mobilização popular é o caminho viável para essas mudanças, pois o Estado não desenvolverá nenhuma ação se ficarmos de braços cruzados.

Outra categoria fundante nesse estudo é a **Educação do Campo** que assim como Reforma Agrária, também tem importante destaque nessa pesquisa. Esta se define a partir do processo de luta que se instaurou em todo o Brasil com raiz histórica pela transformação da Questão Agrária Brasileira “vinculada à realização do primeiro direito: a terra. Que é trabalho, vida e dignidade. Que é educação” (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004, p. 15).

Para Molina o conceito de Educação do Campo tem origem na luta dos movimentos sociais “camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária” (2006, p. 28). Além disso, surge ligado a “expressão Educação na Reforma Agrária” a qual se refere:

As políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a educação na Reforma Agrária é parte da educação do campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo. (MOLINA, 2006, p. 28).

Por isso compreendo e afirmo que a Educação do Campo é fundamental no processo de implantação da Reforma Agrária e que as principais conquistas nesse sentido no Alto Sertão Sergipano, tem se sustentado a partir destas lutas, ou seja, mesmo sendo a luta pela terra a princípio, o grande foco dos processos de luta, a Educação do Campo passou a se firmar como um grande elo em tal construção. Contudo, para se manter a conquista da terra é preciso construir processos de educação que garantam a permanência do homem do campo, produzindo e se reproduzindo socialmente neste espaço de vida. Mesmo porque, os camponeses precisam buscar formas de conhecimento que garantam sua produção e sua reprodução nesse espaço. Assim é que tem se dado as conquistas das instituições educacionais no Alto Sertão Sergipano, como veremos mais adiante, conquistas de instituições que trazem para o campo sertanejo melhorias necessárias, sobretudo de produção.

Como assevera Arroio, Caldart e Molina,

Quando discutimos a Educação do Campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (2004, p. 25).

Quer dizer, a luta não se restringe a garantir educação apenas para os camponeses ligados a luta pela terra ou até mesmo a luta pela reforma agrária, mas engloba todos os sujeitos do campo, mesmo os que não estão inseridos em nem um processo de organização e/ou movimento social. Embora essa perspectiva da relação da luta pela posse da terra e a Educação do Campo, ganha novos viés junto aos movimentos sociais. Além disso,

Para os movimentos sociais do campo, a educação é um dos eixos centrais, pois a educação é mais que escola. Portanto, é preciso instaurar um projeto educacional que emancipe os camponeses que rompam com a lógica de degradação humana e da sociedade. E se faça uma educação para além do capital onde a principal referência seja o ser humano. É por isso que, conforme sugere Meszáros (2005), é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (Vasconcelos, 2013, p. 27).

Outra categoria bastante evidente nesta pesquisa é a de **Movimentos Sociais**, pois é a partir destes que se forja a luta pela terra, pela Educação do Campo e principalmente pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano. Para Gohn, os movimentos sociais se configuram como,

...ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (2011, 335-336).

É assim que os movimentos sociais no Alto Sertão Sergipano têm desenvolvido suas práticas de lutas. Como tratarei no segundo capítulo, as lutas nesse território iniciam ainda nos primórdios da ocupação do território e a partir da década de 1970 é que surgem as primeiras lutas organizadas através da Comissão Pastoral da Terra e dos Sindicatos Rurais e se oficializam a partir da década de 1980 com a criação do MST. Mas especificamente, este movimento passa a ser o protagonista de grandes lutas na região, principalmente por terra, e conseqüentemente pela Reforma Agrária a partir de 1985 com a ocupação da Fazenda Barra da Onça no município de Poço Redondo, sendo intensificada a partir de 12 de março 1996 com a ocupação do alojamento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) seguido por diversas outras em todo o território do alto sertão, como também veremos no segundo capítulo.

Outro movimento que passa a atuar nesta região, também com força social e poder organizativo é o Movimento dos Pequenos Agricultores a partir dos anos 2000 com organização dos camponeses e tem ganhado novos campos de luta com parceria com outros movimentos sociais, entre eles, o próprio MST. Sendo então, esses dois movimentos mais ligados ao campo e que encabeçam a luta pela Educação do Campo nessa construção da Reforma Agrária.

Ainda conforme Gohn, os Movimentos Sociais,

... representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. [...] A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade.

[...]

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.

[...]

Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. (2011, p. 335/336).

É na perspectiva da massificação das lutas, da realização de diagnóstico da realidade social e com ações voltadas para a sustentabilidade que os movimentos sociais no alto sertão tem se articulado e se organizado e como descrito pela autora, referenciando Touraine, esses movimentos tem sido de fato *o coração, o pulsar da sociedade* no Alto Sertão Sergipano.

Os movimentos sociais têm protagonizado lutas que perpassam a formação do sujeito, sobretudo do ser humano. A exemplo do MST, a luta pela Educação do Campo, é considerada fundamental no processo de construção da Reforma Agrária, pois se não há uma valorização na formação do sujeito como ser humano, pouco se consegue construir ou avançar como protagonistas da luta maior, seja a Reforma Agrária ou a construção de uma outra sociedade. Nesse processo pensamos com Caldart:

Falta amarrar, juntar essas questões e se debruçar mais profundamente sobre elas, admitindo o caráter ainda bastante disperso e fragmentado da teorização já produzida sobre os movimentos sociais, e especialmente nessa relação com o processo de formação de sujeitos. No âmbito da pedagogia, falta discutir especificamente a concepção do *movimento social como princípio educativo*. (CALDART, 2004, p. 323).

Caldart apresenta um conceito fundamental para a Educação do Campo, o movimento social como princípio educativo que estar para além de compreender a relação entre os movimentos sociais e a educação e de suas lutas em defesa das escolas no campo, mas, é nas práticas de lutas e do seu que fazer político que o sujeito se forma e aprende a lutar para transformar e a transformar-se a si mesmo, más que esta transformação não se dá na individualidade, pois, “um dos processos educativos fundamentais da participação dos sem-terra na luta está em seu *enraizamento* numa *coletividade em movimento*”(CALDART, 2000, p. 12). Esta relação se processa, como assevera ainda a autora:

Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, se forma então a *coletividade Sem Terra*, com uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que *se sente* ou *se vive* participando das ações ou do cotidiano do MST.

[...]

Afirmo, então, que este processo também pode ser interpretado como um processo de formação humana, e mesmo como a materialização de um determinado *modo de produção da formação humana*, cuja matriz é o próprio Movimento como sujeito e princípio educativo. Isto porque se fazemos o esforço de buscar compreender o sentido mais profundo da experiência humana de *ser Sem Terra*, ou *ser do MST*, nos encontramos com um movimento pedagógico de formação de sujeitos sociais e de seres humanos, que nos remete às questões de origem da própria reflexão pedagógica, ou da reflexão da educação como formação humana: como nos humanizamos, ou nos formamos como humanos? Como se educa uma pessoa para que se desenvolva em sua condição humana? Quais os valores que movem nossa intencionalidade educativa? Para que postura diante da sociedade nossa prática tem educado? (GOHN, 2011, p. 333/334).

E é essa perspectiva que abordo nesse estudo, ou seja, os movimentos sociais protagonizam a luta e em suas próprias práticas constroem os seus espaços formativos na construção da Educação do Campo, afinal o próprio movimento em si se faz como movimento pedagógico, ou seja, as ações e as lutas dos Movimentos se configuram como princípio educativo, onde o sujeito aprende na luta e no fazer orgânico do movimento em que participa.

Nessa relação, cabe ressaltar que a Educação do Campo passa a ser desenvolvida a princípio por meio de programas, sobretudo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que tem levado grandes avanços para o interior dos movimentos sociais na inserção de seus militantes em cursos formais nas universidades e instituições de ensino. Assim, tratar da relação dos movimentos sociais com Educação do Campo, é tratar de um processo educativo que se configura em um território, como descreve Fernandes,

Os territórios da Educação do Campo nos desafiam para construirmos as condições educacionais apropriadas para o desenvolvimento de um modo de vida em que a família, a terra, o alimento, a comunidade, a escola, o movimento, as pessoas, o trabalho estão acima da mercadoria. A mercadoria não vem em primeiro lugar, como no território de uma educação capitalizada. O espaço da vida é que nos move a solidariedade, às parcerias, ao companheirismo, ao comunitário e ao cooperativismo. A mercadoria será produto dessas relações, mais jamais será produto das relações sociais nos territórios de Educação do Campo. (FERNANDES, 2012, p. 15).

Contudo, a Educação do Campo, se configura como um território dentro de outros territórios que englobam as realidades existentes dos sujeitos do campo, sobretudo em um território da luta pela terra que tem dado destaque a luta pela democratização do saber, da escola e, sobretudo em busca da materialização da Educação do Campo por meio de diferentes formas de lutas e conquistas dos movimentos sociais, como assevera Rocha e Martins,

A Educação do Campo constitui-se atualmente como materialidade nas políticas públicas, nos movimentos sociais nas universidades, nos debates dos meios de comunicação, nas instâncias jurídicas, nas escolas, nos seminários e congressos científicos, nos órgãos estaduais, e a cada dia avança nas secretarias municipais de educação.

Mas como participante desse processo, ressaltamos que o protagonismo dos diferentes sujeitos nas instâncias deliberativas, avaliativas, com ênfase para a presença dos movimentos sociais e sindicais, e a preocupação em garantir a prática como objeto de reflexão, sistematização e socialização contínua são elementos centrais na força que o movimento assume. (ROCHA e MARTINS, 2012, p. 21).

Pois, os movimentos sociais em suas práticas de luta, seja ela qual for, desde as ocupações, as diversas marchas e manifestações, protagonizam a educação como princípio formador de suas bases através de diferentes tipos de aprendizagem, como descrito por Gohn, que “a aprendizagem no interior de um movimento social, durante e depois de uma luta, são múltiplas, tanto para o grupo como para indivíduos isolados”.(GOHN, 2011, p. 352).

Outro território que merece destaque nesse estudo, sobretudo por ser um espaço em que se configura o território da Educação do Campo, é o semiárido, espaço desta pesquisa, onde diferentes movimentos, como é o caso do MST e MPA, principalmente na luta pela Educação do Campo e que tem garantido suas lutas e realizações, seja a luta pela democratização da terra ou ainda pela Reforma Agrária e pela soberania alimentar.

É nesse território do semiárido, onde os processos de Educação do Campo têm causado transformações da realidade do descaso e abandono em que foi constituído os processos de educação nesta região que foram causadas ao logo da história deste território.

Bem como, uma desvalorização na educação, sobretudo da educação nas comunidades camponesas, que por séculos foram tidas como mera reprodutora do capital e da mão de obra dos coronéis, vigente até os dias atuais nesta região. Contudo, a Educação do Campo tem mudado esta realidade, como afirma Silva, Menezes e Reis:

No semiárido brasileiro, como já anunciado, as escolas tem se mantido isoladas, sem diálogo com o espaço de produção das chamadas tecnologias sociais como, por exemplo, o manejo da água (a captação e armazenamento) bem como com as inúmeras iniciativas na identificação da riqueza do bioma Caatinga como fonte de produção da vida nesse lugar.(2011, p. 64)

Nessa perspectiva, como forma de desmistificar esses processos de aprisionamento do conhecimento, surge à modalidade da educação contextualizada para contrapor os processos de educação vigentes para os sujeitos do campo no semiárido brasileiro.

É possível perceber que as práticas da Educação do Campo têm transformado a realidade deste espaço de produção de vida, de conhecimento e de cultura que é o semiárido. Assim sendo, o que se propõe é uma valorização não apenas dos sujeitos, mas também do espaço em que eles vivem, procurando valorizar as experiências protagonizadas por eles e, sobretudo, no seio dos movimentos sociais em busca de uma Educação do Campo, que seja acima de tudo emancipadora e que tem sido construída por diferentes véis.

Cabe-nos compreender como protagonistas desta história, que os Movimentos Sociais no alto sertão é a base das experiências que procuro descrever neste trabalho e que todo o processo de luta para a construção de novos rumos para a sociedade do campo na região tem sido protagonizado por tais movimentos, principalmente a partir de meados da década de 1990 com a ocupação da CHESF. Para isso, outras categorias também se farão presentes nesse texto, mas que nesse momento, nos detemos a estas que consideramos de maior impacto para essa construção.

No capítulo a seguir trataremos da atuação das lutas e dos movimentos sociais que passaram a construir novas relações de transformações das características, sobretudo, sociais do Alto Sertão Sergipano e todo o processo que tais lutas têm desencadeado em diversas conquistas espalhadas por todo o território para a emancipação do homem e da mulher do campo que deixa de ser submissos ao poder do grande fazendeiro que por muito tempo os explorou, seja como mão de obra para expansão e enriquecimento do poder do latifúndio, seja ainda como instrumento de dominação política.

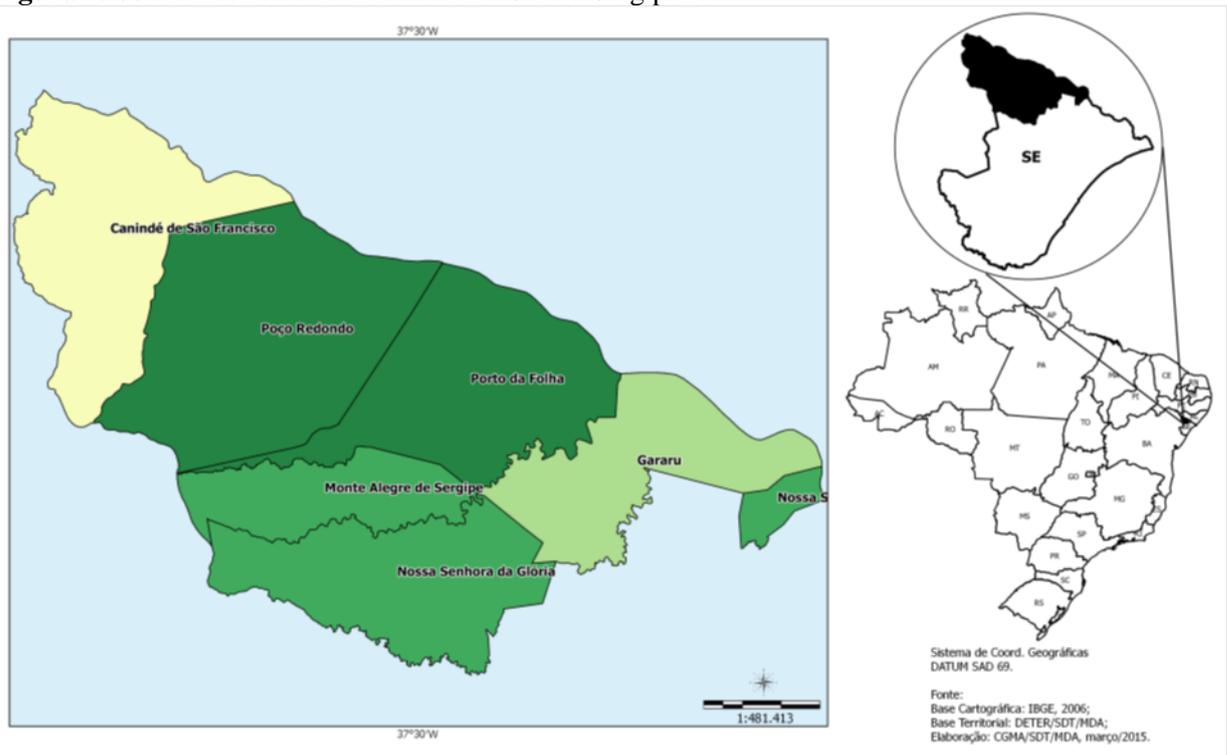
CAPÍTULO II

ALTO SERTÃO SERGIPANO: Lócus de uma História de Luta

*Vou ser breve: se a história é nossa, deixa que nós
escreve
(autor/a desconhecido)*

O Alto Sertão Sergipano corresponde sete municípios da parte noroeste do Estado de Sergipe – Canindé de São Francisco que faz divisa com Alagoas e Bahia no extremo noroeste; Gararu; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora da Glória; Nossa Senhora de Lourdes; Poço Redondo; e Porto da Folha – com uma área total de 4.900,683 Km² de extensão correspondente a 22,37% de todo o território do Estado de Sergipe, segundo dados do IBGE de 2007 que também dispôs em 2011 que a densidade demográfica dessa região é de 28 habitantes por Km². Os municípios são caracterizados pela vegetação de caatinga e clima semiárido, porém é uma região marcada por lutas e conflitos agrários desde a década de 1970.

Figura N°08. Território de Identidade Alto Sertão Sergipano



FONTE: Base Cartográfica: IBGE, 2006; Base Territorial: DETER/SDT/MDA; Elaboração: CGMA/SDT/MDA, março/2015.

De acordo com os dados do Sistema de Informações Territoriais (2018). , a população do Alto Sertão Sergipano está distribuída em sua maior parte vivendo na zona rural, sendo que 80.000 mil vivem nas zonas rurais e 12,8 mil vivem em zonas urbanas, contabilizando a porcentagem total da população sertaneja.

No que tange a Reforma Agrária, segundo dados também do caderno territorial do Alto Sertão Sergipano, até 2015 haviam um contingente de 4.418 famílias assentadas em 98 projetos de assentamentos, com um total de 101.931 hectares desapropriados e distribuídos nos sete municípios da região, sendo esta a região com maior número de assentamentos do

estado de Sergipe e abrigando projetos importantíssimos para o desenvolvimento da Reforma Agrária para o estado e para o conjunto do MST, quebrando assim a força do latifúndio na região com a desapropriação de propriedades de grandes empresários rurais, como podemos ver na tabela abaixo que 8 das 20 maiores propriedades do Estado de Sergipe estavam no Alto Sertão Sergipano e que já foram desapropriadas e hoje são assentamentos de Reforma Agrária:

Tabela Nº 02– Maiores propriedades do Alto Sertão Sergipano – 1990.

Nome	Nome das Propriedades	Área total Hectares	Ordem Coloc. SE	Município
1-Otávio Martins Peralva	-	7.491	1º	Canindé do São Francisco
2-José Ferreira Neto	Bela Vista e Santa Maria	6.595	3º	Poço Redondo
3-Carlos Alcino B. Mendonça	Cuiabá, Umburana, Alto Bonito e Barra ?	6.009 há	5º	Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Itaporanga
4- Elpídio Emílio dos Santos	Araticum	4.538 há	8º	Porto da Folha/
5- Djenal Tavares de Queiróz	Alegria, Sucupira, Varginha, Aguas Belas, São Francisco, Bela Vista e Santa Maria	4.315	10º	Feira Nova, Nsa. das Dores Canindé do São Francisco
6-Gentil Barbosa de Jesus	Belo Horizonte	3946	13º	Canindé do São Francisco
7 – Manoel Feitosa da Silva	Bom Jardim, Lagoa do Tamanduá e Aparecida	3.493	17º	Canindé do São Francisco
8-Elpídio Teixeira	Cachoeirinha	3.388	19º	Gararu

Fonte: INCRA (Seção Fundiária, 1990). In TANEZINI, p. 381, 2014.

Ao estudar a formação sócio territorial do Alto Sertão Sergipano, Lima (2007) destaca que:

Na mediação entre classes sociais oponentes, o *Estado pode intervir para sancionar uma relação de forças*, muito embora as leituras [e a realidade] apontem para um Estado articulado com os grupos hegemônicos e subordinado aos ditames dos donos do capital internacional, como salientou Marx. [grifo nosso]

Ao longo da História a classe hegemônica e o Estado têm criado estratégias para que a sociedade, cada vez mais *adapte-se* as novas exigências, obrigações e estratégias impostas pelas multinacionais e pelo mercado financeiro, como destaca François CHESNAIS (1996). Os verbos *adaptar-*

see integrar-se são *palavras de ordem na política econômica neoliberal*. No plano econômico estão associados a uma perspectiva modernizadora da produção. Numa leitura crítica, traz implícita a ideia de dominação capitalista sob a totalidade da sociedade e do espaço mundial.

Na verdade, o termo mais adequado seria *subordinar-se* ou *subjugar-se*, dado à lógica modernizadora e contraditória do capitalismo mundial que agrega os produtores ao processo de acumulação de riquezas de forma diferenciada. Alguns são integrados, a grande maioria é subordinada e subjugada aos seus interesses.

Na perspectiva acima apontada, o Estado é o principal mediador na mobilidade do capital ao elaborar, implantar e monitorar as políticas públicas. Tais políticas podem fortalecer ou negar a agricultura camponesa onde as formas e consequências do monitoramento e regulação são sempre agravadas em tempos de crise e de perda da democracia.

A luz de Karl Marx (1985, p. 262) compreendo como a mobilidade do capital aprofunda o processo de separação entre o trabalho e a acumulação da riqueza, iniciado na acumulação primitiva do capital, ou seja: “de um lado os possuidores de dinheiro, dos meios de produção e meios de subsistência (...) do outro, trabalhadores livre, vendedores da própria força de trabalho” que criam as condições fundamentais para a reprodução do capital. Essa suposta liberdade leva os trabalhadores a organizar lutas pela emancipação política ou se subjugam a lógica hegemônica.

A separação se sustenta na propriedade privada dos meios de produção, em especial da terra que não implica num distanciamento, mas, na subordinação dos donos da força de trabalho – os trabalhadores – aos donos dos meios de produção.

David Harvey em sua obra *Los Limites Del Capitalismo y la Teoria Marxista*, mostra que o capitalismo subordina as atividades humanas, transforma as relações sociais de forma não uniforme, dita a remodelagem das paisagens e concentra as forças produtivas, reordenando os territórios, integrando espaços e articulando os sistemas mercantis quando lhes interessam. Na História e Geografia Agrária observamos como tais processos em escala mundial e regional complexificam e segregam as estruturas socioespaciais na cidade e no campo, no rural e no urbano e com ritmos diferenciados, mas, sempre aproximando a relação entre produção da riqueza e geração de pobreza.

As políticas públicas ligadas a geração de riqueza ao adentrar os espaços rurais previamente selecionados, permitem que o capital modernize os processos produtivos, diversifiquem os empregos rurais não-agrícolas e, por conseguinte, criem novas estruturas espaciais (ou vice-versa), estabelecendo com isso novas relações de produção e de poder que, num processo dialético, expulsa e atrai a força de trabalho. Este conjunto de mudanças tem

alterado significativamente a estrutura socioespacial do mundo rural. Mas, este processo só ocorre em áreas técnicas e politicamente selecionadas. A maior parte do mundo rural brasileiro é excluída desse processo seletivo, mas todas estão subjugadas ao capital.

Canalizando estes olhares para o recorte espacial desta pesquisa, observo que o Alto Sertão de Sergipe teve pequenos recortes espaciais selecionados para ser base do projeto de modernização do capital, os demais ficaram à margem, criando as condições materiais objetivas e propícia a luta pela Reforma Agrária. Proporcionando assim uma transformação da questão agrária na região, pois a luta encontra nesse território uma legião de trabalhadores rurais analfabetos ou com baixíssimo grau de instrução escolar, evidenciando a necessidade da organização de processos educativos.

Este contexto nos fez suscitar a preocupação com a análise de como a Reforma Agrária, a educação em específico a Educação do Campo, foram tratadas nos diversos processos que engendraram a produção-reprodução do território do Alto Sertão Sergipano, pois, como nos ensinou Milton Santos (2005):

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. (SANTOS, 2005, p.)

Como já foi dito, a grande transformação sócio histórica e espacial do Alto Sertão Sergipano é fruto da luta pela Reforma Agrária, em especial pelo MST, de 1986, quando foi feita a primeira desapropriação, até 2014, foram desapropriadas 97 fazendas dando origem a 97 assentamentos congregando 5.302 famílias, em uma área superior a 100.580 hectares (TANEZINI, 2014).

A luta pela ampliação das conquistas no campo da Reforma Agrária continua. Em janeiro de 2014 o INCRA tinha cadastrado 48 novos acampamentos no território do Alto Sertão Sergipano, com 1.545 famílias.

Todavia, a conquista da terra não foi acompanhada das outras conquistas sociais, permanecendo o êxodo rural, os graves problemas relacionados à saúde e a dificuldade de permanência dos jovens, prejudicando a sucessão no campo. Um dos caminhos encontrados e fortalecidos pelos movimentos sociais de luta pela terra é a busca incessante para estruturar o que se convencionou chamar de Educação do Campo.

Assim, segundo Lima e Freitas,

A educação do campo, que nasce da luta pela reforma agrária, surge como espaço de denúncia das condições estruturais e sócio políticas imposta pelo

modelo do capital ao campo e, na construção dos quadros de referências para compreender e enfrentar tal realidade, passa a participar da construção das estratégias de resistência, enfrentamento e superação, contribuindo com a construção do novo projeto societário contra hegemônico. (LIMA e FREITAS, 2016, p. 1768).

Diante disso, para melhor compreender como esta questão se processa no âmbito do Alto Sertão Sergipano e através do que foi coletado, faço a seguir uma descrição, sem maiores aprofundamentos, das principais lutas existentes no Alto Sertão Sergipano em cada uma destas décadas, conforme a junção do material a respeito das mesmas postadas no blog Mestrado Educampo UFRB¹¹.

2.1 As Lutas e os Movimentos Sociais do Campo no Alto Sertão Sergipano

Tomando como base a discussão de Questão Agrária, feita por Guilherme C. Delgado (2005) no item 1 do capítulo anterior, compreendo que as lutas dos Movimentos Sociais no Alto Sertão Sergipano, tem se dado pela superação dos problemas relacionados, sobretudo, na luta pela Reforma Agrária. Contudo, é um processo gerado a partir dos diferentes contextos, nos conflitos existentes no meio rural e que tem se instaurado no Alto Sertão Sergipano nos diferentes momentos da história desta região.

2.1.1 História de luta e resistência

Uma das primeiras manifestações de luta de que temos notícia no Alto Sertão Sergipano é a presença do cangaço, como elemento de resistência contra o poder dos coronéis, muito forte no Nordeste nesse período. O cangaço em Sergipe tem grande impacto na região do semiárido, ou seja, do alto sertão, sobretudo nos municípios de Porto da Folha, Canindé de São Francisco e Poço Redondo onde tombaram Lampião e seu bando na Grota de Angicos em 28 de julho de 1938.

Outra importante luta mais antiga que se tem notícia, e se intensifica no Alto Sertão a partir da década de 1970, que se estende até a primeira década do século XXI, são as lutas das comunidades tradicionais, as quais se organizavam pela posse, reconhecimento e demarcação de suas terras. Destacamos aqui, principalmente a luta dos índios Xocós no município de

¹¹ Blog criado pela turma do componente de Movimentos Sociais e Reforma Agrária do Curso de Mestrado Profissional em Educação do campo em maio de 2017.

Porto da Folha e dos remanescentes de quilombos, no mesmo município, e a luta da comunidade Guia no Município de Poço Redondo, como descreve Tanezini (2014):

No Alto Sertão Sergipano a luta dos povos tradicionais pela territorialização se deu ao longo das três décadas da luta pela terra, a partir do final da década de setenta, atravessando suas três fases: os índios Xocó, inauguraram a questão agrária e a alteração desse espaço agrário - em 1979 e permaneceram em luta até completar seu território com o reconhecimento oficial da fazenda Caiçara, em 1991. A luta pelo reconhecimento das áreas de remanescentes de quilombos iniciada **em 1992**, com a luta do Mocambo, titulada em 2000 e a luta de Serra da Guia iniciada em 2004 se prolongou até **2013**. (TANEZINI, 2014, p. 360)

Ainda no final da década de 1970, os índios ocupam o território da ilha de São Pedro no município de Porto da Folha, território esse, circulado pelo Rio São Francisco, e que é conquistado há uma média de dez anos depois de iniciada a luta, como descreve Beatriz Góes Dantas, citada por Tanezini (2015):

Segundo Beatriz Góes Dantas, **em 1978**, após várias tentativas de serem reconhecidos como donos das terras, os Xocó, ocuparam a ilha de São Pedro, com apoio de militantes do PT, do DCE da UFS e a comissão Pró-Índio/SE, recém criada no mesmo ano nacionalmente, segundo Santos (2008). A primeira luta vitoriosa pela terra no Alto Sertão Sergipano foi o **reconhecimento da Ilha de São Pedro, como território Xocó, em 1979**. (In. TANEZINI, 2015, p. 364)

Já a luta dos remanescentes de quilombos na região é ainda mais antiga, pois os negros do mocambo em Porto da Folha já viviam ali desde o final do século XVII lutando pela demarcação e posse desta terra.

...a respeito do Mocambo de Porto da Folha, os “mocambeiros” viviam naquelas terras reivindicadas como território desde o final do século XVII, há mais de 300 anos. “Quilombos eram lugares escondidos no interior onde os escravos fugidos se refugiavam e ali formavam comunidades de resistência, Muitos índios também seguiam os negros na fuga contra a escravidão”. (TANEZINI, 2015, p. 370)

No que se refere à luta da comunidade Guia, também de remanescente de quilombo, no município de Poço Redondo, apesar de já estarem nessa comunidade há muitos anos, só se tem registro do processo de luta desses povos a partir da década de 1990, como veremos no tópico a seguir.

Além das lutas dos índios e dos negros, a década de 1980, foi um período de lutas ligadas, sobretudo a igreja católica a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que articulou por todo o Brasil diversas manifestações e lutas voltadas para a organização dos

trabalhadores do campo e da cidade, e vai dar origem a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que desenvolverá importantes lutas por terra por todo o país, como descrevi em meu trabalho de monografia do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba UFPB¹²:

Também inspirada pela Teologia da Libertação, surgem as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) como forma de organizar os trabalhadores rurais e urbanos na luta contra as injustiças e por seus direitos, que, em meados da década de 1970, já existiam em todo o Brasil.

Em 1975, é criada, em Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir das comunidades das CEBs, em meio a inúmeros conflitos e devastação de povos indígenas na região amazônica. Com a eclosão de conflitos pela terra em todo o país, a CPT passa a atuar, a nível nacional, em um organismo pastoral autônomo. (JESUS, 2008, p. 18).

É nesse contexto que acontecem as lutas por terra no Alto sertão sergipano na década de 1980, que se dão através da CPT e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR).

A primeira luta que se tem registro nesta década (1980) no Alto Sertão é a ocupação da Fazenda Morro do Pato, no município de Nossa Senhora da Glória, em agosto de 1985, por trabalhadores rurais ligados ao STR, como descreve Sobral (2002):

Morro do Pato, no Município de Nossa Senhora da Glória, foi a primeira ocupação de terra no Estado de Sergipe, no período de abertura política, em agosto de 1985. Tratava-se de um latifúndio pertencente à diocese de Propriá e que estava abandonado. Alguns camponeses, muitos dos quais ligados ao Sindicato Rural de Nossa Senhora da Glória, sob a direção de João Santana, mais conhecido como João Sessenta, começaram a fazer roças comunitárias na área e, após várias discussões, resolveram ocupar aquela área. (SOBRAL, 2002, p. 66)

Nesta ocupação, tem-se registro que os trabalhadores tiveram apoio da própria igreja através de “freiras que os ajudavam, porém, quando se instalou o conflito, elas recuaram e tomaram partido da igreja.” (SOBRAL, p. 66 2002). Foi uma ocupação marcante para o desenvolvimento de lutas posteriores, como é o caso Barra da Onça.

A Luta pela terra, na fazenda Barra da Onça no Município de Poço Redondo, foi importante, inclusive para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe. A ocupação se deu em setembro de 1985, articulado tanto pelos STR como pela CPT, e foi organizada a partir de diferentes frentes de ocupação, ou seja, cada grupo ocupou um ponto diferente do latifúndio, como descrevi no trabalho monográfico

¹²Monografia intitulada A luta pela Terra e a consolidação do MST em Poço Redondo/SE – 1996/2000. UFPB 2008.

apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Residência Agrária UFS¹³. Foi uma “luta protagonizada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha, com apoio da Pastoral da Terra e da Pastoral Social de Poço Redondo ligado à Diocese de Propriá” (JESUS, 2015 p. 48). Vale ressaltar que a Fazenda Barra da Onça, foi o primeiro imóvel desapropriado no estado de Sergipe para fins de reforma agrária. Na ocupação, se deram conflitos, que ainda sofria repressão militar com operações policiais violentas, como descreve Silva e Lopes (1996):

A primeira operação policial para desalojar as 17 famílias do “grupo de Poço Redondo” aconteceu no dia 26 de setembro de 1985. Fazia apenas três dias que eles haviam ocupado o imóvel. Expulsos. Acamparam em um local a beira de uma estrada próxima a “fazenda”. (SILVA E LOPES, 1996, p.34).

Sobral ainda acrescenta,

No dia 5 de outubro, a polícia não satisfeita, destruiu o acampamento na beira da estrada. Os ocupantes então mudaram a estratégia, chamada por Raimundo de assentamento popular: de dia, eles ocupavam as terras e, de noite, eles voltavam para Poço Redondo para dormir. E este grupo inicial começou a crescer rapidamente, mesmo diante das pressões. O grupo marcava as assembleias na caatinga e discutia as formas de encaminhamento dos problemas. Nessas reuniões **apareceu um grupo de apoiadores de Nossa Senhora da Glória, de mais ou menos dez pessoas**, dentre eles João Santana, Mikchael Dessy e Madalena Santana. (SOBRAL, 2006, p. 108, grifos nossos).

Além das ocupações, ocorreram também importantes mobilizações pela desapropriação de terras e contra as oligarquias rurais daquele período na região. Entre estas manifestações, se destaca uma que aliava luta e Fé, que foi a realização da 9ª Romaria da Terra em Poço Redondo, com o tema “Terra dom de Deus, conquista de um povo em outubro de 1986” (SOBRAL, 2002, p. 55). Foi um evento de animação e resistência na luta e o fortalecimento entre os trabalhadores e a pastoral da terra da Diocese de Propriá.

Os trabalhadores que não foram assentados em Barra da Onça juntaram-se a outros trabalhadores ligados aos STR de outros municípios, e ocuparam a Fazenda Pedras Grandes, também no município de Poço Redondo, como relata o Senhor Sebastião em entrevista que me foi concedida para a realização do trabalho monográfico da graduação:

Os excedentes de Barra da Onça ocuparam, em 26 de dezembro de 1986, a Fazenda Pedras Grandes, no mesmo município, que era do mesmo dono e que estava abandonada. Juntaram-se a eles trabalhadores de Monte Alegre e

¹³Monografia intitulada O MST e a transformação agrária em Poço Redondo/SE. UFS 2015.

do povoado Sítios Novos. O acampamento, assim como Barra da Onça também sofreu perseguição da Polícia Militar e dos fazendeiros, sob comando do então governador do estado, como relata um assentado entrevistado. Quando fizeram os barracos ali do lado de cima, foi quando a polícia veio, prendeu gente, *escurraram* outros, queimaram barracos, queimou galinha, panela, feijão, o que tinha dentro, derrubaram tudo e queimaram com tudo... (Sebastião da Silva Neto, em entrevista a este autor em 19/12/2007).

Como relatados pelo Senhor Sebastião, Pedras grandes também foi uma luta de grandes desafios pelas diversas repressões, mas, assim como Barra da Onça, conseguiram conquistar a terra e passaram a serem exemplos de luta e resistência para o estado de Sergipe.

Trabalhadores destas ocupações participaram do **Congresso de Fundação do MST em 1985**, que juntamente com outras lideranças no estado de Sergipe fundaram este Movimento. Isso se deu com “a participação de **9 representantes no 1º Congresso Nacional**. Os conflitos por terra estavam então em plena efervescência, nas regiões de Própria e Pacatuba”. (MORISAWA 2001, p. 182).

A partir de então com ha uma unificação das lutas por terra que passam a serem coordenadas por este Movimento que passa a se expandir por todo o estado de Sergipe e não se tem notícias de outros movimentos e lutas nessa região até meados da década de 90.

2.1.2 *A efervescência da Luta Pela Terra no Alto Sertão Sergipano na década de 1990*

As lutas no Alto Sertão Sergipano, na década de 1990, se deram, sobretudo pela organização do Movimento Sem Terra que desenvolve nesse período sua fase de expansão pelo estado de Sergipe. Contudo, o MST tinha os STR como espaço de discussão nos municípios da região e passam a intensificar a luta a partir de 12 de março de 1996 com uma grande ocupação de trabalhadores no alojamento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) as margens do Rio São Francisco no município de Canindé, a qual tinha o objetivo de unificar forças e ocupar posteriormente vários latifúndios espalhados por todo o território. Eram cerca de duas mil famílias que ocuparam o alojamento, representando a maior ocupação do Movimento Sem Terra, até então, no estado de Sergipe, como também descrevi em meu trabalho de monografia, citado anteriormente:

Essa ocupação tinha seus objetivos e finalidades definidas, ou seja, reivindicava-se a desapropriação das Fazendas Cuiabá (com 2.023 hectares), e a Fazenda Bela Vista (com 1.200 h), ambas no município de Canindé do São Francisco. Porém, a principal reivindicação se dava pela desapropriação de 15 mil hectares no município de Poço Redondo, incluindo-se nelas mais de cinco mil hectares que transformariam o Projeto de Irrigação Jacaré

Curitiba, em projeto de assentamento de Reforma Agrária, que teriam sido planejados para a implantação de lotes empresariais.

Os trabalhadores envolvidos nessa ocupação eram oriundos de todos os municípios do sertão sergipano, como também trabalhadores vindos de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Em sua maioria, eram trabalhadores rurais que trabalhavam no alugado para grandes e pequenos latifundiários da região, mas também trabalhadores urbanos, que haviam sido expulsos do campo com o avanço do agronegócio, além daqueles que haviam ficado desempregados com o fim das obras da hidroelétrica de Xingó. (JESUS, 2008, p. 30-31).

Assim, oriundas desta ocupação, várias outras se deram em reivindicação dos referidos latifúndios que trouxe na citação anterior, que é o caso da marcha que ocupou em 12 de abril de 1996 a Fazenda Cuiabá, como descreve em seus versos o poeta popular José Ailton Franculino dos Santos a respeito da referida ocupação:

[...]
 Só passaram 30 dias
 Na CHESF sem trabalhar
 O fazendeiro Antônio Dutra
 Começou andar por lá
 Disse a porteira está aberta
 Da fazenda Cuiabá
 [...]
 Formaram duas fileiras
 Amigo vou lhe explicar
 Chegando em Canindé
 Só via o povo falar
 Estamos no fim da era
 O mundo vai se acabar
 [...]

Como podemos ver na figura (Nº 08), era mesmo de impactar, afinal estamos tratando do ano de 1996 quando ainda não existia na região um processo de luta massiva como foi a partir desta ocupação que reuniu mais de dois mil (2.000) trabalhadores rurais na luta pela terra.

Figura Nº 09 Marcha de ocupação da Fazenda Cuiabá, saindo das margens do Rios São Francisco (Alojamento da CHESF) até a sede da fazenda no Município de Canindé de São Francisco abril de 1996.



FONTE: Arquivo do MST/SE

De origem da ocupação da CHESF, e sendo a terra da Fazenda Cuiabá em Canindé de São Francisco, insuficiente para todos os acampados, os excedentes ocuparam no dia 18 de setembro de 1996 a fazenda Alto Bonito,

...que abrangia terras de dois municípios - Canindé do São Francisco e Poço Redondo. Essa grande ocupação do Alto Bonito, com mais de 1.800 famílias, formou uma verdadeira “cidade de lona preta” com grande visibilidade por localizar-se nas margens da rodovia estadual SE-230. (TANEZINI, 2014, p.395).

A partir das ocupações, realizaram-se marchas, como é o caso da Marcha Nacional realizado em 1998, que, em Sergipe, aconteceu de 24 de agosto a 07 de setembro saindo de Canindé a Aracaju. Os trabalhadores, em sua maioria de Poço Redondo, percorreram aproximadamente 200 km com as mais diversas reivindicações, juntando-se, aos trabalhadores das demais regiões e a outros movimentos, participaram do grito dos excluídos no dia 07 de setembro no centro de Aracaju. Outras importantes marchas, mobilizações e atos se deram por toda a região por reivindicações para os acampamentos espalhados por vários municípios, com destaque para Poço Redondo que concentrou o maior número de ocupações na década de 1990.

2.1.3. *Novos campos de luta no Alto Sertão Sergipano no início do século XXI*

A primeira década do século XXI no Alto Sertão Sergipano é marcada por transformações nas lutas estabelecidas neste território. Muitas das ocupações realizadas pelo MST já haviam conquistado a terra, as lutas desenvolvidas na última década do século anterior passa a dar visibilidade na construção de um processo de reforma agrária. Deste modo, as lutas passam a ganhar novos campos de atuação e inclusive surgindo novas frentes de luta, ou seja, estas se desligam apenas da luta pela terra e passam a ter grande atuação, pela organização de novas comunidades de pequenos agricultores, e a luta de jovens por direitos a educação. Assim, lutas antigas, como é o caso dos quilombolas, continuam a se desenvolverem na região.

A luta da Serra da Guia em Poço Redondo, sobretudo pela demarcação do território quilombola, que embora não haja registros históricos de como esses remanescentes chegaram naquela região, nem de quando se inicia a luta pela posse daquelas terras, ganham ênfase a partir da primeira década do século XXI.

A luta da Serra da Guia, em Poço Redondo, com 197 famílias (871 pessoas), igualmente apoiada pelas pastorais sociais da mencionada Diocese de Propriá, pelo seu reconhecimento enquanto comunidade remanescente quilombola é bem mais recente e se iniciou na primeira década do século XXI.

Diante da nova legislação o processo em grande parte tornou-se responsabilidade do INCRA, após a auto-identificação da comunidade e reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, sob processo INCRA nº 45370000549/ Serra da Guia 2005/38.

O processo avançou a partir de 25 de **fevereiro de 2010**, com a conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTIDT) da Comunidade Remanescente de Quilombo “Serra da Guia”, Poço Redondo/SE, pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA-SR 23/SE. (TANEZINI, 2014, p. 374)

Entretanto, as ocupações de terra no alto sertão lideradas pelo MST continuam com ênfase nesse início de século, embora com números bem mais reduzidos de famílias conforme descreve Tanezini (2015):

Apenas em Monte Alegre a situação se manteve a mesma do ano anterior nos 8 acampamentos (116 famílias) antigos criados **entre 2003 e 2007**.

A estratégia de ocupação vem sendo afetada pela possibilidade concreta de vitória majoritariamente constituída de assentamentos bem menores que no início do processo de reforma agrária. Dessa forma ao invés dos grandes acampamentos-mãe numa região, predominam hoje os pequenos acampamentos de 5 a 29 famílias, seguidos pelos médios de 30 a 99 famílias, disseminados em diversas áreas, sendo raros (apenas quatro) os grandes assentamentos de mais de 100 famílias: Herbert de Souza, com 288 famílias,

em Poço Redondo, iniciado em 1999; Adão Preto com 110 famílias, em NSa Glória, iniciado em 2000; Manoel Dionízio Cruz com 120 famílias e Luiz Alberto com 227 famílias, ambos em Canindé do São Francisco, iniciados em 2010 (INCRA/OUVIDORIA AGRÁRIA, 13/12/2010)¹ sendo que não surgiu nenhum grande acampamento até outubro de 2011. (TANEZINI, 2014, p. 416)

Contudo, como já dito anteriormente, as lutas nesse período não se concentraram apenas pela terra, mais passaram a ganhar novos campos de atuação, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que passa a organizar os camponeses a partir da Comunidade Retiro no Município de Monte Alegre no ano 2000, conforme lideranças contactadas. Expandindo para diversas outras, a exemplo, das comunidades Santa Rita e Pelado no Município de Canindé de São Francisco; Comunidade Cururu, Garrote do Emiliano e Maranduba em Poço Redondo; Comunidade Lagoa da volta em Porto da Folha, entre outras. O MPA passa a atuar também na discussão acerca da produção de alimentos saudáveis e na organização dos agricultores através do seu plano camponês, bem como, contra os transgênicos e pela soberania alimentar, trazendo discussões acerca da organização da produção e na luta contra a exploração destes trabalhadores.

Cabe destacar aqui, outra forma de organização da luta nesse início de século (XXI), que é o caso da atuação do Coletivo de Juventude Campo e Cidade do Alto Sertão, articulado e formado por jovens oriundos de grupos sociais, como relatam os membros do coletivo Damião e Elielma:

O Coletivo da juventude Campo e Cidade do alto sertão sergipano é uma articulação da juventude dos Movimentos Sociais do campo, pastorais, grupos culturais, sindicatos, estudantes dos diversos municípios do alto sertão sergipano, que desde 2008 vêm buscando se organizar enquanto juventude da classe trabalhadora para unificar força e bandeiras de luta. Partindo a princípio de uma análise da conjuntura política e da realidade social da juventude do alto sertão sergipano, diante dessa realidade se percebeu a necessidade da juventude sertaneja buscar instrumentos de organização, para construir lutas comuns a toda a juventude (In. <http://mstsergipe.blogspot.com.br/2013/09>)

O coletivo promoveu cursos de formação para a juventude e encabeçou a luta pelo campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no Alto Sertão Sergipano que foi retomada pelo mesmo no ano de 2009 com várias ações na região por meio do Território da Cidadania do Alto Sertão. Dessas lutas, destacamos a principal delas, que foi a marcha que aconteceu “em 11 de agosto de 2011, (...) com a participação de 12 mil pessoas, saindo do Projeto de

assentamento Queimada Grande até o Ginásio de esportes da cidade de Poço Redondo, onde aconteceu audiência pública”¹⁴.

Figura N° 10: Marcha pela UFS no Sertão em 2011



FONTE: expressaosergipana.com.br Acessado em 28/03/2019

Os jovens ainda protagonizam a luta, não apenas por meio de um grupo específico, mas, sobretudo, pela garantia dos direitos, entre eles o direito a educação. Como é o caso da

¹⁴Elielma Barros e Damião Rodrigues (Coletivo da Juventude Campo e Cidade) Postado por MST - Sergipe às 20:49 em 3 de setembro de 2013.

ocupação da rodovia SE-206 em 10 de dezembro de 2015, por reivindicações nas melhorias para as escolas estaduais, principalmente do Centro Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro que recebe educandos/as de todo o Alto Sertão para os cursos tecnológicos em agropecuária e agroindústria.

Outro destaque para a luta dos jovens pela educação, é a ocupação das escolas estaduais em outubro e novembro de 2016, contra a PEC 241 – Atual PEC 55 –que trata do congelamento dos recursos públicos da educação e saúde por vinte anos, bem como, contra a Lei 13.415, que foi publicada em 2017 que trata das mudanças no ensino médio. Com destaque para o Centro Estadual de Educação Profissional Dom José Brandão de Castro – no qual tive a oportunidade de acompanhar –Colégio Estadual Justiniano de Melo e Silva, ambos no município de Poço Redondo, e o Colégio Estadual Professora Maria Zenite dos Santos no Povoado Lagoa Redonda no município de Porto da Folha. Além de outras tentativas de ocupações, como é o caso do Colégio Estadual Dom Juvêncio de Brito no Município de Canindé de São Francisco, Colégio Estadual Manoel Messias Feitosa no Município de Nossa Senhora da Glória e Colégio Estadual 28 de janeiro no município de Monte Alegre. Sendo esta uma luta que se deu em todo o Brasil e que infelizmente o governo – golpista, diga-se de passagem – não respeitou a luta destes jovens e ainda tinha a indecência em propagandear que para a tal mudança foi ouvida mais de 70% da população, desrespeitando assim a luta e a população brasileira¹⁵.

Nas primeiras décadas do século XXI, registrou-se também outras lutas de movimentos e grupos sociais e de trabalhadores isolados, como é o caso das ações dos sindicatos de servidores nos municípios, a exemplo da manifestação de trabalhadores do campo e da cidade em Canindé de São Francisco no dia 1º de maio de 2012. Entre estes enfrentamentos, algumas manifestações pontuais de comunidades pela resolução de problemas constantes, como a falta de água nos municípios e pela valorização do trabalho dos pequenos produtores, a exemplo do fechamento da rodovia SE206, conhecida como Rota do Sertão, nas imediações do Povoado Vaca Serrada, no dia 23 de novembro de 2016, entre os municípios de Monte Alegre e Porto da Folha contra o fechamento de fabriquetas e pequenos laticínios nos referidos municípios, conforme noticiado pelo G1SE. Diversas outras manifestações espalhadas por todo o Alto Sertão Sergipano se configuram em processos que não apenas estão dentro dos Movimentos Sociais, mas que acontecem de formas diversas em todos os municípios.

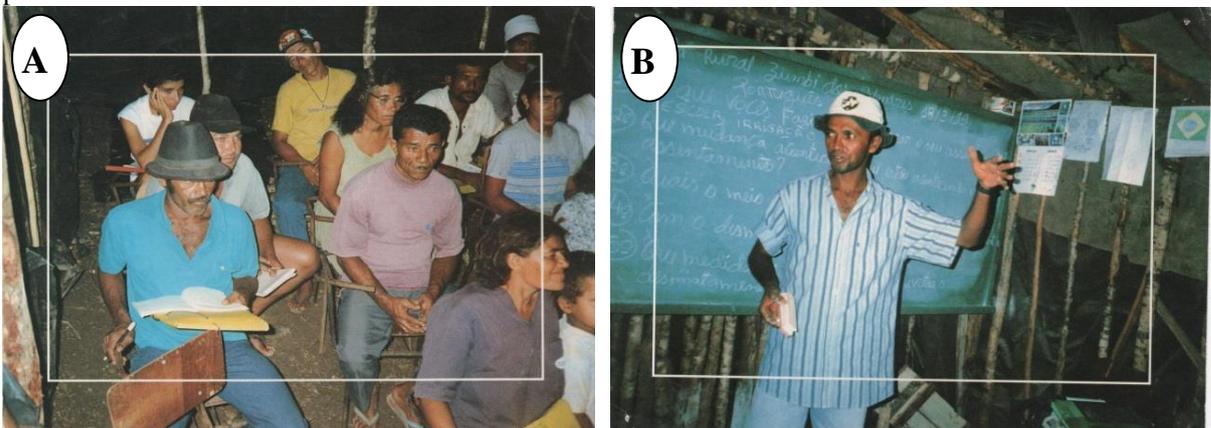
¹⁵Cabe ressaltar que esta parte da pesquisa foi realizada ainda no final de 2017 quando fazíamos o curso como aluno especial. Porém, mesmo com mudança de governo, o golpe só se confirma e se concretiza cada vez mais.

2.2 A Luta por Educação do Campo e contra o fechamento das escolas do campo no Alto Sertão Sergipano

A luta por escola do campo no Alto Sertão Sergipano surge, assim como em todo o território nacional, associada aos conflitos agrários, tendo como eixo primeiro à luta por terra protagonizada pelo MST, que desenvolve uma luta de caráter massivo onde as famílias se mudam para os acampamentos e passam a necessitar de escola para seus filhos, “se não fosse o caráter massivo e popular do Movimento e esse seu traço específico de fazer a luta com as famílias, não haveria crianças nos acampamentos, tampouco professoras. Talvez a necessidade aparecesse depois nos assentamentos...” (CALDART, 2004, p. 235)

Não diferente dos processos organizativos do MST a nível nacional, no Alto Sertão Sergipano, a luta pela escola para os filhos dos trabalhadores se dão ainda no acampamento. Assim, nestes espaços, a luta pela escola se fizeram presentes, sobretudo nos acampamentos das fazendas Cuiabá e Alto Bonito (1996/1997), onde foi necessária a construção do barracão da escola para as crianças estudarem durante o dia e os adultos durante a noite com as turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Figura Nº 11. A. Alunos da Educação de Jovens e Adultos na Escola Rural Zumbi dos Palmares no Acampamento Alto Bonito no Município de Poço Redondo/SE. **B.** Educador de EJA, dando aula no período noturno em barraca de lona.



Fonte: Fundação de Apoio a Pesquisa e extensão – FAPESE – Universidade Federal de Sergipe (2000).

No que se refere às escolas das crianças, foi preciso articular a militância dentro do próprio acampamento para assumir essas aulas e com isso criou-se parcerias com as secretarias de educação de alguns municípios do alto sertão, entre eles, os municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Monte Alegre que cederam educadores do seu

quadro efetivo, na maioria professoras esposas de acampados, bem como a contratação de militantes do próprio acampamento. Essas/es educadoras/es passaram a assumirem a tarefa de educar os filhos da luta, os quais passavam por um processo de formação realizada pelo próprio setor de educação, na busca pela construção de uma escola diferente, ou seja, que não fosse mera reprodutora do sistema de ensino vigente no nosso país, mas que contemplasse os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Além das parcerias com os municípios, foram criadas as turmas de EJA a partir de parceria com a Universidade Federal de Sergipe, onde acampados e assentados passaram a militar no setor de educação através desta modalidade, mesmo muitos destes não tendo concluído se quer o Ensino Fundamental, passaram a receber formação por meio da parceria MST/UFS/INCRA, para assumirem as turmas nos acampamentos e, posteriormente, passaram por um processo de escolarização através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Daí é que se criou no Estado de Sergipe a primeira turma de supletivo para a conclusão do Ensino Fundamental e conseqüentemente o Curso de Formação do Educador Popular no Ensino Normal (Magistério) e na sequência as licenciaturas que garantiram além da formação destes educadores ligados ao MST, diversos outros militantes de atuação na Educação do Campo, o que trataremos mais adiante.

De acordo com Caldart (2009, p. 35) a Educação do Campo “é um fenômeno recente da realidade educacional brasileira, que tem os movimentos sociais camponeses como principais protagonistas e que nos exige um olhar de totalidade”. Com isso, compreendo que apesar de ser uma luta que surge no seio dos Movimentos Sociais, sobretudo do MST, hoje tem sido abordado por diversos seguimentos na busca pela igualdade de direitos educacionais que vão além da base destes movimentos. Assim, tem sido uma luta de superação de desigualdades em que se construiu o campo brasileiro, como descreve Vendramini:

A educação do campo vem conquistando espaço, nos últimos anos, nos debates e nas políticas educacionais no Brasil. Tal fato merece nossa reflexão, diante do contexto em que ele se manifesta. Observamos a continuidade do êxodo rural, iniciado no século passado e intensificado nas décadas de 1960 e 1970 (hoje, 19% da população vive nas zonas rurais), a inviabilização da agricultura familiar e o fortalecimento do agronegócio e da produção para a exportação. (VENDRAMINI, 2007, p. 122).

Nesse contexto de superação do êxodo e do avanço do agronegócio é que tem se pautado a luta dos movimentos sociais por educação do campo no Alto Sertão sergipano protagonizados pelo MST e pelo MPA. Com isso, tem procurado garantir a formação de seus

militantes para desenvolverem atuação na superação desta realidade do campo brasileiro e de nosso território.

É notável que os principais elementos da luta dos movimentos sociais pela Educação do Campo são em favor da implementação dessa política na educação básica e contra o fechamento das escolas a fim de garantir qualidade e direito a educação dos sujeitos do campo no seu espaço de vida e de trabalho como atesta a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), em seu artigo 1º, § 2º ao indicar que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”.

Assim, tem se pautado a luta no Alto Sertão Sergipano. São inúmeras as escolas “conquistadas”, porém sem um maior entendimento da construção de tal política pública. É o caso de várias escolas de assentamento em que o poder municipal garante apenas o funcionamento das escolas, mas não assumem a reivindicação do/s movimento/s para o funcionamento das mesmas e assim, estas continuam a funcionar apenas como uma escola rural, ou mera reprodução das escolas urbanas, sem levar em consideração as demandas dos movimentos sociais, como disposto no artigo 9º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o qual define que, “as demandas, provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitando o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente”. (KOLING, CERIOLI e CALDART (org.) 2002, p. 84). Contudo, não garantem a contínua construção da Pedagogia do Movimento que deve ser entendida, como um processo em construção da educação de cada movimento social, como assevera Caldart,

...é preciso entender que a luta pela Educação do Campo não substitui a construção histórica da Pedagogia do Movimento, e da construção do projeto de educação de cada movimento social, naquele sentido alargado de uma educação vinculada a processos de luta social organizada, capaz de mexer na estrutura de valores, na visão de mundo dos camponeses, de modo que assumam a perspectiva de construção de um projeto de campo que se situe “para além do capital” (Mészáros, 2005), e que essa educação deve ser feita de forma menos tutelada e escolarizada e desde as demandas próprias da formação dos militantes da organização, mas na necessária perspectiva de classe trabalhadora unificada na luta contra o capitalismo. (2009, p.58).

Infelizmente o poder público, principalmente o municipal, fecha os olhos para estas demandas e continuam a reproduzir uma educação que não emancipa a identidade do sujeito do campo. A demanda principal nas primeiras décadas deste início de século – XXI – tem se dado no propósito da manutenção das escolas abertas, pois “*virou moda*”, sobretudo a partir

de 2003, fechar escolas do campo, com a justificativa da seriação, conforme descreve Vieira, Santos e Jesus:

...o fechamento das escolas do campo foi imposto para a comunidade rural com argumentos superficiais que não levaram em consideração as particularidades dos sujeitos do campo. Não foram considerados os significados sociais, políticos e econômicos na mudança campo-cidade, bem como não houve discussão com as comunidades que tiveram suas escolas fechadas. (2012, p. 03).

As autoras ainda descrevem, com base em Arroyo 2005, que:

Estas ações governamentais desenvolvidas em nome de uma qualidade no processo educativo que fecham as classes multisseriadas, figuram mais como uma imposição do modelo urbano seriado, removendo assim as escolas do campo para núcleos na cidade e povoado. O autor afirma que “a escola seriada é uma das instituições mais seletivas e excludentes da sociedade brasileira” (ARROYO, 2005, p. 84). Então, o argumento de qualificar a educação das crianças do campo não justifica o fechamento das escolas. (VIEIRA, SANTOS e JESUS 2012, p. 03).

É nessa perspectiva que os movimentos sociais no Alto Sertão têm se debruçado, ou seja, na luta contra o fechamento das escolas, embora tenha parecido ser em vão, pois são inúmeras escolas do campo fechadas, as quais tem se pautado com base em brechas na legislação vigente em nosso país, como deixam claro, as autoras supracitadas:

Com isso, a legislação no art. 23¹⁶ deixou aberto à possibilidade da organização do ensino no campo ser em grupos não seriados. Contudo, no Plano Nacional de Educação (PNE) indica como meta “... a ampliação da oferta das quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes...”. Indica ainda como uma das metas e objetivos para o ensino fundamental “associar as classes isoladas unidocentes remanescentes a escola de, pelo menos, quatro séries completas” (PNE, 2000, p. 26). Essa contradição evidencia que há brechas na legislação que possibilitam para que esses direitos sejam subestimados.

...
Essa flexibilidade na legislação permitiu que o poder público fechasse as pequenas escolas no campo se apropriando dessa argumentação para impor a nucleação nas comunidades rurais. (VIEIRA, SANTOS e JESUS 2012, p. 04).

Essa situação tem sido ainda mais gritante nas comunidades em que os trabalhadores não estão organizados em movimentos sociais e/ou sindicais, embora tendo sido resistentes e partindo para embates constantes com o poder público, contudo, essa luta ganha maior intensidade quando aliada aos movimentos sociais, conforme descreve Vendramini:

¹⁶As autoras se referem aqui a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB.

A Educação do Campo ganha um novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo. Pensar um projeto de Educação do Campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais. (2007, p. 129)

No Alto Sertão isso tem ficado claro, pois apesar de insistentes lutas dos trabalhadores contra o fechamento das escolas, estas tem se dado com maior frequência onde às famílias ainda não estão organizadas em movimentos. Embora estes tenham sido acionados para contribuir na luta contra esta situação e também não tem deixado de ser alvo de tal prática, pois são inúmeras as escolas fechadas nos assentamentos e comunidades onde os movimentos (MST e MPA) se fazem presentes, como é o caso do P. A. Jacaré Curitiba, no município de Poço Redondo, em que das três escolas, funciona apenas uma como escola nucleada para todo o assentamento, o que gera alguns de confortos em determinados períodos do ano, ou seja, em períodos de chuvas alguns estudantes são prejudicados, pois os transportes escolares não conseguem percorrer algumas agrovilas por conta da falta de estruturação das estradas vicinais¹⁷.

Outro destaque nesse processo é descrito por Carvalho e Sergio:

A Escola Assentamento Fortaleza, fechada arbitrariamente pela administração municipal em nome de uma pretensa qualidade de ensino, desconsiderou os anseios da comunidade, bem como os resultados apontados pelo Inep referentes aos indicadores Educacionais da escola em 2015, conforme a tabela a seguir. Estes tomaram por base a média das escolas da cidade, do estado e do Brasil considerando a rede pública de ensino

Indicadores da Escola Municipal Assentamento Fortaleza

INDICADORES	BRASIL	MUNICÍPIO	ESCOLA
Média de alunos por turma	17,3	21,4	23,5
Percentual de docentes com ensino superior	100%	81,3%	57,3%
Taxa de reprovação	10,3	14,8	8,3

Fonte: Indicadores Educacionais INEP 2015

Além desses dados, a escola tinha quase 50 alunos, número considerável para a mantê-la aberta. Além disso, as classes multisseriadas metodologicamente são viáveis e possibilita o estudo de temas de maneira global, respeitando-se a faixa etária dos educandos bem como a sua realidade. (2017, p. 13).

¹⁷ O referido assentamento, do qual faço parte, é composto por 36 agrovilas e uma media de 5 mil pessoas, entre assentados e agregados.

A partir dos dados que as autoras trazem, é possível perceber o descaso para com as escolas e as comunidades do campo e que o processo do fechamento das escolas tem interesses, como assevera ainda as autoras:

... o fechamento das escolas do campo, (...), visa atender interesses econômicos muito mais que pedagógicos. Fica-nos claro que a concepção de educação e de qualidade de ensino adotada pela administração municipal se coaduna com os interesses desenvolvimentistas atuais que têm como objetivo preparar mão de obra qualificada para o trabalho que se distancia da agricultura familiar, pois pensa o campo sem gente, a agricultura sem agricultor e uma escola que valoriza o urbano e tenta forjar outra identidade para o campo. (CARVALHO e SERGIO, 2017, p. 14).

É notório a partir dos dados levantados pelas autoras que o enfrentamento dos movimentos sociais se faz necessário contra o descaso com a educação e com as escolas do campo, o qual sofre o avanço de uma política de mercado proporcionada pelo agronegócio em nosso país.

Outra situação recente que merece destaque neste estudo é a ação do ministério público do município de Canindé de São Francisco, o qual em 2018 exigiu que não houvesse transportes para levar estudantes para a sede do município e que os mesmos permaneçam nas escolas das comunidades e povoados, até aí, uma atitude louvável pelos movimentos sociais a princípio. Contudo, as escolas que estão no campo, na maioria delas, já funcionavam como escolas nucleadas, recebendo estudantes de diferentes comunidades e assentamentos, como relata a gestora de uma destas escolas: “aqui a maioria de nossos alunos, eu diria que 95% vem de vários assentamentos, e somente 5% é desta comunidade”, tendo estes estudantes que percorrerem distâncias significativas para chegarem à escola em condições precárias, em salas superlotadas, sem estruturas adequadas para a configuração do direito a política pública da Educação do Campo. Onde o ideal seria que estes estudantes permanecessem em suas comunidades para garantir o seu direito na Lei, conforme artigo 6º das Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo:

Art. 6º (...) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e a Educação Profissional de Nível Técnico. (KOLING, CERIOLI e CALDART. 2002, p. 83).

São inúmeras as situações de descaso e descumprimento da lei no que se refere à Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano, e aqui relatei algumas das situações de apenas três dos sete municípios que engloba a região. Muito embora, a Educação do Campo esteja na

pauta dos principais Movimentos Sociais, são poucos os avanços desta construção e que não tem ido muito além da construção de escolas nas comunidades, e principalmente neste início de século, como já relatei, a luta tem se dado pela manutenção das escolas, ou seja, contra o fechamento das que estão construídas nas comunidades.

Quando se trata do Ensino Médio, esse ainda é mais defasado, pois não se encontra no campo escolas para esse público e os estudantes desta faixa, são transportados do campo para estudarem nas sedes dos municípios, o que tem sido outra preocupação dos movimentos sociais, pois com a nova lei do Ensino Médio, as escolas tem mudado seu sistema de ensino para tempo integral o que não garante que os jovens do campo estudem, já que também trabalham na agricultura e na pecuária junto as suas respectivas famílias.

Como contraponto e conquista dos movimentos sociais no Alto Sertão Sergipano, existe o Centro de Formação Profissional Dom José Brandão de Castro, no P. A. Queimada Grande no município de Poço Redondo “que atende o Ensino Médio e Técnico, oferecendo ensino de alternância” e que recebe estudantes de inúmeros municípios do Alto Sertão, o qual também não comporta a demanda existente na região. Contudo, tem sido uma alternativa de formação para os jovens dos assentamentos e de comunidades organizadas pelos movimentos sociais. Sendo, um meio de enfrentamento ao avanço do agronegócio, pois embora ainda deficiente, o centro visa formar os filhos dos agricultores na perspectiva da agricultura camponesa e que possam atuarem nesta, o que me faz compreender aqui o processo de construção da agroecologia que contrapõe ao avanço do agronegócio, tão visível nessa região, com influência também nas comunidades de pequenos agricultores e assentamentos de reforma agrária.

Partindo das informações por meio de notícias, livros, trabalhos acadêmicos e textos com os quais tive acesso, pode-se avaliar as proporções que as Lutas dos Movimentos Sociais têm tomado no Alto Sertão Sergipano e de como estas lutas tem transformado a vida social e política na sociedade sertaneja, bem como, a força organizativa que estes movimentos tem deixado como experiência para outros grupos que ainda não estão organizados em Movimentos Sociais, mas que a exemplos destes tem buscado contrapor a realidade injusta que lhes são impostas.

É possível constatar ainda a importância da luta pela terra e conseqüentemente pela Reforma Agrária para as transformações necessárias na realidade dos municípios sertanejos. Bem como, os rumos que as lutas tomaram, sobretudo, para campos mais abrangentes que

envolvem novos públicos, como é o caso da juventude na luta pela democratização e pela educação pública.

As lutas no Alto Sertão Sergipano se configuram em poucos movimentos sociais e as ocupações de terra deixam de ser o foco. No entanto, são estas que desencadeiam nas novas formas de luta. Percebe-se grande importância da articulação juvenil que parece ter aprendido dos movimentos sociais a lutar por seus direitos e do seu protagonismo no meio social nos municípios de toda a região. Contudo, mesmo essas manifestações não se configurando como Movimento Social, foi destes que surgiram o exemplo, os princípios e as formas de organização para lutarem pelos direitos a eles negados durante muito tempo.

Percebe-se, contudo que no decorrer dos anos e na evolução das lutas protagonizadas a princípio pelos movimentos sociais, que tem ganhado forças e grande *simpatia* popular por demonstrarem na prática que a organização por seus ideais é a saída para garantir direitos e pela inserção social dos grupos menos favorecidos. Desta forma, pode-se perceber que as lutas no Alto Sertão Sergipano, retratam as expressões de transformações de vidas marcando etapas de construção de uma nova história.

Assim, no próximo capítulo procuro fazer uma reflexão acerca das experiências da Educação do Campo das quais são frutos destas lutas, trazendo assim as principais conquistas que já se espalham por todo o Alto Sertão Sergipano na construção de um processo de Reforma Agrária, que embora se constitua lento, nesta região tem mostrado grandes avanços para centenas de camponeses que mudaram de vida, seja pela posse da terra, seja pelas conquistas de produção, de educação, entre outras que tem mudado as relações sociais e dando a certeza que a luta é o caminho para a transformação, da realidade local, do país e do mundo.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO DO CAMPO: Conquistas para uma Reforma Agrária Popular

Não parece pouco, afinal, estar conseguindo colocar tanta gente na escola, estar ajudando a disseminar a cultura do direito à escola do campo, a chamar atenção para a possibilidade de misturar escola com luta e com Movimento, e estar também contribuindo na formação de intelectuais orgânicos do movimento do campo, incluindo educadores e pedagogos. (...)
(Caldart, 2004, p. 402)

Não é por acaso que trago como epígrafe para este capítulo este trecho de Caldart, pois nele apresento elementos da construção em matéria de Educação do Campo que tem sido construído no Alto Sertão Sergipano, pois compreendo, corroborando assim como a dirigente do MPA R. A., que nos fez refletir no I SECRA de que cada escola construída é uma conquista, e são frutos da luta dos movimentos sociais que se espalham por toda a região garantindo o direito de estudar a pessoas que não teriam acesso se não fosse tal processo. Claro que queremos muito mais e continuamos em luta para isto, no entanto, o que parece pouco, nas conquistas que tivemos já revela o quão importante se faz a luta para garantir o direito e o acesso à educação. Assim, apresento a seguir algumas conquistas significativas no que se refere à Educação do Campo no processo de luta pela Reforma Agrária.

3.1. Conquistas da Educação do Campo: passos para a construção da Reforma Agrária Popular

Tenho afirmado que a Educação do Campo é elemento fundamental na construção da reforma agrária, percebo que esta luta tem dado resultados a partir de iniciativas, que embora, pontuais, sejam relevantes nesta construção. Assim, alguns avanços merecem destaque neste estudo.

3.1.1 A Formação do Educador Popular, uma pedagogia em construção

A formação dos educadores/as, surge a partir da necessidade de alfabetizar o povo com uma metodologia da palavra geradora, método de alfabetização de Paulo Freire – palavra geradora, Reforma Agrária, ajudando a construir para a luta – é assim que se dão os primeiros “acordes” da Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano. E é na perspectiva da construção de uma pedagogia socialista que se constrói a Educação do Campo, não sendo diferente no Alto Sertão Sergipano. Nessa perspectiva, se inicia os processos educativos, aliados a luta pela terra e pela construção da identidade Sem Terra. Esse processo então se dá a partir da educação das crianças e da alfabetização dos jovens e adultos nos acampamentos e primeiros assentamentos, com isso, a busca da formação das educadoras e educadores se faz necessária.

A preocupação com a formação dos educadores/as das crianças que passaram a lecionarem nos barracões dos acampamentos, no caso do alto sertão, nos acampamentos da Fazenda Cuiabá, no município de Canindé de São Francisco e da Fazenda Alto Bonito no Município de Poço Redondo, se dá dentro do próprio movimento com os/as educadores e

educadoras que assumiram a educação das crianças. Cabe deixar claro, que estas/es educadoras/es nos referidos acampamentos, foram “cedidos” pelas secretarias municipais dos municípios de Canindé, Poço Redondo e Monte Alegre, claro que a partir de um processo de luta, sendo alguns efetivos e outros da própria comunidade, contratados pelas referidas secretarias, como já mencionado antes. Entre os/as educadores/as efetivos, estavam mulheres esposas de acampados entre outros que se juntaram a estes. Já os contratados eram filhas de acampados que passam a assumir a educação das crianças, mas que tanto os efetivos quanto os contratados não tinham a formação identitária voltada para a realidade do acampamento. É nesta necessidade de formação destes educadores que o MST, por meio do setor de educação, passa a assumir a formação, surgindo assim, os cursos de capacitação de educadores do alto sertão para buscarem a formação identitária do ser Sem Terra, como podemos ver no depoimento de L.T.:

(...) sempre tinha encontro na Pioneira¹⁸ aonde íamos com os outros professores que trabalhavam nos outros acampamentos para estudarmos sobre o MST, sobre como funcionavam as escolas... fazíamos planejamentos, trocava ideias e desenvolvia dinâmicas... participávamos das místicas e entendíamos sobre as necessidades dos sem terra de estudarem... (Depoimento de uma professora que trabalhou na Escola Zumbi dos Palmares no acampamento Alto Bonito, Poço Redondo).

A partir do depoimento da educadora, é possível compreender que o MST se preocupava já naquele momento, com a formação dessas educadoras, que eram cedidas pelos municípios, para assim integrá-las em sua proposta pedagógica, que Caldart, chama de *Pedagogia do Movimento*,

A expressão *Pedagogia do Movimento* é usada atualmente em um duplo e articulado sentido. (...) identifica uma síntese de compreensão do trabalho de educação desenvolvido por este movimento social de trabalhadores, produzida por ele próprio ou desde sua dinâmica histórica.
 (...) A Pedagogia do Movimento afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana. (CALDART, 2012, p. 546)

Pelo que determina a autora, pode-se perceber que apesar desta pedagogia nascer do seio histórico do MST, é uma pedagogia que tem extrapolado este movimento, ou seja, tem sido base também para outros movimentos sociais, talvez por isso, atualmente tem sido usada à terminologia Pedagogia do Movimento e não Pedagogia do Movimento Sem Terra. Além

¹⁸A professora se refere ao Assentamento Pioneira no município de Poço Redondo, onde funcionava a sede da secretaria regional do MST e funcionava também como centro de formação para os educadores e educadoras da região do Alto Sertão.

disso, a Pedagogia do Movimento tem sido referência para a Educação do Campo e para outras pedagogias.

Outra preocupação do MST neste período e nessa construção pedagógica no Alto Sertão Sergipano era as turmas de EJA nos acampamentos, que a princípio se deram a partir do próprio movimento com militantes do setor de educação assumindo as aulas, bem como, de filhos/as de acampados/as e/ou assentadas/os de forma voluntária, ou ainda por meio da parceria entre os educadores/as das crianças que assumiam as turmas do Ensino Fundamental menor durante o dia, e a noite assumiam turmas de EJA. Em seguida por meio do (PRONERA), que em parceria, MST/INCRA/UFS passa a desenvolver as turmas de EJA e tem “como público alvo os jovens e adultos que moram em projetos de assentamentos de reforma agrária” (SOARES, 2010, p. 109), com isso, além dos jovens e adultos analfabetos, serem atingidos pelo projeto, seus educadores/as são atingidos na escolarização.

Em 1996, com a preocupação de escolarizar trabalhadores em todos os níveis, o MST conseguiu convênios e parcerias de caráter nacional e estadual para uma abrangência maior de assentamentos e acampamentos, com a perspectiva de multiplicar turmas de alfabetização, chegando à escolarização final do ensino fundamental. (SOARES, 2010, p. 116-117).

É nessas parcerias que surge o Projeto de Formação e Escolarização do Educador Popular que “visava qualificar educadores populares para trabalhar com a alfabetização de jovens e adultos nas áreas de assentamentos e acampamentos.” (SOARES, 2010, p. 195). O primeiro curso implantado foi o supletivo para educadores e educadoras das áreas de acampamento e assentamentos, o qual visou “corrigir” o processo formativo destes educadores, tratados por Soares como monitores-professores.

O supletivo foi implantado como educação de jovens e adultos para garantir que estes militantes *monitores-professores*, alfabetizassem outros jovens e adultos dentro dos acampamentos supracitados, no caso da região do Alto Sertão, porém existiam diversos outros nas demais regiões do estado. Assim, os educadores e educadoras que foram surgindo nos acampamentos, sobretudo para o trabalho com a alfabetização dos jovens e adultos, em sua maioria não tinham concluído o ensino fundamental, daí a necessidade de implantação do curso. Visando garantir uma escolarização que respeitasse a situação em que se encontravam estes trabalhadores, bem como, a falta de políticas necessárias. O MST então realiza

O Projeto de Formação do Educador Popular (...) desenvolvido em 1997, em parceria com a UFS/PROEX/DED/NEPA/FAPESE/MST/FETASE e a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto (SEED), que forneceu a

certificação de conclusão do ensino fundamental de 5ª a 8ª série para os monitores-professores dos assentamentos...
Esse projeto atendeu a um público alvo de 40 (quarenta) monitores professores, dos quais apenas 28 (vinte e oito) concluíram o referido curso. (SOARES, 2010, p. 197).

Esta modalidade de ensino foi *o ponta pé* inicial para a garantia da formação dos educadores e educadoras das áreas de reforma agrária, que ao mesmo tempo em que ensinavam, também aprendiam, não apenas na prática em sala de aula, mais foram inseridos em “um processo formativo-educativo em que a medida que o monitor professor se encontrava em formação-escolarização, foi igualmente responsável pela formação-escolarização dos trabalhadores rurais, um exemplo de formação em serviço” (SOARES, 2010, p. 179).

Após a conclusão do Curso de supletivo do ensino fundamental, a partir da “necessidade de continuidade do processo de formação-escolarização dos monitores-professores, com a organização de um Projeto de Formação do Educador Popular, em nível médio (Curso de Magistério)” (SOARES, 2010, p. 199), foi implantado no estado, para dar continuidade ao processo formativo destes/as educadores/as. Ainda de acordo com a autora, a necessidade de ampliação do projeto se dá não apenas pela escolarização dos educadores, mas, sobretudo para a melhoria dos acampamentos e assentamentos, de problemas detectados pelo projeto do supletivo. Além disso, por conta da demanda que crescia ainda mais e o avanço da luta do MST, não apenas no sertão, mais em todo o Estado de Sergipe. Assim, foi criado o Curso de Formação do Educador Popular em nível Médio, o Magistério, mantendo as parcerias anteriores, presentes no supletivo.

O curso aconteceu no Centro de Capacitação Canudos (CECAC) e visava a continuidade na formação dos educadores/as, mas também, agregando jovens filhos de acampados e assentados para a escolarização em ensino médio na condição de educador popular, que foi o meu caso e de outros/as companheiros/as que ainda não éramos educadores, mas tivemos a oportunidade de fazer o curso enquanto filhos de assentados e garantir a inserção não apenas nas turmas de EJA como monitor/alfabetizador, mas nos inserindo na militância do setor de educação. Esse projeto

(...) visava a resgatar a condição de cidadania dos assentados, elevando o índice de formação-escolarização dos monitores-professores, habilitando-os para o exercício do magistério, por meio de ações pedagógicas que interagem os indivíduos no seu papel social, relacionando teoria-prática e conscientizando-os para o desempenho de funções dentro do assentamento...

Esse projeto foi à realidade do monitor-professor, a vida cotidiana do assentamento e seu envolvimento com o projeto formativo-educativo dos trabalhadores do MST e FETASE. (SOARES 2010, p. 200-201).

Foi assim, que o curso de magistério, como era popularmente conhecido dentro do Movimento se construiu, na perspectiva de formar educadores militantes em busca da transformação da realidade educacional dos assentamentos e acampamentos e por que não dizer do campo, como reconhece o MST, citado por Soares, na pesquisa realizada acerca do PRONERA:

Em pesquisas já realizadas acerca do curso de Formação do Educador Popular, em nível médio, o MST reconhece a importância do curso, como afirma Lopes e Araújo (2004b, p. 33) “[...] os resultados positivos que ele trouxe para os assentados e para a construção de um projeto de educação do campo mais coetâneo com a realidade e os interesses dos trabalhadores rurais”. (SOARES, 2010, p.209).

Os 80 alunos do curso permaneciam no Centro de Formação Canudos no município de Nossa Senhora do Socorro, para a realização do Tempo Escola durante quinze dias, não apenas com atividades de estudo dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, mas também de atividades de formação e de luta do MST, procurando enraizar-se na luta, na mística e em todos os processos formativos. No tempo comunidade tínhamos a oportunidade de aprender na prática, a partir das atividades nas turmas de EJA, onde lecionávamos. Daí também colhíamos as principais dúvidas no exercício do magistério para levar para os encontros regionais¹⁹ ou para o tempo escola e assim aperfeiçoar as práticas de sala de aula, no exercício de ser educador.

Por ter vivido e passado por este processo, sou suspeito em falar, mas foi este curso que transformou o meu ser educador, primeiro, porque sempre tive o desejo de ser professor e no município de Poço Redondo, onde estudava, era o primeiro ano (2001) que tinha encerrado o curso normal. Em segundo lugar, o magistério, assim como o foi para todos os educandos/as, me fez ter a certeza do sonho de ser professor-educador, mais não só, o curso, me tornou militante, me formou Sem Terra, enfim, transformou meu jeito de pensar e ver o mundo.

¹⁹ Os encontros regionais eram encontros de *orientação pedagógica, nas regionais, momento em que os monitores-professores realizavam estudos de aprofundamento teórico e também tiravam dúvidas sobre os conteúdos dos Cadernos de Aprendizagem, mediante a interação com os orientadores de aprendizagem* (SOARES, 2010, p. 204).

Figura Nº 12: Solenidade de Conclusão da I Turma de Magistério de Sergipe MST/UFS/PRONERA - 2003



FONTE: Arquivo pessoal do autor

O Projeto de Formação do Educador Popular, através dos cursos de supletivo, de 5ª a 8ª série e o curso normal médio, o magistério, se deram como base para a formação, não apenas dos educadores, mas de todo o conjunto da proporção que a educação no Movimento

Sem Terra em Sergipe tomou, sobretudo, os militantes do alto sertão, engajados nestes cursos percorreram caminhos diversos dentro do MST ou partindo para a militância em outros movimentos. É também este público dos referidos cursos, que posteriormente adentram os cursos superiores e mais ainda, são estes educadores/as os articuladores/as da base para a construção dos cursos. Por isso que é comum encontrar entre os agrônomos e entre os que estão formados pelas diferentes licenciaturas, egressos do supletivo e do magistério, e quando não, egressos dos dois cursos, ou seja, muitos dos militantes que fizeram o curso supletivo passaram pelo magistério, pela pedagogia, ou outra licenciatura, bem como, a especialização em residência agrária, perfazendo todo um caminho nos cursos formais do MST/PRONERA.

3.1.2. *Licenciaturas: novos desafios na formação do/a educador/a do campo*

A educação dos Movimentos Sociais baseada na Pedagogia do Movimento, se dá também nos escritos de Freire, a qual se fundamenta, em uma “educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador” (2017, p. 105), na busca do *ser mais* no processo de *humanização*. Nessa perspectiva é que as parcerias vão se fortalecendo a partir do avanço do PRONERA, que passa a desenvolver cursos superiores em parceria com diversas universidades.

Em Sergipe, surge o “curso de “Pedagogia da Terra”, numa parceria entre Universidade Federal de Sergipe, (...) – PRONERA/INCRA, Fundação de Apoio a Pesquisa – FAPESSE e (...) – MST.” (LUCINI, 2012, p. 22). Este curso foi criado, dentro dos *moldes* da Pedagogia do Movimento, com aulas de tempo universidade e tempo comunidade, onde os estudantes passavam de 30 a 45 dias com aulas presenciais na UFS em São Cristóvão e convivência no CECAC no município de Nossa Senhora do Socorro, e uma média de igual período desenvolvendo suas práticas nos assentamentos e comunidades onde atuavam e/ou atuam. Cabe ressaltar que dos 48²⁰ educandos da turma, 13 eram dos municípios do alto sertão, todos ligados aos assentamentos, sendo apenas uma da base do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O curso de Pedagogia da Terra em Sergipe, além da continuidade da formação dos *monitores-professores*, ainda insere a continuidade da educação formal de educadores/as que estão nas escolas do campo, visando o desenvolvimento da Educação do Campo.

Assim,

²⁰A turma iniciou com 50 educandos/as, só que no decorrer do processo, desistiu uma educanda e um educando faleceu vítima de acidente automobilístico, o qual deu o nome à turma: Turma de Pedagogia da Terra Luz Alberto, o qual era egresso do supletivo e do magistério.

O referido curso iniciado em agosto de 2007, possui 48 (quarenta e oito) alunos (...) na perspectiva de contribuir com a construção de uma política educacional voltada para o homem do campo e no campo, investindo na qualificação de docentes que compreendam e o contexto indenitário dos sujeitos que nele estão, visando, dessa maneira, a melhoria do ensino nas escolas do campo... (CARVALHO e GÓIS, 2012, p. 286).

De acordo com as autoras, retomo a ideia do item anterior, da necessidade da formação que reforce o processo identitário do ser camponês(sa), não apenas, dos educadores/as das áreas de assentamento e demais comunidades camponesas, mais também daqueles/as que desenvolvem a educação nestas comunidades.

Figura Nº 13: Colação de grau da Turma Luiz Alberto de Pedagogia da Terra em 11 de janeiro de 2011 na UFS.



FOTO: Arquivo MST/SE

Cabe ressaltar aqui também, que mesmo antes do curso de Pedagogia da Terra ser implantado em Sergipe, alguns militantes do setor de educação foram inseridos na primeira turma de Pedagogia da Terra da região Nordeste na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), inclusive com um educando do Alto Sertão Sergipano, o qual está inserido no

processo educativo, como educador efetivo da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, no Assentamento Jacaré Curitiba, no Município de Poço Redondo.

Outra grande conquista na formação de professores para Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano foi à implantação do Programa de Licenciatura em Educação do Campo (PROLEC), com 14 estudantes do Alto Sertão, dos 50 que formavam a turma estadual. “A Licenciatura que foi sediada na UFS responde à demanda concreta dos movimentos sociais do campo em construir uma política pública de formação nacional para professores que atuam nesses espaços” (BRETAS, 2013, p. 02), visando assim à garantia das especificidades nas diferentes áreas do conhecimento nas escolas do campo. A turma foi dividida em dois grupos, os quais, um grupo se formou em ciências humanas e sociais, habilitando-os para as áreas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia e o segundo grupo se formou em Ciências da Natureza e Exatas, habilitando-os em Biologia, Química, Física e Matemática, conforme descreve BRETAS, citando o projeto pedagógico do curso:

Deste modo, a turma ficou assim dividida: 23 alunos na área de Ciências da Natureza e Matemática e 25 em Ciências Humanas e Sociais. As disciplinas foram articuladas por núcleos de estudo, visando à interdisciplinaridade na organização dos conhecimentos e procedimentos de trabalho (PROJETO PEDAGÓGICO DO PROLEC, 2007). (2013, p. 09)

A licenciatura em Educação do Campo, promovida pela UFS com parcerias com os movimentos sociais e sindicais do Estado de Sergipe aconteceu entre os anos de 2008 a 2013 e visava dar acessibilidade a tais áreas para as escolas do campo, tão deficientes destes profissionais.

Além destas licenciaturas acima descritas, e como já citadas antes, militantes das áreas de reforma agrária do Alto Sertão Sergipano, também foram inseridos em outros cursos de nível paritário, sobretudo do PRONERA, em outros estados, como foi o caso da Licenciatura em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o qual tive a oportunidade de cursá-lo, sendo o único representante da região; o Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias também na UFPB, com um representante do sertão; o Curso de Arte na Universidade Federal do Piauí, com uma educanda do Alto Sertão entre outros.

3.1.3 Escolarização para além da formação de professores

Os movimentos sociais, além da formação dos seus educadores/as, sentem a necessidade também de formar outros profissionais para atuarem em suas áreas. Assim, além dos cursos de formação para professores, os *cursos formais* passaram a acontecer também

visando à melhoria dos processos produtivos e organizativos dos camponeses. Nessa perspectiva, são criados os cursos técnicos, entre eles, o de técnico em agropecuária na UFPB, onde vários jovens do alto sertão tiveram a oportunidade de cursarem em duas turmas subsequentes; o curso de Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) em Veranópolis no Rio Grande do Sul, com três jovens do Alto Sertão; os cursos em Saúde Comunitária e Comunicação Social também no ITERRA com uma estudante sertaneja em cada curso.

A turma de agronomia para beneficiários da reforma agrária de Sergipe foi a pioneira do PRONERA, nesta modalidade, e aconteceu nos mesmos *moldes* dos demais cursos já descritos neste texto, ou seja, com metodologia de alternância e também no CECAC e parcerias conforme escritos de Soares,

Iniciou mediante convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Estado de Sergipe (FAPESE) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), visando à execução do Projeto do Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), (...), justifica-se à necessidade da promoção desse curso para favorecer a produção agrícola, nas áreas de Reforma Agrária. (2010, p. 130).

O referido curso tinha como objetivo “habilitar jovens e adultos ligados a Reforma Agrária da Região Nordeste” (SOARES, 2010, p. 131), ou seja, além de estudantes de Sergipe, também fizeram parte desta turma de 60 educandos(as), estudantes dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, entre estes, 14 educandos eram do Alto Sertão Sergipano, o que torna o curso, de grande relevância para a nossa região. Como os demais cursos superiores, o de Agronomia tinha no conjunto da turma “a presença de indivíduos que passaram pelo processo de formação-escolarização promovido pela UFS, mediante o Curso Supletivo e o Curso de Formação do Educador Popular, em nível médio” (SOARES, 2010, p. 131), como já descrito anteriormente.

Outro curso que merece destaque neste estudo, que foi realizado de 2013 a 2015, promovido pela Universidade Federal de Sergipe através do PRONERA e CNPQ, é o Curso de Especialização em Residência Agrária que tinha como característica,

[...] “promover a formação transdisciplinar (...) tendo o objetivo comum de garantir o espaço de reflexão, pesquisas e disseminação de práticas agroecológicas, possibilitando a formação de profissionais comprometida com a melhoria das condições de vida das famílias camponesas sergipanas. (Filho e Fagundes, 2015, p. 11).

Para o curso, que tinha nível de especialização, foram selecionados 50 educandos e educandas, que porem, por problemas estruturais e organizacionais, alguns não o concluíram, dos dez educandos/as do alto sertão, concluíram sete. A Especialização em regime de alternância foi desenvolvida através da UFS no CECAC, com aulas de tempo universidade aos sábados e tempo comunidade durante a semana. Cabe deixar registrado também, que nesse mesmo período, aconteceu uma turma de Residência agrária na UFPB/Campina Grande, onde jovens militantes dos movimentos sociais do Alto Sertão Sergipano tiveram a oportunidade de fazerem parte da turma nos mesmos moldes do curso ofertado pela UFS, garantindo o estudo e a pesquisa, nesse caso, mais voltada para a convivência com o semiárido.

Além deste curso de especialização, através da UFS e UFPB, outros educandos do alto sertão também cursaram especializações em outros estados, como é o caso da especialização em Economia Política nas Universidades Federal do Espírito Santo (UFES), e o curso de filosofia no Rio de Janeiro, sendo o primeiro com dois estudantes e o segundo um estudante do alto sertão.

Um importante curso recente que merece destaque aqui é o curso de Bacharelado em Direito, o qual das duas últimas turmas do PRONERA, tiveram quatro formandos do Alto Sertão Sergipano, sendo dois ligados a militância MST e dois da militância do MPA .

É importante deixar claro também, que além de jovens do sertão nos referidos cursos, outros jovens de outras áreas de reforma agrária de outras regiões do Estado de Sergipe também cursaram tais cursos e muitos deles depois vieram contribuir com o processo da luta no alto sertão, sejam como dirigentes nos movimentos sociais, seja na assistência técnica nas diferentes áreas camponesas.

3.1.4 Os cursos formais e o avanço da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano

A partir da realização dos referidos cursos, são dezenas de militantes com formação no Alto Sertão Sergipano, mais fica o questionamento: e agora, como manter estes profissionais atuando nas áreas? É ai que tem se instalado a dificuldade, ou seja, a maioria dos formados tem a garantia de atuação nas áreas? Seja de assentamento, já que a maioria é oriunda destes, seja das comunidades de outros camponeses. Contudo, pelo menos, exercem o acesso ao direito de estudar, e com isso, o avanço da Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano tem se dado principalmente nesta garantia, pela inserção destes jovens e adultos nos referidos cursos.

Como bem reconhece os egressos, os cursos tem sido uma base fundamental na construção da reforma agrária no Alto Sertão Sergipano, pois é através dessa formação-escolarização, que os militantes se qualificam para levarem ao campo sertanejo a qualificação do trabalho, seja na educação, seja no processo de transformação da produção na agricultura e assim pautar os interesses dos trabalhadores do campo, como expressa Soares:

Esses cursos promovem a formação-escolarização para fortalecer as áreas de assentamento da Reforma Agrária, na medida em que desenvolvem um projeto de educação pautado nos interesses dos trabalhadores. (SOARES, 2010, p. 119).

No geral, a partir deste estudo, em contato com grande parte dos formados nos referidos cursos, o que deu maior visibilidade ao desenvolvimento da Reforma Agrária tem sido o curso de agronomia, pois os agrônomos formados, em sua maioria, passaram a atuar na assistência técnica diretamente com os assentamentos e as pequenas comunidades de camponeses, como descrevem alguns agrônomos em questionário para esta pesquisa:

No meu ponto de vista foi significativa, pois tenho atuado diretamente em áreas de assentamento de reforma agrária do MST, em especial porem, no sertão de Alagoas em diversas frentes como agrônoma, assim como em sala de aula como professora de cursos profissionalizante para filhos de assentados e de pequenos agricultores.

A forma de atuação para este público sem dúvidas nenhuma faz a diferença em relação aos agrônomos das escolas “normais”. (FEITOSA, L. S., 03/07/2018).

O curso foi extremamente importante para o desenvolvimento dos nossos assentamentos, pois, praticamente todos os formados desenvolveram ou desenvolvem ações importantes direcionadas para os assentados, seja através da ATER, ou através da implantação de projetos produtivos, como por exemplo, os projetos executados através da PRONESE. (FRANÇA, M. E. S., 04/07/2018)

O curso contribuiu nas ações mais qualificadas do serviço de assistência técnica e no direcionamento da produção voltado para agregação de valor dos produtos oriundo dos assentamentos. (SILVA, C. A., 03/07/2018).

O curso serviu para que assentados e pequenos agricultores tenham acesso as orientações técnicas com mais facilidade e condizente com a realidade de cada um. Sempre propondo alternativas aos pacotes tecnológicos empurrados pelo sistema financeiro. E sempre que tenho oportunidade procuro disseminar os conhecimentos que adquiri durante o curso. (JESUS, J. S., 03/07/2018).

Percebe-se pelos depoimentos a contribuição do curso para a qualificação do trabalho no campo, e este não apenas com orientações de assistência técnica nas comunidades camponesas do alto sertão, mas também na educação como educadores/as para a formação de

outros jovens nos cursos técnicos, como se referiu Feitosa, nos cursos de agropecuária, zootecnia e agroindústria do Instituto Técnico Federal de Sergipe (IFS) e no Centro Estadual de Ensino Profissional Dom José Brandão de Castro (CEEPDJBC), no município de Poço Redondo. Mas, sobretudo, os formandos da agronomia tem buscado contrapor aos modelos produtivos que estão postos em nossa sociedade, através de novas alternativas na agregação do valor da produção camponesa, como destacado por Silva, C. A., no depoimento acima. As alternativas aos pacotes tecnológicos, descritos por Jesus, J. S., entendemos que se dá através da construção da produção agroecológica que tem sido o grande gargalo na produção camponesa na atualidade. Assim, os formados se referem à transformação dos modelos postos por novas alternativas dentro das comunidades.

No caso dos cursos de licenciatura – a Pedagogia da Terra, a licenciatura em Educação do Campo, História e outros – tem sido um desafio, pois os movimentos sociais tem garantido o direito à formação destes profissionais, no entanto, não tem conseguido garantir que os mesmos estejam dentro das escolas dos assentamentos e das demais comunidades camponesas em virtude das burocracias do estado e dos municípios através das secretarias de educação. Assim, estes(as) educadores(as) tem buscado formas mais individualizadas de inserção nas escolas através de contratos ou concursos e assim não conseguem manter um trabalho de transformação das práticas educacionais dentro das comunidades camponesas, pois grande parte nem no campo atuam, ou seja, são contratados e/ou efetivados através de concursos públicos para trabalhar em escolas urbanas.

Os/as educadores/as são inseridos no processo de educação vigente em nossa sociedade, não garantindo o processo de transformação da escola e da educação, pois como nos ensinou FREIRE, não se desenvolve uma prática de educação libertadora se esta não se der na coletividade. Contudo, o que vemos, em alguns casos, são experiências frustradas de educadores que mesmo tendo uma formação diferenciada, são obrigados a desenvolverem uma prática nos *moldes* que estão postos no sistema de ensino. Mais gritante ainda são os formados na licenciatura em Educação do Campo, pois até o momento, o Estado de Sergipe, a exemplos de outros estados, não reconhece o diploma para inserção no Ensino Médio, como podemos ver na fala de uma egressa do referido curso:

Estão recusando o nosso diploma, alegando que nós não podemos dar aula no Ensino Médio, (...). No ensino fundamental, nós não temos visto muitos problemas e, principalmente o pessoal da área de ciências da natureza, então, todas as seleções que estão tendo o diploma não está sendo aceito. (...) em Alagoas, eu tive uma experiência agora para tentar o contrato e meu diploma foi negado inicialmente, alegando que eu só poderia dar aula nas

escolas do campo e não poderia dar aula nas escolas da cidade, só que eu entrei com recurso, conversei com o pessoal da GERE e nossa professora nos mandou uma declaração e com todo esse processo, todo o desgaste foi aceito. Mais, mesmo assim, tem sido uma problemática muito grande para aceitarem nosso diploma em todos os estados, principalmente o estado de Sergipe. (RODRIGUES, S. S. entrevistada em 16/07/18).

As justificativas são vagas, pois se são formados para atuarem com filosofia, sociologia, química, física, biologia, por exemplo, que são disciplinas do ensino médio, como o certificado não é aceito? É preciso que o Ministério da Educação (MEC) que regulamenta o curso, reveja a regulamentação e faça valer o direito tão negado aos povos do campo que agora o negam mais uma vez. Caracterizando assim mais uma forma de exclusão aos sujeitos do campo, primeiro lhes nega o direito de estudar, depois lhes nega o direito de atuar. Mas como somos *excepcionais no sistema capitalista*, e nesse processo fazemos parte da construção da escola socialista, assim, nos formamos lutadores, parafraseando Krupskaya que defende:

Lutadores podem ser criados na escola socialista, mas no estado capitalista somente em casos excepcionais, pois um lutador deve passar pela escola da vida, e a escola socialista embutida no sistema burguês não poderia ser nada mais que uma planta exótica, uma instituição separada da vida. (2017, p. 77).

É preciso superar estas injustiças, e essa superação só se dará por meio da luta do povo organizado. Assim como a Educação do Campo se dá pela superação de uma educação opressora, como diz Paulo Freire, é na “busca do ser mais, e esta não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos”. (FREIRE, 2017, p. 105). Contudo, a opressão parece seguir os trabalhadores, mesmo depois de garantirem o direito à educação, direito este, negado por mais de 500 anos de história do Brasil.

Nesse processo alguns educadores, seja da Pedagogia da Terra, seja das diferentes licenciaturas, não veem a contribuição direta dos cursos para o desenvolvimento da reforma agrária, pois o trabalho tem se dado de forma isolada e muitas das vezes por estarem sozinhos em uma escola, acabam adotando a prática vigente no sistema, pois o mesmo não reconhece o diferencial, e quando abordado acaba sendo reprimido.

Esses profissionais, em sua maioria estão assujeitados ao poder público municipal e em grande parte com contratos temporários, trabalhando em escolas que estão longe de sua realidade, não conseguindo garantir a transformação da educação e o desenvolvimento da reforma agrária. É sabido que muitos destes educadores atuam em comunidades do campo

que não se configuram como comunidades e/ou escolas camponesas o que dificultam a transformação da escola e da educação. Enquanto isso, as escolas dos assentamentos, por exemplo, funcionam com profissionais que não foram formados/as a partir da pedagogia do movimento e que desenvolvem e reproduzem uma educação que não condiz com a realidade da comunidade em que a escola está inserida.

É preciso deixar claro, que o que temos é a garantia do direito dos filhos dos camponeses de estudarem e de obterem o conhecimento necessário para continuarem a lutar, pois estes cursos têm permitido que o sujeito do campo aperfeiçoe suas práticas de luta e de existência. É o que podemos ver nas falas de egressos:

O curso de Pedagogia da Terra contribuiu muito na formação política de todos nós participantes e no Alto Sertão, através da esfera pública ou não, podemos lutar com propriedade por uma educação de qualidade para o campo. Assim, temos uma formação voltada para ocupar os espaços e atuar como líderes, caso necessário. (SANTOS J. Entrevistado em 06/07/18).²¹

Vejo essa questão particularmente no sentido de formação e conhecimento que eu aprendi no curso sobre como foi à luta pela terra, os interesses. (SANTOS, G., Entrevistado em 16/07/18).²²

Nos últimos anos, as oportunidades para aqueles que fazem parte da reforma agrária ou vivem no meio rural, esta crescendo gradativamente, principalmente na área da educação e do meio ambiente. Através dos cursos de licenciaturas, pós-graduação em questão agrária, direito, agroecologia e outros. (PEREIRA, A. S., Entrevistada em 18/07/18).²³

Os licenciados, mesmo com todos estes problemas, têm procurado manter o enfrentamento ao modelo de educação vigente em nossa sociedade em seus espaços de atuação. Apesar das dificuldades de não estarmos conseguindo intensamente uma prática de *educação diferente*, a qual foi concebida pela pedagogia do movimento, temos conseguido transformar a realidade educacional de muitos jovens do campo através dos cursos, seja do PRONERA ou outro/s programa/s. Como podemos ver na tabela a seguir, já são muitos os formados no alto sertão sergipano na proposta da Educação do Campo, o que favorece diretamente as comunidades camponesas do alto sertão sergipano.

Tabela 3: Formados da Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano
Quadro construído a partir do levantamento dos cursos.

Cursos	Grau	Instituição	Período	Quantitativo de formados	Quantitativo do Alto Sertão
---------------	-------------	--------------------	----------------	---------------------------------	------------------------------------

²¹Egresso da Pedagogia da Terra.

²²Egresso da Licenciatura em Educação do Campo.

²³Idem.

Formação do Educador	EJA 5ª a 8ª série	UFS	1997 a 1998	28	*** ²⁴
Formação do Educador Popular	Normal Médio – Magistério	UFS	2001 a 2003	60	21
Adm. de Cooperativas - TAC	Médio-Técnico	ITERRA	***	***	03
Agropecuária	Médio-Técnico	UFPB	***	***	*** ²⁵
História	Licenciatura	UFPB	2004 a 2008	58	01
			***	**	01
Ciências Agrárias	Licenciatura	UFPB	2004 a 2008	60	01
Pedagogia da Terra	Licenciatura	UFRN	***	***	01
		UFS	2007 a 2012	48	13
Educação do Campo	Licenciatura	UFS	2008 a 2013	50	14
Artes	Licenciatura	UFPI	***	***	01
Serviço Social	Bacharelado	UFPB	***	***	01
Economia Política	Especialização	UFES	***	***	02
Residência Agrária	Especialização	UFS	2013 a 2015	46	07
		UFPB	2013 a 2015	***	03
Direito da Terra	Bacharelado	UEFES	***	***	02
		UNEB	***	***	02
Tecnólogo em Agroecologia	Bacharelado	UFRB	2016 a 2019	***	04
Total				***	77 ²⁶

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Cabe deixar claro aqui também, que além dos formandos em Tecnólogo em Agroecologia da UFRB/PRONERA, também conclui este ano a turma do referido curso do IFS/PRONERA, que conclui seus estudos ainda esse ano de 2019, com cinco estudantes do Alto Sertão Sergipano.

Alguns destes profissionais permanecem desenvolvendo suas práticas de militância em suas áreas específicas, o que garante um melhor posicionamento enquanto militante dos movimentos e que detém o conhecimento. Também existem as práticas dos educadores em

²⁴ Não consegui dados a respeito.

²⁵ Não consegui contactar os egressos.

²⁶ Sendo que alguns cursos não foram contabilizados o quantitativo de estudantes do sertão.

diversas escolas, que de uma forma ou de outra tem se inserido no processo educativo e procurado desenvolver atividades que transformem a realidade do homem do campo, com destaque para os educadores e educadoras que assumem a disciplina de Educação do Campo no município de Canindé de São Francisco, como veremos mais adiante²⁷.

Os licenciados, seja na Pedagogia da Terra, seja na licenciatura em Educação do Campo, ou das licenciaturas em história e Ciências Agrárias que se formaram na proposta da Educação do Campo, sobretudo através do PRONERA, além dos que já foram mencionados, alguns assumiram tarefas também na assistência social na ATER nas comunidades e assentamentos.

3.2. Da educação Básica ao Ensino Superior: Implantando a política de Educação do Campo e garantindo o direito de estudar

A princípio, mesmo com o objetivo de garantir a formação dos educadores para atuarem nas escolas do campo, está se deu como vimos no tópico anterior, por meio de parcerias que aconteceram em outros espaços e/ou regiões. Contudo a luta fincada no Alto Sertão Sergipano era ainda mais fortalecida por esses processos de formação em que estava inserida a militância. As ações para a construção da Educação do Campo na região continuaram a se dar na base e algumas conquistas se deram no sentido da democratização do acesso do direito do povo do campo de estudarem. Nesse sentido cabe relatar aqui algumas conquistas pontuais que garantem o processamento da Educação do Campo e da reforma agrária em nossa região.

3.2.1. Política pública em construção no município de Canindé de São Francisco

Uma importante conquista de implantação da política pública de Educação do Campo é o caso da criação do núcleo na Secretaria Municipal de Educação de Canindé de São Francisco, bem como, da criação da disciplina de Educação do Campo nas turmas dos 8º e 9º ano das escolas municipais. Isso se deu partindo da luta dos Movimentos Sociais na região, os quais propôs aos municípios, a criação de núcleos para cuidar da educação das escolas da zona rural.

²⁷ O referido município desde o ano de 2013 tem em seu currículo nas turmas de 8º e 9º ano a disciplina “Educação do Campo”, que tem sido assumida pelos licenciados da educação do campo dos diferentes cursos.

O município de Canindé de São Francisco dispõe de 22 escolas, destas 18 são vinculadas ao campo nas comunidades de pequenos agricultores, vaqueiros, assentados da reforma agrária e povoados.

Conforme relata Caldart:

Este olhar para a educação do campo como um direito tem um outro desdobramento importante: pensar uma política de educação que se preocupe também com o jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direito. (2005, p. 150).

Dentro desta proposta, foi criado na Secretaria Municipal de Educação do Município de Canindé de São Francisco, o núcleo de Educação do Campo no ano de 2008 com base na Lei 9394/96 (LDB) e nas Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo, contemplando as 18 escolas vinculadas ao meio rural. O núcleo então é criado com o intuito de inserir o debate da Educação do Campo em torno dos conceitos e objetivos, bem como, promover o desenvolvimento das escolas, possibilitando a inserção de um trabalho para elevar a autoestima do camponês, levando-os a compreender as diversidades do espaço em que vivem, e assim, estabelecer os valores existentes no campo que dispensam o desejo e os anseios de viverem na cidade, com isso, mostrando as possibilidades de vida no meio rural, e por meio da educação resgatar valores almejados pelos camponeses.

A princípio, a meta do núcleo era de elaborar e desenvolver projetos pedagógicos voltados à educação do campo nas escolas municipais que estão no meio rural, tendo como ponto de partida a realidade específica de cada unidade escolar, de modo a ressaltar as expressões artísticas, enfatizar a relação homem-natureza e potencializar a cultura local como também a inserção da família no ambiente escolar.

Para viabilizar a inserção desta discussão em torno da Educação do Campo dentro da secretaria e das escolas, foi criada em 2010, a disciplina intitulada Educação do Campo, que substituiu a de Sociedade e Cultura nas turmas de 8º e 9º ano inserida no Sistema de ensino do município de Canindé do São Francisco, tendo como objetivo principal potencializar a cultura do campo em toda sua amplitude: sociológica, agrária e econômica. Além disso, tal disciplina permite aos estudantes a apreensão e conhecimento da realidade do camponês e, principalmente, da região semiárida. Contudo, destacando a importância do estudo e da pesquisa para contribuir no desenvolvimento da educação para que valorize a vida, a história e a cultura do sertanejo.

Desta forma, a partir do ano 2012 a disciplina entrou em vigor nas escolas, apesar de não haver um maior entendimento da proposta, pois naquele momento tinha-se a ideia que quem deveria assumir as aulas seriam técnicos agrícola, embora houvesse também professores formados na Licenciatura em educação do Campo e Pedagogia da Terra. A partir de 2013, com um maior entendimento e a conquista de espaço dentro da secretaria de educação, foi criada uma equipe de trabalho com profissionais de diversas áreas de formação acadêmica e popular para o fortalecimento do núcleo. Neste sentido, a discussão permeou a questão da formação dos educadores a assumirem a disciplina nas escolas, ficando acordado que estes deveriam estar ligados ao campo, desde a formação à atuação, incluindo assim os educadores com formação em cursos voltados para a política de Reforma Agrária, entre eles: História para os Movimentos Sociais do Campo, Pedagogia da Terra e Licenciatura em Educação do Campo.

Tendo em vista a valorização dos temas voltados para o campo, a disciplina foi criada não apenas para as escolas do meio rural, mas também, para as escolas da cidade, tornando-se parte integrante da grade curricular das escolas municipais para o 8º e 9º ano, na tentativa de ir desmistificando os preconceitos criados por aqueles que vivem na cidade para com os povos do campo e criando relações entre a população dos dois espaços de vida. Além disso, buscar uma reflexão/conscientização destes sujeitos sobre os processos produtivos, econômicos, sociais, culturais e políticos. Tendo em vista que tanto as escolas situadas na sede do município e as situadas nos povoados atendem um grande contingente das comunidades rurais, principalmente de assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Sabendo que se faz necessário uma educação diferenciada que atenda as famílias camponesas, para que elas identifiquem-se com o projeto da escola e sintam-se parte, e assim contribuam na construção de uma educação no e do campo, a equipe elaborou temáticas que abordam desde o processo de construção da proposta de educação do campo até os processos de produção e de luta dos povos camponeses e ainda as discussões que permeiam os movimentos sociais, entre eles o processo de produção agroecológica e a convivência com o semiárido.

De acordo com Caldart (2004, pg. 48):

A educação do campo precisa aprofundar sua reflexão sobre que formato de escola ela é capaz de dar conta destas tarefas indicadas, sem subestimar nem superestimar o papel da escola na formação humana. Além disso, precisamos nos dedicar ao estudo de didáticas e metodologias que consigam traduzir esta concepção de escola e este projeto político em cotidiano escolar.

Assim é que se dá à discussão em torno das temáticas elaboradas para serem desenvolvidas em sala de aula com metodologias voltadas para a realidade dos sujeitos, principalmente no que diz respeito à relação campo e cidade.

Na prática, a princípio, houve certa rejeição da disciplina, tanto por parte dos educandos como também de gestores escolares, talvez por não conhecerem a proposta e também a forma como foi trabalhada no primeiro ano de sua implantação. No início, quando eram questionados sobre o campo percebia-se que os estudantes enxergavam o campo como um lugar abandonado, atrasado ou que é uma localidade de produção agrícola e de trabalho pesado. Até mesmo os que moram no campo sentiam essa dificuldade de enxergar o campo como um lugar bom para viver e com possibilidades de vida digna. Além disso, é válido destacar que as pessoas oriundas do campo também têm uma identidade, tem um saber próprio, culturas, raízes que precisam ser valorizadas pela escola.

No entanto, as práticas têm demonstrado resultados satisfatórios para a equipe e para os educadores envolvidos no processo de construção da proposta.

Apesar dos desafios de levar a educação do campo como disciplina nas escolas, percebe-se que esta prática tem bons resultados. Visto que os educadores trazem consigo uma formação socialmente construída nos movimentos sociais do campo, e essa vivência militante tem possibilitado debates fervorosos, que visem relacionar a teoria com a prática. Desta forma, algumas metodologias utilizadas na tentativa de envolver os educandos com sua realidade histórica e local são desenvolvidas de acordo com os conteúdos trabalhados, que são sempre ligados à região semiárida, história e luta pela terra, entre outros. Algumas atividades interdisciplinares, com temas que resgatam a cultura local um pouco esquecida, como a convivência com o semiárido e o bioma caatinga, outras atividades complementares, com músicas, vídeos, desenhos que facilitam a compreensão desses estudantes sobre sua realidade.

Dentro desta perspectiva, outros pontos tem ganhado grande relevância como a questão da identidade destes sujeitos. Aos poucos, nos debates os próprios educandos sentem-se integrantes daquilo que estão estudando, e essa é a intencionalidade de construir uma formação que atenda a real necessidade do sujeito e não uma educação de fora para dentro da sua realidade, conforme assevera Caldart:

Não se trata de propor algum modelo pedagógico para as escolas do campo, mas sim de construir coletivamente algumas referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola que permitam que ela seja obra e identidade dos sujeitos que ajuda a formar, com traços que a

identifiquem com o projeto político pedagógico da Educação do Campo.(2005, p. 37)

Nesse sentido é que tem-se tentado desenvolver a educação no município, buscando na construção coletiva, identificar seus sujeitos e retratar aquilo que eles vivem em seu dia-a-dia. Percebe-se ainda na prática o entendimento dos educandos sobre a proposta da disciplina Educação do Campo quando, mediante o retorno na discussão dos temas abordados, desenvolvem trabalhos condizentes com a realidade por eles vivida.

3.2.2. Saberes da Terra: política pública no foco da juventude

O Projovem Campo Saberes da Terra desenvolve uma prática de ensino na modalidade da educação do campo no regime de alternância, em que tem arranjos nos tempos e espaços de aprendizagens diferentes da modalidade educacional predominante no país. Cada turma dependendo da realidade em que foi inserida desenvolve sua metodologia e estrutura de funcionamento. Assim, no Alto Sertão Sergipano existiram turmas com atividades diurnas no período noturno cumprindo carga horária de 20 horas semanais distribuídas nos cinco dias da semana; outras turmas funcionaram nos finais de semana, cumprindo uma carga horária de 20hrs aula no Tempo Escola (TE) aos sábados e domingos; sendo desenvolvidas também o Tempo Comunidade (TC) onde as turmas de todas as noites o desenvolviam durante os turnos matutinos e vespertinos e também em finais de semana, já as turmas de finais de semana desenvolviam seu tempo comunidade durante a semana, ambas as realidades com carga horária variadas de acordo com a demanda dos Eixos pedagógicos trabalhado. Sobre o conceito e objetivo da alternância tratarei no item a seguir.

Para a garantia do direito a educação, o Projovem campo foi desenvolvido através da modalidade EJA, que visa oportunizar o acesso para aqueles que não tiveram a educação na idade regular. A EJA visa resgatar aqueles marginalizados que por falta de oportunidades e pela escassez de políticas públicas ficaram a margem desse direito, muita das vezes sendo “forçados” a abandonarem a escola, para trabalhar ou pelo difícil acesso a mesma. Contudo, a educação deve formar jovens e adultos, para além da inserção no mercado de trabalho, que permita o desenvolvimento da consciência política, reconhecimento e valorização de sua identidade, dentro de um processo em que eles sejam protagonistas de sua própria história. Assim, efetivando o que estabelece a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB – em seu Art. 37, a respeito da “correção” de tal falha na vida desses sujeitos.

Nessa perspectiva, o Programa Projovem Campo Saberes da terra, visa garantir a esses jovens estudarem para a efetivação desse direito. Tendo em vista que não tiveram acesso ao

ensino na idade regular, e que, portanto é um direito deles retornarem ao estudo. Além disso, o programa também garante em seu currículo a qualificação Social e Profissional inicial e Produção Rural Familiar, articulando-se a referida lei.

Para valorizar este caráter diferenciado, o programa projovem campo tem em sua proposta a alternância como metodologia de trabalho, esta se dá de forma que os/as educandos/as estudam no tempo escola nos sábados e domingo e o tempo comunidade de segunda a sexta.

Portanto, esta forma de ensino oferece aos educandos uma facilidade maior em dar continuidade aos seus estudos, além disso, possibilita aos estudantes o fortalecimento e reconhecimento da sua identidade social, visto que, permite uma relação entre o conhecimento formal e informal de maneira mais ampla e contextualizada.

É importante salientar que a proposta da EJA no Projovem, parte do pressuposto de que a educação do campo fortalece a permanência dos jovens nas comunidades rurais, para que possam produzir e se reproduzir nesse espaço de diversidades culturais, históricas e sociais. Deste modo, a modalidade de ensino EJA no Pro Jovem Campo Saberes da Terra, que tem como objetivo a profissionalização de jovens de 18 a 29 anos, vai além de mais uma oportunidade, é também um direito dos sujeitos do campo, que almejam uma formação e também a capacidade de transformar sua realidade, melhorando a agricultura familiar, esta que é a principal fonte econômica dos educandos.

Figura Nº 14 – Turma do Projovem Campo Saberes da Terra (Primeira Demanda 2009/2011) da Escola Municipal Zumbi dos Palmares no P. A. Jacaré Curitiba, Poço Redondo/SE A – Atividade prática em canteiro produtivo do Sistema PAIS no P. A. Nova Canadá, Canindé de São Francisco/SE; B – Atividades em sala de aula; C – Apresentação de Pesquisa de Campo pela educanda; D – Visita técnica ao laticínio União no P. A. Barra da Onça, Poço Redondo/SE.



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

No Alto Sertão Sergipano, o Projovem Campo foi uma experiência marcante na última década, o qual se fez presente em diversas comunidades em seis dos sete municípios, nas três demandas em que o Programa funcionou no Estado de Sergipe – de 2009 a 2011, de 2012 a 2014 e de 2015 a 2017, contabilizando o envolvimento de um total de 29 turmas, 839 estudantes e 100 educadora/es²⁸ conforme distribuição na tabela abaixo (Nº 3):

Tabela 4: Distribuição das turmas do Projovem Campo no Alto Sertão Sergipano

Município	2009 a 2011			2012 a 2014			2015 a 2017		
	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de professores	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de professores	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de professores
Porto da Folha	2	60	8	3	98	12			
Gararu				3	87	12	1	35	4
Monte Alegre de Sergipe	1	35	4	2	55	8			
N. Sra da Glória	1	25	4	1	35	4	2	60	4
Poço Redondo	3	82	12	3	78	12	2	60	4
Canindé do S. Francisco	2	55	8	3	84	12			

²⁸ Claro que alguns destes educadores atuaram em mais de uma demanda, já que as mesmas se deram em períodos diferentes, porém aqui está contabilizados conforme dados da tabela.

Total	9	257	36	15	427	60	5	155	12
--------------	----------	------------	-----------	-----------	------------	-----------	----------	------------	-----------

Fonte: Produzida a partir da lista geral da SEED para todas as demandas do ProJovem Campo Saberes da Terra em Sergipe nas três demandas de funcionamento.

Embora sendo apenas um programa, é possível perceber nos dados apresentados, o envolvimento e a oportunidade da retomada de inúmeros jovens a escola, garantindo uma continuidade nos estudos para a conclusão do ensino fundamental e conseqüentemente a inserção no Ensino Médio e superior. Além disso, envolvendo vários educadores e agrônomos formados nos cursos do PRONERA e PRONACAMPO, de acordo com a exigência do mesmo, ou seja, em cada turma atuavam em conjunto quatro educadora/es, distribuídos nas áreas de linguagens (Português e Inglês ou Espanhol); Humanas (História, Geografia e afins); Ciências da Natureza e Matemática; e Ciências Agrárias, assumida geralmente por agrônomo ou técnico agrícola. Cabe ressaltar também, que foi um programa que trouxe para as comunidades a experiência de uma educação do campo capaz de transformar o jeito de estudar, seja pela dinâmica dos tempos formativos, seja pelo desenvolvimento da pesquisa, envolvendo escola e comunidade no processo educativo.

3.2.3 CEEPDJBC e UFS, conquistas e lutas permanentes

Como o próprio título já anuncia, as conquistas são elementos já transformados em experiências e em direito, porém, é preciso estar atentos em lutas neste momento em que a educação é ameaçada pelas elites deste país, apesar de serem duas realidades que foram conquistadas nessa região, é preciso ter clareza que a luta é constante e que é preciso fortalecer estes espaços como conquista dos trabalhadores.

O CEEPDJBC está localizado no Município de Poço Redondo/SE, especificamente no Projeto de Assentamento Rural Queimada Grande e atende a todos os municípios que fazem parte do território do Alto Serão Sergipano, principalmente, atendendo ao público do campo, sobretudo de comunidades de pequenos agricultores, ligados ao MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), assentamentos ligados ao MST, comunidades de ribeirinhos, quilombolas e a comunidade indígena Xocó.

Considera-se que o local é apropriado para a prática e desenvolvimento das atividades atribuídas ao Centro, pois a unidade tem uma área extensa e que podem ser usada para o desenvolvimento de práticas e técnicas agropecuárias. A referida escola oferta serviços educacionais através das modalidades – Ensino Médio Regular e profissional, cursos técnicos de nível médio nas áreas de agropecuária, zootecnia, agricultura e agroindústria – que

proporcionam melhoria na qualidade de vida dos sujeitos inseridos no processo, para a qualificação, requalificação e o empreendedorismo e, sobretudo a formação para a vida.

A escola funciona em um prédio próprio mantido pela rede estadual de ensino, possuindo instalações físicas relativamente adequadas ao ensino, como boas salas de aula; sala reservada aos professores, sala da direção e coordenação, almoxarifado, biblioteca, refeitório, laboratórios, dormitórios, os quais adequados para o atendimento integral dos estudantes.

Destaca-se que a localização da escola facilita a prática dos cursos ofertados, pois fica em uma área de assentamento rural proporcionando a vivência de práticas agrícolas e pecuárias dos trabalhadores assentados de Reforma Agrária. Visto que, os cursos ofertados se dão em regime de alternância, ou seja, com relação entre a prática e a teoria. De acordo com Jesus (2010), *A alternância é o período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e Comunidade. Nesse sentido a alternância passa a exercer uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos.*

Ainda sobre o objetivo de alternância assevera Jesus (2010)

A formação na alternância tem como objetivo principal possibilitar a educação em tempo integral, envolver as famílias na educação dos filhos, fortalecer a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos. Além de proporcionar qualificação técnica (técnico em agropecuária) aos estudantes camponeses/as com o intuito de fortalecer a agricultura camponesa - estudar e continuar no campo, contribuir nos trabalhos da propriedade familiar, desenvolver alternativas de permanência na terra, dessa forma, diminuir a migração campo/cidade. Essa prática implica em debater políticas públicas para as demandas que existem no campo.

Portanto, esta forma de ensino oferece aos educandos uma facilidade maior em dar continuidade aos seus estudos, além disso, possibilita aos estudantes o fortalecimento e reconhecimento da sua identidade social, visto que, permite uma relação entre o conhecimento formal e informal de maneira mais ampla e contextualizada.

Em relação ao corpo discente, o que se observou foi que o público da instituição do é composto por alunos de classe social baixa, que residem em assentamentos de Reforma Agrária ligados aos MST e comunidades de pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas. A clientela é de filhos de população camponesa, trabalhadores autônomos que vivem e se reproduzem de atividades desenvolvidas na zona rural.

O ingresso nos cursos da referida instituição se dá mediante seleção anual de estudantes, sendo ofertado 90% das vagas para jovens oriundos das comunidades rurais e restando os demais 10% das vagas para jovens oriundos da zona urbana.

Porem, como o título deste item nos traz, é uma conquista permanente, pois são inúmeros os problemas que nos fazem continuar na luta para supera-los, más é uma conquista fundamental para a Educação do Campo no Alto Sertão Sergipano. A escola em questão tem permitido um trabalho diferenciado e, sobretudo com apoio dos movimentos sociais e associações das diversas comunidades, por meio de parcerias de trabalho, integrando assim, teoria, prática e realidade.

Já o campus da UFS/Sertão, conquistado a partir de um processo de luta, como vimos no capítulo anterior, está sediado no Município de Nossa Senhora da Glória e oferece os cursos superiores em Agroindústria, Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária e Zootecnia, que garantem formação voltada para a realidade do Alto Sertão Sergipano como descrito na página da UFS a respeito:

Anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) em março de 2014, o Campus do Sertão é mais uma ação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) rumo à consolidação do projeto de interiorização do ensino superior no Estado. O município de Nossa Senhora da Glória, no Alto Sertão Sergipano, foi a localidade escolhida para a implantação do campus.

[...]

Neste cenário, com a criação do Campus do Sertão, a UFS reafirma o seu compromisso de estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, formando não apenas diplomados, mas cidadãos engajados com a transformação da realidade social do meio em que vivem.

O Campus do Sertão é fruto de sólidas parcerias entre a UFS e instituições como o Governo do Estado de Sergipe, o Ministério Público do Trabalho, a prefeitura de Nossa Senhora da Glória, os movimentos sociais organizados e os pequenos produtores rurais da região.

Além dessas, outra parceria está sendo firmada com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Semiárido, para a concessão do espaço onde serão construídas as instalações da Fazenda Experimental do Campus.

Vejamos que a UFS/Sertão é reconhecida como espaço de construção coletiva entre parceiros para o acesso de uma educação voltada para o desenvolvimento da região, principalmente impulsionando a qualificação de profissionais que garanta apoio qualificado ao impulsionamento da produtividade desta região.

Enquanto isso, o campus que, como vimos, iniciou suas atividades em 23 de novembro de 2015, já forma nesse ano de 2019 suas primeiras turmas ainda no prédio improvisado, sendo espaço de disputa e de luta dos trabalhadores, tendo em vista que os cursos oferecidos

se dão na perspectiva de profissionais para trabalharem direto com os camponeses em sua maioria.

Figura N° 15: Fachada de Entrada do Campus UFS/Sertão



FONTE: Arquivo de pesquisa em 18/07/19

Figura Nº 16: Jardinagem no pátio interno do campus;



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor em 18/07/19

Figura Nº 17: Containers que funcionam como sala de aulas



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor em 18/07/19

Figura Nº 18: Área de Convivência interna do Campus UFS/Sertão



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor em 18/07/19

Outra especificidade do campus, conforme apresentado é a proximidade e a garantia de acesso para os jovens de origem do próprio território, garantindo assim a inclusão desses jovens no direito a educação e a profissionalização. Embora não seja uma conquista específica

da luta por Educação do Campo, a conquista da UFS/Sertão tem fundamentos nas lutas dos movimentos sociais, como já descrito antes, esses ainda se somam como parceiros diretos na construção pedagógica e estrutural do campus que funciona em prédio ainda provisório na sede do município, enquanto não se constrói em espaço próprio que, diga-se de passagem, está em processo de lutas para tal, como descreve Antonioli:

O campus da UFS no sertão sergipano, com sede provisória em Nossa Senhora da Glória, ainda se ressentia de uma área onde possa instalar definitivamente. Depois de algumas marchas e contramarchas, em 2015, eis que uma solução pareceu viável de concretizar-se. Trata-se de uma fazenda pertencente à Embrapa. E à Embrapa sediada em Petrolina (PE), apesar de a mencionada fazenda situar-se na confluência dos municípios de Nossa Senhora da Glória e Feira Nova, mais para este do que para aquele. Ao tomarmos conhecimento da área, pouco explorada pela Embrapa, buscamos o apoio inicial da Embrapa sediada em Aracaju. Os seus técnicos, dentre eles Manoel Moacir Costa Macêdo, fizeram a ponte com a Embrapa de Petrolina. Somos reconhecidos e gratos. Os contatos pessoais foram mantidos. As conversações evoluíram a contento. Todavia, um empecilho surgiu. Fazia-se necessário um contato com a direção superior da Embrapa, em Brasília. Tentativas foram feitas. Há duas coisas que nos movem em tudo o que devemos fazer: a obstinação e a persistência. Disso não abrimos mãos. Aliás, quem administra não deve ficar alheio a estes dois predicados. (Página da UFS acessado em 06/07/19).

Esse campus que se deu a partir das ações do território da cidadania com protagonismo da luta do Coletivo da Juventude Campo e Cidade do alto sertão sergipano, como descrito antes, que desenvolveram inúmeras atividades, como relatam alguns membros que se fizeram presentes nesta luta:

O Campus da UFS-Sertão, foi uma conquista dos movimentos sociais, por meio de várias atividades envolvendo a população, políticos, movimentos sociais e a juventude sertaneja. (Vieira J. entrevistada em 30/06/2018)

...

... a marcha que aconteceu em 11 de agosto de 2011, (...) com a participação de 12 mil pessoas, saindo do Projeto de assentamento Queimada Grande ao Ginásio de esporte da cidade de Poço Redondo, onde aconteceu audiência pública. (Elielma Barros e Damião Rodrigues. Postado por MST - Sergipe às 20:49 em 3 de setembro de 2013.)

Portando o campus tem sido a esperança de grande parte da juventude camponesa que ingressam nos cursos e que permanecem em luta, pela construção do prédio definitivo e pela inserção de novos cursos e departamentos que possam garantir outras formações necessárias ao desenvolvimento da região como a mesma se propõe. Pois, apesar de estar em um centro produtivo agrícola e pecuário que é a região do alto sertão, outras relações e formações, ou

seja, outros cursos, entre tais, cursos de licenciatura, entre tantos outros possíveis nesta instituição tão próxima de nós se faz necessário.

Como dito no início deste item, as duas conquistas supracitadas emergem da luta dos trabalhadores, sobretudo da juventude, e embora já seja realidade, não podemos *cruzar os braços*. É preciso uma luta permanente para que continue sendo espaço do povo e, principalmente da juventude camponesa. Para tanto, entendo que é preciso um fortalecimento das bases para que continuemos a disputar estes espaços.

Cabe citar aqui também que já está em fase de acabamentos do prédio principal do campus do IFS de Poço Redondo que surgiu no bojo da luta pela UFS e que foi destinado a ser construído neste município, o qual atenderá grande parte da juventude sertaneja tanto deste município como de outros circunvizinhos que na maioria das vezes em busca de uma formação técnica, sobretudo no Ensino Médio, acessam os mesmos no Instituto Federal de Alagoas (IFAL) no município de Piranhas/AL, tendo que se deslocar de suas comunidades e referidos municípios.

Estas experiências me levaram juntamente com a orientadora a construir um caminho diferente na abordagem desta pesquisa na tentativa de mostrar para a sociedade as possibilidades da luta pela reforma agrária no Alto Sertão Sergipano e em todos os âmbitos. Para isso, foi traçado a construção de estratégias de permanência de trabalho, como veremos no capítulo a seguir. Assim, no último capítulo deste trabalho, procuro enfatizar o processo de militância que acabei assumindo junto aos movimentos sociais e outros passeiros em desenvolver um trabalho de base que resgate importantes elementos de luta na/para a construção de uma Educação do Campo que respalde as expectativas da Reforma Agrária em construção nesta região.

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA: Das experiências à Construção de desafios e transformações no Alto Sertão Sergipano

*A consciência comum pensa os atos práticos, mas
não faz da práxis – como atividade social
transformadora – seu objeto; não produz – nem
pode produzir – ... – uma teoria da práxis.
(Vázquez, 2007, p. 32)*

É por meio das experiências já construídas que percebe-se os avanços das lutas dos movimentos sociais para a implantação da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano, com isso, uma relação estreita da luta dos movimentos sociais com a luta pela Educação do Campo. Entendo que é nessa perspectiva que se dão as relações entre movimentos sócias e Educação do Campo na luta pela Reforma Agrária e pela construção de uma política pública, visando um projeto de educação que garante o direito ao povo camponês a um ensino de qualidade, que supere todo o processo de exclusão em que foi construída a educação neste país. Por isso, a defesa se faz necessária dentro de um projeto de desenvolvimento, como assevera Lucini,

A defesa da Educação do Campo implica no comprometimento com um novo projeto de desenvolvimento para o campo, portanto não se trata de pensar uma educação voltada para si mesmo, muito menos de negar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade ao longo de sua história, mas de pensar a educação envolta as problemáticas do campo, na sua historicidade, em que estão implicadas as negações, os silenciamentos, as exclusões, as marginalizações e as conquistas sofridas pelos povos do campo. (2012, p. 17).

É nessa perspectiva de defesa da Educação do Campo como um projeto de desenvolvimento que a luta dos movimentos sociais em Sergipe tem se pautado, ou seja, esse novo projeto de desenvolvimento se configura na construção de uma Reforma Agrária Popular, como tem sido nesse estudo. Assim, os cursos ditos formais, sobretudo, os do PRONERA, estão postos na perspectiva da construção deste projeto, procurando garantir o “conhecimento produzido pela humanidade”, a estes povos do campo, como descreve Lucini.

Os estudantes egressos dos cursos têm percebido a execução dos mesmos, com destaque para o curso de agronomia, que deu aos formados a garantia de trazer para o campo – principalmente para as áreas de assentamento – o conhecimento necessário para o enfrentamento ao modelo de agricultura posto em nossa sociedade.

O Estudo nos movimentos sociais, sobretudo no MST, tem base teórica a partir dos escritos de Paulo Freire, pois os Sem Terras vem de uma prática de exclusão em que a sociedade brasileira foi constituída e com isso, excluída também do processo de educação, o qual se deu através de uma educação “bancária que termina por desconhecer os homens como seres históricos” (FREIRE, 2017, p. 101). Contrariando a isto, os movimentos sociais buscam implantar uma educação voltada à superação de um processo educativo que desconhece os homens como seres históricos e ao contrário, procura desenvolver uma educação, que inclua o sujeito.

Esta é a questão que faz os trabalhadores estudarem, ou seja, os movimentos sociais veem o sujeito como sendo seres inacabados, como teorizado por Freire, e, portanto, precisam estar em constante formação. E é assim que procedem os movimentos sociais, ou seja, vai procurando garantir que estes sujeitos, não importando a idade, continuem se construindo no processo em que estão inseridos, seja na luta pela terra, seja nas salas de EJA como educandos-alfabetizando, seja como o mediador do conhecimento, ou ainda, como educadores/as ou monitores/as, como eram tratados no primeiro momento. Os movimentos sociais, e no caso o Movimento Sem Terra, entende que é pela educação que o sujeito se refaz constantemente na práxis, ou seja, é na prática da luta que os sem terra se formam, identitariamente e culturalmente.

É pela produção e reprodução do modo de vida dos camponeses, que os Movimentos Sociais no Alto Sertão Sergipano tem se inserido na luta por uma Educação do Campo, e com isso, procurando garantir a formação-escolarização dos seus militantes e quadros, o que procuraremos discutir adiante.

4.1. Seminário A Educação do Campo e a Luta Pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano

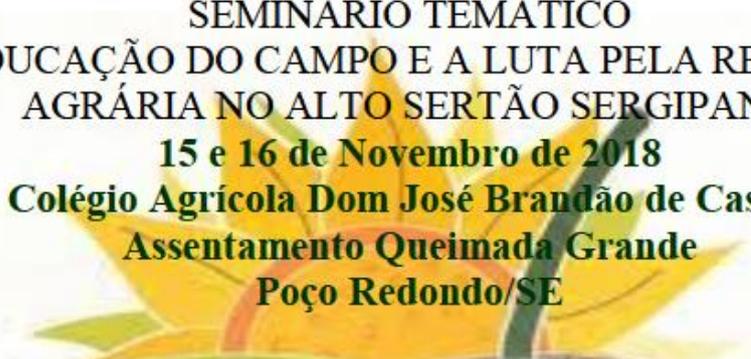
Diante do andamento da pesquisa, através do contato com os egressos dos cursos, com os militantes e dirigentes dos Movimentos Sociais, fui percebendo que os egressos dos cursos passaram a atuarem em diferentes frentes dentro e até mesmo fora das comunidades e que passaram a disseminar de certa forma os conhecimentos produzidos na academia. Contudo, a atuação de grande parte desses profissionais não depende de si só, pois grande parte está submissa ao poder público, o que não deixa de ser e fazer o diferente em seus espaços de atuação, a exemplo dos educadores/as egressos das diversas licenciaturas, que mesmo estando submissos a contratos e cargos comissionados nos municípios, conseguem desenvolver práticas que diferenciam do modelo conservador, e o mais importante, atuam no enfrentamento de tais modelos.

Diante do que foi levantado e descrito até aqui, cabe-nos compreender como que essas conquistas têm sido abordadas no processo de continuidade da construção de uma reforma agrária popular. Para isso, fui instigado a realizar um seminário que a princípio reuniria os egressos dos cursos formais os quais havia contactado, para levantamento da situação de atuação dos referidos profissionais egressos de tais cursos, mas também inserindo como

público, além desses, militantes dos movimentos sociais, sobretudo do MST e do MPA, bem como, educadores/as que estão nas escolas dos assentamentos e demais comunidades camponesas.

Figura Nº 19: Cartaz de divulgação do I Seminário Temático A Educação do Campo e a Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano

SEMINÁRIO TEMÁTICO
A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA REFORMA
AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO
15 e 16 de Novembro de 2018
Colégio Agrícola Dom José Brandão de Castro
Assentamento Queimada Grande
Poço Redondo/SE



Convidados:
 Egressos dos cursos
 do PRONERA e PRONACAMPO
 Militantes dos Mov. Sociais
 Educadores/as das Escolas do Campo
 Estudantes e outros



Conferências
 Roda de Conversa
 Mesas de Debates
 Circulo de Cultura
 Relatos de Experiência
 Noite Cultural

Contatos:
 (79)999399642
 (79) 9968-1206

REALIZAÇÃO



PPGEDUCAMPO
 Programa de Pós-Graduação
 em Educação do Campo / UFRB
 Núcleo de Estudos e Pesquisas do Campo



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor

Assim, articulado com militantes do MST e MPA, construímos parcerias com o CEEPDJBC, o núcleo de Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e a UPC para a realização do “I Seminário Temático A Educação do Campo e a Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano”, como elemento/produto desta pesquisa.

O Seminário Temático, aconteceu nos dias 15 e 16 de novembro de 2018, com participação de egressos dos cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – (PRONERA), a saber, do Magistério (Formação do Educador Popular – UFS); Agropecuária (UFPB); da Pedagogia da Terra (UFS); História (UFPB); Agronomia (UFS); Residência Agrária (UFS e UFPB); bem como, egressos do Programa de Licenciatura em Educação do Campo (PROLEC/UFS). Contou também com a presença de estudantes do Curso de Tecnólogo em Agroecologia da UFRB e IFS, ambos do PRONERA, bem como dos cursos de agroindústria, agroecologia e agronomia da UFS/Sertão e os discentes do Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB. Participou também educadores da educação básica das escolas do campo, bem como representantes dos movimentos sociais – MST e MPA.

Foram realizadas místicas, conferências, rodas de conversas, mesas de discussão, círculo de cultura e apresentação de experiências. Teve como objetivo principal “discutir o processo de luta pela reforma agrária no alto sertão sergipano, a partir dos processos da Educação do Campo, focando nas potencialidades e limites dos cursos formais”, por meio da articulação entre os egressos dos cursos da Educação do Campo, bem como educadores/educadoras e estudantes atuais do PRONERA.

Tendo que trocar a mesa de abertura por conta de que algumas representatividades convidadas não se fizeram presentes, foi realizada uma roda de conversa e reflexão acerca da composição do painel confeccionado para o evento. Entre os elementos que foram abordados se deteve a importância da presença da marcha, pois sem ela o painel não teria o mesmo significado. Nessa perspectiva esse elemento chamou atenção dos participantes para a luta, pois sem ela o conjunto da obra não se constrói, ou seja, sem a luta é impossível construir uma Educação do Campo que valorize o sujeito e, sobretudo que se chegue à concretização da tão almejada Reforma Agrária. Portanto, já no início do seminário, ficou evidente que sem um processo de luta massivo e organizado não construiremos a transformação necessária para a Educação do Campo, para a reforma agrária, para a revolução.



Fonte: Arquivo de pesquisa

Outro elemento que merece destaque na discussão inicial é a importância da educação como tarefa primordial do militante social, pois parafraseando Paulo Freire, compreende-se que “a educação é um ato de amor, portanto, a educação não pode nem deve ser uma farsa”. Assim também a educação é um projeto de sociedade, mais é preciso compreender que

projeto de sociedade que nós temos e qual o projeto de sociedade que nós queremos?”²⁹ Nesse sentido, alguns desafios se fazem presentes nesse momento histórico que estamos vivendo na sociedade. Primeiro, precisamos compreender o desafio do nosso papel enquanto educador, só assim podemos enxergar como desafio para a questão agrária, pela luta e pela Educação do Campo, dentro do momento em que estamos vivenciando, unificando assim duas lutas dos Movimentos Sociais junto aos educadores/as da educação básica até a educação superior... “Outro desafio que se expõe na atualidade, é perceber como a agroecologia entra dentro e fora da escola; dentro e fora da casa de cada um, enfim, como entra em cena a questão da agroecologia na educação”³⁰?

Para assumir esses desafios, algumas atividades se fazem necessárias para assim assumir a resistência enquanto educadores e enquanto movimentos sociais, pois ainda parafraseando Paulo Freire “A educação transforma as pessoas e as pessoas transformam a sociedade”. Nesse sentido, o processo metodológico deve se dar a partir de um resgate da identidade camponesa, sobretudo com a participação das pessoas, das comunidades para a construção das escolas do campo, pois as estruturas destas precisam ser pensadas dentro da proposta de uma educação libertadora, pois as estruturas que vemos no campo, são estruturas opressoras, onde há muros físicos e ideológicos que distanciam as escolas da realidade em que estão inseridas.

Figura Nº 21: Roda de Conversa de abertura do seminário.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A mesa programada e intitulada – Educação do Campo e Questão Agrária –trouxe para o debate a discussão acerca do processo de luta pela reforma agrária ao qual temos acessado, ou seja, tem sido de uma construção que não tem garantido a realização de uma

²⁹ Extraído da Fala de Rafaela na roda de conversa da abertura do Seminário.

³⁰ Idem...

reforma agrária de fato, pois apenas se deu o acesso a terra e o governo não deu/dá condições de permanência na terra conquistada. Nesse sentido, a educação é elemento fundamental desse processo de permanência do homem no campo por meio dos assentamentos implantados, seja no alto sertão, seja em qualquer canto do país.

São vários os projetos que tem se dado dentro das áreas conquistadas para se desenvolver a Reforma Agrária, contudo, são processos sem continuidade que não garantem o avanço nessa construção, a exemplo dos programas de ATES (Assistência Técnica e Social) que se desenvolvem por um período e tem interrupções longas. Assim também tem sido com a educação que não se firma um projeto de política de Educação do Campo que garanta a permanência contínua de educadores e militantes que desenvolvam práticas que tragam a tona o direito de uma educação de qualidade que vise à participação da comunidade, ou seja, uma inserção maior na construção de uma educação emancipadora.

Segundo a exposição feita, “os desafios estão postos, pois o próximo período³¹, sendo o maior desafio à unidade da classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade”³². Ainda sobre a questão da Educação do Campo, “o principal desafio é com a formação dos professores, pois, pode-se existir o gestor que for, ele passa e a escola fica”³³. Assim o desafio só se amplia, pois é preciso compreender o papel da escola que não é de dar educação, mais sim, transmitir o conhecimento. Com isso, duas lutas se fazem necessárias: lutar pela permanência dos camponeses na terra e lutar por uma educação formadora das pessoas, no caso, os camponeses.

No debate da plenária após a exposição e pegando também as reflexões feitas na roda de conversa inicial foram firmados dois grandes desafios:

O primeiro é entrarmos em consensualidade acerca dos desafios postos entre nós enquanto educadores/as, abordando algumas tarefas que temos dentro deste processo de luta. Entre elas, ficou claro pelo debate as seguintes atividades:

- formação insistente em nossos espaços de atuação. Construir um processo de formação silenciosa, como diria o ditado popular, *comendo pelas beiradas*, pois o atual momento é crítico e precisa de nossa descrição enquanto sujeitos e, sobretudo, enquanto militantes;

- combater o projeto da escola sem partido que é a tentativa de formar sujeitos sem ideias, sem opinião própria e alienados;

³¹ O expositor se referia ao governo eleito para o quadriênio 2019 a 2022

³² Fala de Haroldo, dirigente/militante do MPA.

³³ Idem...

- conduzir uma educação que problematize a realidade, o que chamam hoje de doutrinação.

O segundo desafio, é procurar entender bem esse momento em que estamos vivendo na história do Brasil, pois para nós o que forma é o processo, por isso é preciso aprofundar a realidade, sobretudo a realidade do nosso território e assim cultivar valores. Ter clareza que temos três grandes conquistas no Alto sertão que passa por este processo, que é o campus da UFS, o campus do IFS e o CEPDJBC, mas que precisam serem encarados como conquistas permanentes e que precisamos continuar lutando por elas e termos a consciência que são espaços de disputa e de poder na educação, como já relatado nesse texto.

Ainda no primeiro dia de discussão no turno da tarde, procurando dentro do que chamamos de círculo de cultura, expor e discutir as principais conquistas na luta pela educação e pela reforma agrária no alto sertão sergipano. Como mediador do momento, apresentei a tabela dos cursos formais (tabela 2, subitem 3.1.4) propondo uma discussão acerca das potencialidades e limites na formação dos sujeitos do campo. Além disso, fizemos coletivamente uma reconstrução da referida tabela a partir de informações adicionais de egressos dos cursos, pois, quando a construímos não tivemos acesso a todos os egressos dos cursos e agora com a presença de alguns, conseguimos adicioná-los. Diante da apresentação realizou-se uma roda de conversa onde foram expostas diversas situações inerentes à Educação do Campo no alto sertão, como os desafios já trabalhados na parte da manhã, mas que foi reforçado.

Emendando a discussão, trouxemos ao debate o desafio da inserção da *Agroecologia na construção da Educação do Campo*, sendo uma das questões fundamentais de discussão e de problematização na luta pela Educação do Campo, que contemple a efetivação da Reforma Agrária, e que precisa ser inserida como pauta nas escolas das comunidades, pois a partir dela, compreender as relações de poder, sobretudo, as relações entre homens e mulheres na educação, mas principalmente no processo de produção.

Mais uma vez, surgem desafios, como é o caso de abraçar a escola e arregimentar o processo de formação a partir dos parceiros dentro da própria unidade escolar, a qual deve ser a principal conquistada, ou seja, a escola. Assim, perceber o papel que tem as conquistas para o avanço da Educação do Campo e conseqüentemente da reforma agrária.

No segundo dia de discussão (16/11/18), para garantir a programação e as discussões com base no que foi abordado no dia anterior, trouxemos para o debate, a experiência que está sendo construída na Unidade de Produção Camponesa (UPC), não apenas como um espaço de

produção, mas, sobretudo, um espaço de formação da classe camponesa. As expositoras³⁴ apresentaram a UPC como sendo um espaço de formação em construção pelos camponeses em uma área de terra de propriedade do Estado que estava desocupada e que foi concedida ao MPA as margens da rodovia Estadual SE230 no Projeto de Irrigação Califórnia no Município de Canindé de São Francisco e que tem sido um espaço para além da produção de alimentos.

Figura Nº 22: Parte da mística do segundo dia do seminário



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor em 16/11/2018

O seminário procurou retomar as experiências, sobretudo da Educação do Campo, na tentativa de unificá-las dentro do território do Alto Sertão Sergipano. Nesse sentido, não apenas as escolas, os egressos dos cursos do PRONERA e PRONAMAMPO, a UFS, etc. as únicas experiências existentes, mas a UPC tem se tornado uma experiência riquíssima no processo de construção da Educação do Campo e que é de total autonomia dos próprios camponeses, o que diferencia das demais experiências – escolas, IFS e universidades – que

³⁴ Exposição realizadas pelas estudantes do curso de tecnólogo da UFRB e militantes do MPA, Iva e Eliene.

embora sejam fruto das lutas dos trabalhadores, passam a ser controlada pelos poderes municipal, estadual e federal.

Como forma de reflexão e sistematização, foi proposta uma síntese coletiva, onde foi abordado que não se faz Educação do Campo sem discutir o campo. Portanto, é preciso se discutir as especificidades que vão além de um espaço não urbano, bem como, não existe reforma agrária sem um processo de Educação do Campo. É preciso fazer uma reflexão de forma a transformar pequenas práticas pedagógicas, como por exemplo, as datas comemorativas que são trabalhadas nas escolas são reprodução de datas que não discute aquelas que são importantes para os agricultores, como o dia do agricultor, o dia de São José, o dia da agricultura familiar, etc.

Figura Nº 23: Plenária do I Seminário de Educação e Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor em 16/11/2018

Outra reflexão importante, é que avançamos em muitas estruturas educacionais no campo, no entanto, falta avançar no processo pedagógico, sobretudo, é preciso que a escola discuta o campo, e isso está muito claro para nós. Porém, não se abandona o conteúdo, no entanto, é preciso construí-lo de forma a transformar a realidade a partir dele.

No Alto Sertão Sergipano, a reforma agrária se estende para os seus diferentes territórios, indígena, quilombola, comunidades de pequenos agricultores e assentamentos. Assim, é preciso que essas comunidades criem a consciência de que tem que abraçar a escola, independente de ter filho ou não estudando nela. Só assim é possível lutar pela construção de

uma educação emancipadora, criando uma gestão coletiva e democrática e é possível discutir o currículo, mas, isso só acontecerá a partir da conquista da escola. Só assim é possível resgatar a identidade camponesa.

Por fim, foi evidente a necessidade de uma retomada de um trabalho de base que garanta um processo de luta pela construção da Educação do Campo para assim chegar à concretização da reforma agrária popular, pois para que se concretize uma reforma agrária popular, é preciso que a conquista da Educação do Campo, como bem deixa claro a proposta do MST:

O acesso à educação, tanto no sentido da escolarização ampla quanto no de bens e valores culturais, é condição necessária para a reforma agrária e para a democratização de nossa sociedade. A educação que queremos vai além da escola e está vinculada a um novo projeto de desenvolvimento econômico, social e ecológico para o campo, tendo como sujeitos as próprias pessoas que vivem nas comunidades. (Stedile, 2013, p. 158).

Além disso, se avaliou a importância da realização deste seminário e a necessidade da construção de uma segunda edição, onde possamos dar continuidade a estas discussões, principalmente da Natureza do Sertão, quiçá a construção permanente deste seminário para garantir um espaço de discussão para a construção de uma Reforma Agrária Popular. É necessário rearticular o comitê de Educação do Campo do Alto Sertão Sergipano, para assim unificar as ideias junto ao núcleo de agroecologia que está se formando no campus da UFS/sertão e assumir este desafio.

A avaliação é de que foi um evento muito bom e proveitoso, embora não tenha garantido a estimativa de público, mas que o grupo presente assumiu a proposta e participaram ativamente das atividades, os quais também levantaram os desafios de continuar construindo a luta pela Educação do Campo e pela Reforma Agrária.

Daí, a partir da realização do seminário, diferentes caminhos se pôs diante da pesquisa que me fez mudar de estratégias, entre tais, a necessidade de levar este debate para dentro das escolas, sobretudo a partir da formação de professores/as, pois fui percebendo que grande parte das escolas do campo, apesar de estarem nesse espaço, ainda não desenvolve uma proposta de educação que vise o avanço da Reforma Agrária, pois ainda não trabalham em uma perspectiva de uma pedagogia que garanta estas discussões, ou ao menos não tem clareza da tarefa que estão desenvolvendo.

4.2 Formação de professores:

Diante dos desafios e apontamentos do I seminário “*A Educação do Campo e a Luta Pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano*”, nos desafiamos a construir um trabalho de base para discutir e inserir na prática das conquistas da Educação do Campo, sobretudo, as escolas de educação básica, uma continuidade na luta pela emancipação dos sujeitos do campo por meio de uma proposta de formação das/os educadoras/es para garantir a continuidade na luta e na busca por direitos não apenas da educação, mas principalmente da construção da Reforma Agrária. Assim passamos a produzir um plano de formação para intervir na realidade de algumas escolas de assentamentos e/ou escolas que recebem alunos de assentamentos e demais comunidades camponesas (plano completo no apêndice 1).

4.2.1 Construindo o plano de formação

Imbuído do desafio de desenvolver um trabalho de militância, me desafiei a construir um processo de formação com os/as educadores/as da escola do assentamento do qual faço parte, para isso, articulando a coordenação da escola e com apoio da secretaria municipal de educação, firmamos uma parceria para o desenvolvimento da formação. Com a proposta de iniciar a discussão – Potencialidades e Limites na Formação de Educadoras/es do Campo na Construção da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano – que é a base desta discussão, propomos nessa primeira experiência a desenvolver uma formação continuada, com uma carga horária de 60 horas, distribuídos em 20 horas na jornada pedagógica da escola, nos dias 12 e 13 de fevereiro e 40h distribuídos em horas de estudos mensais no ano letivo de 2019.

Foi composta uma equipe de trabalho pela Secretaria Municipal de Educação; a direção, coordenação e Coletivo de Pais e Mães³⁵ de alunos da escola Municipal Zumbi dos Palmares; Setor de Educação do MST; e Unidade de Produção Camponesa (UPC/MPA). Para a certificação deste trabalho o registramos na Pro Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFRB, garantindo-o a realização como sendo uma atividade de extensão da universidade por meio desta pesquisa.

Procurando contextualizar a atividade, tomamos como base a própria pesquisa que busca dar garantia de uma formação continuada das/os educadoras/es que atuam na escola e

³⁵ Diante destes desafios, um que tomei como pessoal, foi de construir o Coletivo de Pais e Mães da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, localizada no Assentamento Jacaré Curitiba, do qual faço parte. Sendo esta escola da minha comunidade a qual minha filha estuda, tendo percebido que a mesma tem se afastado da realidade da educação do campo e da realidade em que está inserida, passei a discutir juntamente com outros pais e mães a criação do coletivo, o qual se deu inicialmente por seis membros, assumindo diversas demandas e pautas de lutas junto à gestão municipal.

que em sua maioria não tem uma formação voltada para a realidade em que estão inseridos. Assim, propondo a inserção da Pedagogia do Movimento. Como caracteriza Caldart:

[...] chamamos de *Pedagogia do Movimento*: como afinal se formou/vai se formando esse sujeito coletivo de nome Sem Terra? Como se educam os Sem Terra? No dia a dia da organização coletiva que eles próprios constroem? O raciocínio foi construído assim: *vivências educativas – matrizes formadoras – matrizes pedagógicas*(que então também podem ser uma referencia para se construir um *novo modo de se fazer escola*) (2015, p. 29).

[...] A Pedagogia do Movimento destaca a especificidade formadora da luta social e sua organização coletiva sem deslocar a centralidade formadora do trabalho, mas sim tratando-a em seu sentido mais amplo. (2015, p. 31).

Segundo Leite e Freire (2008, p. 01) “*A escola é uma extensão da sociedade, onde as crianças manifestam a sua realidade de relações diversas, apresentando questões recorrentes quanto à formação do sujeito e seu lugar na sociedade*”. Porém, nem sempre, a escola está preparada para desenvolver um trabalho que possa estabelecer relações entre os sujeitos que valorize as vivências dos seus/as educandos/as, ou seja, não promovem práticas que se aproximem da realidade da comunidade em que está inserida.

Assim tem sido na Escola Zumbi dos Palmares a qual se encontra dentro de um assentamento de reforma agrária, mas na maioria das vezes, suas práticas se distanciam da realidade histórico, cultural e de produção que envolve o P. A. Jacaré Curitiba, ou seja, da realidade em que está inserida. Por exemplo, quando se trata da questão produtiva, que, diga-se de passagem, é uma questão urgente dentro do assentamento, pois a mesma é desenvolvida por um projeto de irrigação, que embora, seja fruto da luta pela reforma agrária, está à mercê das estratégias do agronegócio, e acaba fugindo do princípio de garantir uma produção saldável, se dando assim, por falta de um processo formativo que transforme essa realidade, a qual pode e deve ser trabalhada pela escola, como espaço de formação existente na comunidade. Pois compreendo que

[...] a escola pode ajudar as famílias a problematizar aspectos da realidade ainda não percebidos como relevantes e menos ainda como algo que pode ser ‘da alçada’ de jovens estudantes. Não é demais lembrar que, especialmente, na conjuntura atual, a posição das famílias sobre o que acontece na escola ou pela mediação dela pode ser decisiva para continuidade de um trabalho que se coloque contra a política de educação dominante. (CALDART, 2017, p. 158).

É por isso, que enquanto pai de aluno e membro da comunidade em questão, proponho uma formação a partir da jornada pedagógica para que possamos introduzir uma discussão nas metodologias da Educação do Campo e da Pedagogia do Movimento, e assim construirmos

um processo que vá de encontro a esta realidade na busca da transformação necessária, tanto da escola como da realidade que a envolve, pois entendo que,

A formação continuada de educadores deve ser pensada com base na vivência comunitária e nas práticas sociais nas comunidades; o educador do campo necessariamente precisa estar vinculado ao povo, precisa entender o projeto educativo das escolas do MST e das escolas do campo e, com isso, compreender que a escola não é uma ilha, mas parte desta construção histórica... (RIBEIRO, SANTANA, CAMPELO, ROSSI, GIL E NASCIMENTO. In. CALDART, 2017, p. 49).

Assim, entendo que o/a educador/a do campo não pode e não deve ser omissos a realidade do campo e o trabalho pedagógico tem que ser pautado na realidade sempre. O trabalho deve ultrapassar o currículo para dar sentido ao processo de transformação, da escola, da comunidade e da vida dos sujeitos, pois “a base da concepção de escola da Educação do Campo é a ligação forte da escola com a vida” (CALDART, 2017, p. 148). Só assim construiremos a compreensão do sentido da construção da reforma agrária em que estão inseridos, como um processo de contradição social.

Metodologicamente a formação/Capacitação se dará dentro da jornada pedagógica inicial do ano letivo de 2019, como já especificado, com temas específicos da Educação do Campo, procurando situar os/as educadoras/es deste debate. Além disso, pretende-se instigá-los a proporem atividades e metas para o plano de ação da escola que estejam de acordo com o debate da Educação do Campo, propondo atividades no ano letivo de 2019. A formação se estenderá por todo o ano letivo, onde a cada mês, nas horas de estudo, faremos momentos de discussão, debates, avaliação e proposições dentro das metas e atividades estabelecidas no plano de ação na ocasião da jornada pedagógica, ou seja, serão propostas atividades dentro da jornada inicial para serem realizadas e no decorrer do ano letivo faremos em conjunto o planejamento, execução e avaliação de tais ações.

Por fim, espero, acima de tudo, garantir a aproximação da escola com a realidade da comunidade por meio de práticas de ensino que sejam desenvolvidas em sala de aula, ou fora dela, buscando assim uma aproximação de práticas educativas que se aproximem cada vez mais da proposta da Educação do Campo.

4.2.2 Relatando a experiência

A formação com os educadores e educadoras, bem como com o coletivo de pais e mães da Escola Municipal Zumbi dos Palmares é a primeira que realizamos dentro da proposta de intervenção nos espaços educativos do campo sertanejo na educação básica. Esta

se deu em um primeiro momento dentro da jornada pedagógica inicial da secretaria de educação, tendo como eixo de discussão a proposta da Educação do Campo e da pedagogia do Movimento que visam um processo de educação que promova uma maior participação da comunidade no processo educativo e da escola na comunidade, sobretudo no que se refere às práticas produtivas. Foi abordada uma preocupação geral acerca da situação em que se encontra o assentamento sobre o uso de agrotóxico, sendo então a questão mais urgente a ser trabalhada, ou seja, a realização de um projeto que relacione às práticas educativas com as práticas de produção agroecológicas durante o ano letivo de 2019.

Além disso, discutiu-se também a necessidade de inserção de trabalho que valorize a identidade do ser camponês e do ser Sem Terra, bem como, procurando alternativas de se desenvolver atividades que visem um maior relacionamento da escola com a realidade em que ela está inserida, principalmente o histórico de luta em que esta foi sendo formada, bem como suas realizações e conquistas.

Figura N° 24: Parte da simbologia que compôs a mística da Formação de professores



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor, em 18 de fevereiro de 2019.

Cabe ressaltar que a princípio a atividade promoveu anseios de um processo de transformação da escola, sobretudo, procurando resgatar os objetivos da educação no Movimento Sem Terra, a qual visa uma articulação com o mundo do trabalho para favorecer a discussão e relação com a construção da Reforma Agrária, as mudanças econômicas, políticas e sociais existentes a partir da luta pela terra no Alto Sertão Sergipano. “Muitas das vezes, os

educandos de nossa escola não se interessam em estudar”³⁶, pois tem uma visão estreita da educação e do trabalho, ou seja, acham que por serem agricultores não precisam estudar. Contudo, a reflexão feita é de que estes alunos precisam saber a importância do trabalho no campo e por isso, a necessidade de se aperfeiçoar a partir do estudo, pois a educação que eles/as tem recebido não garante essa valorização como ser social em um espaço que produz vida e conhecimento, e a busca por esse conhecimento garante a não dependência do homem pelo homem, quer dizer, é pela educação que se constrói a liberdade, seja no campo, ou em qualquer lugar em que esteja o sujeito.

Figura Nº 25: Plenária da Formação de Professores em 18/02/19



FONTE: Arquivo de pesquisa do autor.

O primeiro dia da formação dos/as educadores/as (19/02/19) iniciou com uma mística que nos chamava a refletir e desenvolver o extraordinário, com uma mensagem que nos desafia a construir o novo e uma educação transformadora. Fomos instigados a conhecer/reconhecer o extraordinário e diferenciá-lo do que é natural na educação, e, sobretudo na luta pela Educação do Campo, e, principalmente, o que é extraordinário em nossas vidas, através do texto de Ademar Bogo Epigrafe:

Natural é interpretar a realidade. Extraordinário é formular métodos para transformá-la. Natural é ter consciência social. Extraordinário é desenvolver a consciência política. Natural é cooperar em todos os sentidos. Extraordinário é forjar e desenvolver novos seres humanos. Natural é fazer pressão. Extraordinário é criar referências permanentes no tempo e no espaço. Natural é a convivência social. Extraordinário é desenvolver valores. Natural é alfabetizar. Extraordinário é educar transformando. Natural é tomar decisões. Extraordinário é implementar princípios que dão sustentação

³⁶ Extraído da fala de uma professora da escola no debate.

às decisões. Natural é criar instâncias e fazer parte delas. Extraordinário é exercer direção coletiva. Natural é formular normas para manter a ordem. Extraordinário é a disciplina consciente. Natural é apegar-se a ídolos. Extraordinário é constituir símbolos e desenvolver a mística. (BOGO, In: PALUDO, 2009).

Após este momento místico, Acácia Daniel³⁷ expos o tema – Educação do Campo: histórico, objetivos e princípios – fazendo uma abordagem a partir da luta do MST por educação, e um resgate dos principais encontros e conferências realizados desde o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária) em Brasília no mês de junho de 1997, passando por diversos outros até o grande encontro celebrativo dos 20 anos do PRONERA que aconteceu em Brasília em 2018.

Figura Nº 26: Exposição do Tema – Educação do Campo: histórico, objetivos e princípios.



Fonte: Arquivo de pesquisa do autor em 18/02/19

Essa exposição foi fundamental na discussão do processo de formação em virtude da falta de conhecimento que a maioria dos/as educadores/as da escola têm acerca da abordagem e do conceito de Educação do Campo, visto que esta é uma conquista da luta dos movimentos

³⁷Especialista em Educação do Campo, Militante do Setor de Educação no MST e coordenadora do Núcleo de Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.

sociais e educação rural uma forma de escolarização para o campo, como assevera Oliveira e Campos (2012):

Ao contrário da educação do campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. (p. 238)

Outra questão de fundamental importância nesse processo foi à exposição acerca da diferenciação dos termos DO e NO campo, o que foi preciso retomar tal conceito com base nos escritos de Arroyo, Caldart e Molina:

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade deste movimento *por uma Educação do Campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à suas necessidades humanas e sociais. (, 2004, p. 149/150)

Percebe-se que é um conceito que se forja e se forma na luta dos movimentos sociais e do povo camponês por *políticas públicas* para a garantia do direito a educação, a qualquer seja uma educação que valorize os saberes existentes nas comunidades, que fuja da realidade em que está inserida, como abordado nesse estudo. Além disso, faz-se necessário “distinguir a educação rural da Educação do Campo para fortalecer o conceito desta última.” (MOLINA, 2010, p. 21). Ou seja, é preciso deixar claro o viés da Educação do Campo na luta por uma educação que vise o camponês como protagonista de sua própria história. Assim, Caldart (2004) apresenta uma clara evidencia neste sentido:

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeito da direção de seu destino. (CALDART 2004, p.150-151).

Outra questão que merece destaque nesse debate se dá acerca dos principais marcos da luta pela terra, que também coincide com a luta por educação – a exemplo do massacre de que vitimou 19 Sem Terras no dia 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás no

Sul do Pará em uma ação truculenta da Polícia Militar daquele estado – são momentos que expressam tragédia, mas que são marcos da luta do povo, pois a muito tempo o MST já vinha lutando por uma política de educação para os assentamentos e como forma de paliativo pela tragédia/massacre de Eldorado dos Carajás, o governo “em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, [...] criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculando ao Gabinete do Ministro e aprovou o seu Manual de Operações”. (INCRA). A isso também está associado à criação da resolução CNE/CEB de 2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Não quero aqui exaltar a tragédia, mas quero deixar registrado que os trabalhadores rurais deste país são massacrados em suas lutas pela conquista dos seus direitos.

Dentro da conceituação da Educação do Campo, outra questão que tem sido debatida é à questão da construção da pedagogia da alternância que é uma prática abordada pelas escolas famílias agrícolas e que foi adotada na Educação do Campo, nos cursos do MST, e, principalmente nos cursos do PRONERA, e tem

...se constituído como um diferencial eficaz na articulação de saberes produzidos em diferentes espaços culturais e vem sendo praticada em uma série de situações de educação formal nos diferentes níveis de ensino, sobretudo a partir do segundo segmento do Ensino Fundamental. Ela contém princípios que consideram e valorizam os saberes produzidos nos contextos socioculturais, o que difere substancialmente de muitas propostas educacionais... (VIZOLLI, AIRES e BARRETO, 2018, p. 4)

Outra reflexão pertinente que foi abordada pela expositora se dá acerca do processo de nucleação que na maioria das vezes não tem dado certo, mas se configura em uma prática para justificar o fechamento das escolas do campo e que tem sido a grande luta dos últimos anos. Além disso, outra questão da luta atual dos movimentos sociais, estas se dão, como já discutido anteriormente, a respeito da atuação dos egressos dos cursos do PRONERA e a construção da agroecologia no campo e assim avançar nas articulações entre educação e o mundo do trabalho, para assim construir possibilidades e parcerias viáveis para esse desenvolvimento.

Como complementação na discussão da Educação do Campo, embora seja anterior as discussões e a luta por Educação do Campo, a Pedagogia do Movimento Sem Terra, a qual se dá a partir de um processo histórico da luta do MST que se baseia em três aspectos para a ocupação da escola no processo histórico da luta, conforme escritos de Caldart (2004):

1. As famílias Sem Terra mobilizaram-se pelo direito a escola e pela possibilidade de uma escola diferente, que tivesse sentido para sua vida;
2. O MST como movimento de mobilização e formação das educadoras;
3. A escola passa a ser cotidiano no MST;

Diante desta abordagem a autora ainda acrescenta que,

[...] a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias Sem Terra com maior ou menor intensidade (...) e a escola passou a ser vista também como uma questão política, ou seja, como parte estratégica na luta pela reforma agrária. (CALDART, 2004, p. 225/226).

Com base no texto de Caldart (2004), como expositor do momento, abordei os aspectos acerca da Escola e a história da formação dos sem-terra, o qual se dá a partir de três momentos distintos do processo histórico da formação dos Sem Terra.

O primeiro momento é a articulação nacional de luta pela terra; Neste primeiro momento da história do MST era de conscientizar os Sem Terras pelo direito a terra, mais não só, de que essa luta se dá com a projeção de que *Terra é mais do que terra*. Neste momento surgem as preocupações e iniciativas educacionais realizadas nas ocupações e acampamentos no início dos anos 80. Essas preocupações culminam no “Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento em julho de 1987, no município de São Mateus/ES” (Caldart, 2004 p. 238). Com o objetivo de discutir uma “articulação nacional do trabalho” (que vinha sendo feita nos diferentes estados onde o MST estava organizado. (Caldart, 2004 p. 239).

No segundo momento da história da ocupação da escola do MST, Caldart traz a Constituição do MST como organização social de massa; Esse segundo momento é marcado:

- Pela consolidação da Identidade Sem Terra (formação do SER Sem Terra);
- Pela criação do setor de educação em 1997;
- A realização do *I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária* (I ENERA), de 28 a 31 de julho de 1997 em Brasília.

A ênfase desse momento se deu pela “produção da chamada proposta de educação ou proposta pedagógica do MST, configurada a noção de direito. Daí, fazer de cada escola conquistada uma escola do MST” (Caldart, 2004 p. 249).

O terceiro momento é a Inserção do MST na luta por um projeto popular para o Brasil. A Escola do MST e a formação dos sujeitos de um projeto de educação popular de educação e de país. “É o momento que *projeta* novas formas de relação do MST com a sociedade, incluindo a Reforma Agrária como *uma luta de todos*”. (Caldart, 2004 p. 273). Nesse período também, há um desdobramento da discussão Por uma Educação Básica do Campo.

Esses três momentos foram trabalhados por Roselí Caldart em sua pesquisa de doutorado o qual se transformou na obra clássica *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, porém, o MST na atualidade vive uma nova fase que, além de outras bandeiras de lutas, traz o processo de produção e de soberania alimentar para o debate, principalmente na discussão da produção de alimentos saudáveis, com isso, a educação também tem ganhado uma nova fase que é a da abordagem da educação relacionada ao trabalho e o processo da agroecologia.

O debate se deteve com relacionamento da abordagem da educação do MST que não tem sido desenvolvida pelas práticas pedagógicas trabalhadas na escola em questão, sendo que alguns professores foram sugerindo e cobrando formas de se trabalhar tais questões no cotidiano escolar. Percebe-se a falta de um apoio neste sentido e que é urgente um trabalho de resgate da identidade da escola e da comunidade, além de atividades que tragam para a proposta pedagógica eventos mais relacionados à vida do campo e da comunidade.

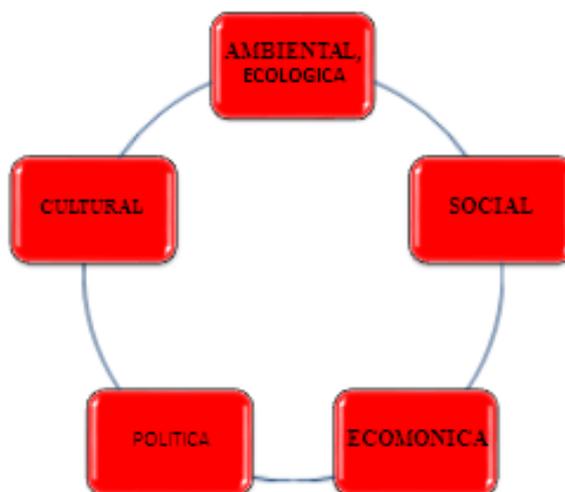
Visando essa relação da educação com o trabalho, foi discutido por meio da apresentação do tema Trabalho, Educação e Agroecologia, as práticas que vem sendo experimentadas e desenvolvidas pela UPC³⁸, o que trouxe também a discussão acerca da produção agroecológica. Nessa discussão foi abordada que é preciso que a escola discuta os conceitos da agroecologia que é importante para o desenvolvimento da Educação do Campo. Foi apresentado ainda as dimensões da agroecologia, por meio do esquema da figura abaixo (figura 3) quais sejam – Ambiental, ecológica; social; econômica; política e cultural:

Figura 27 – Dimensões da Agroecologia apresentadas na formação de educadoras/es em 20/02/19

³⁸Tema exposto pela Educadora Elielma Barros que é uma das coordenadoras da UPC



- A agroecologia enquanto sistema de produção tem cinco dimensões:



Fonte: slide apresentados por Elielma Barros na formação de educadoras/es.

Dentro destas dimensões perpassam, segundo a expositora com elementos chave as relações de gênero, a soberania alimentar e a comercialização direta. Como experiência prática, na sequência foi apresentado então às atividades que estão sendo desenvolvidas na UPC como espaço de formação.

No segundo dia, iniciamos com o documentário – Parir-nos na luta – o qual traz uma experiência de uma escola de assentamento no Estado do Ceará, e mais uma vez veio à tona a discussão da relação da escola com a comunidade, sobretudo do resgate da identidade do sujeito. Ficou claro também a importância da participação de todos nessa relação, ou seja, não é possível fazer a transformação se todos não puserem a mão na massa, foi essa mensagem principal que o documentário nos trouxe.

Na sequência, a educadora popular Val Santos³⁹ apresentou objetos que podem ser produzidos a partir de elementos existentes na comunidade que possam servir como material lúdico para as aulas da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Após apresentação e discussão de tais elementos, a mesma desenvolveu com as/os

³⁹Valdilecia Feitosa Santos é filha de assentado do P. A. Jacaré Curitiba, é ex aluna da escola, é formada em licenciatura em Artes pela UFPE e membro do setor de cultura do MST e contribui com praticas de incentivo a arte e a cultura nas escolas dos assentamentos.

educadoras/es uma oficina de produção de material lúdico a ser trabalhado no dia-a-dia em sala de aula. Além disso, se propôs a construir junto a escola um projeto de produção destes materiais com as crianças com momentos de oficinas a serem trabalhadas durante o ano letivo.

Tendo em vista que tivemos que interromper a atividade no primeiro turno do segundo dia, por falta de alimentação, foi preciso apertar a programação e uma das oficinas foi cancelada e somente a oficina da identidade e da cultura foi desenvolvida, onde foi possível extrair a necessidade de promoção de atividades criativas, inclusive com oficinas com as crianças para a produção de brinquedos, seguido de exposição ao público externo.

Além dessa atividade, foram propostas a serem desenvolvidas na escola:

1. Um projeto para o trabalho com a agroecologia (mais urgente);
2. Atividades de embelezamento e valorização do espaço educativo;
3. Promover atividade de recreação com base no processo da identidade do ser camponês e ser Sem Terra;

A avaliação é de que foi um momento único, principalmente para uma maioria de educadora/es que mesmo trabalhando em uma escola do campo não tinham passado por um processo de discussão semelhante, o que a formação proporcionou uma reflexão acerca da relação direta com a comunidade para assim melhorar as práticas educativas. O terceiro dia da formação se deu de forma conjunta na sede do município com discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas a semente foi lançada e seguiremos com a proposta inicial de realizar encontros mensais durante todo o ano letivo, conforme sugestão do plano de formação (apêndice) sendo que no primeiro encontro traçaremos caminhos para isto, já que não foi possível fazer na formação inicial.

4.3 Formação/Criação do coletivo de educadoras/es populares

Quando decidi que esta pesquisa seria classificada como uma pesquisa militante e, sobretudo, como uma pesquisa colaborativa não tinha noção do quanto teria a colaboração dos nossos pares. Porém à medida que a pesquisa avança, novas ideias vão surgindo vou incorporando a este estudo.

Para continuar com a proposta de realização do segundo seminário, promovemos uma reunião⁴⁰ com uma equipe reduzida para avaliar as ações que foram feitas a partir do seminário, pois compreendo que as ações na formação dos professores da escola Zumbi dos Palmares no Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba, foi apenas um pontapé inicial e que precisa ser disseminada entre outras escolas e comunidades. Esta ideia, já havia sido visualizada junto à parceria com a UPC, a qual tem em sua proposta de formação um apoio às escolas que estão mais próxima da unidade, nesse sentido. Contudo, chegamos à constatação de que não teremos condições, em um grupo muito pequeno, de garantir as atividades nessas escolas. Para isso, discutimos a proposta de criarmos uma equipe para discutir e promover ações diretas com as escolas em questão (a saber, três escolas no município de Canindé de São Francisco e a Escola Zumbi dos Palmares no município de Poço Redondo), pois sentimos a urgência desse trabalho, sobretudo, no que se refere à inserção da relação entre educação e agroecologia, pois estas escolas estão dentro de perímetros irrigados que estão *assujeitados* ao uso constantes de agroquímicos.

Diante da proposta inicial atribuída ao I SECRA de retomar a uma tentativa anterior de montar um comitê de educação do campo no alto sertão, o qual já havia sido ensaiado, inclusive com reuniões foi sendo descartada, pois não tivemos retorno ao contato de “membros” deste comitê para que pudéssemos reunir com eles. Assim, surge a ideia de formação de um coletivo o qual estamos chamando de “Coletivo de Educadores Populares do Campo do Alto Sertão Sergipano”, o qual tem sido um desafio dentro das demandas que os militantes e educadores já tem no dia-a-dia. Por isso, passou-se muito tempo desde aquela reunião até conseguirmos marcar e realizar outro momento para alinhar as ideias no sentido de compor o coletivo.

Após algumas tentativas frustradas, conseguimos reunir na tarde do dia 12 de julho de 2019 na UPC, a qual tem sido o nosso ponto de apoio e de encontros, com alguns educadores em um primeiro momento de articulação e formação coletiva em que possamos sustentar as atividades propostas de educação do campo na região. Ainda com número reduzido, tiramos como objetivo principal para este coletivo: fortalecer a educação do campo na região do Alto Sertão Sergipano. Contudo, achamos prudente fortalece-lo tendo como base os municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, os quais estão ligados em alguns processos de luta, para que possamos na atual conjuntura, garantir o mínimo de funcionamento das ações propositivas deste coletivo, levando em consideração também que estes são os dois

⁴⁰ Reunião realizada na UPC no dia 13 de março de 2019 com participação de Gidelmo, Suelaine e Elielma.

municípios da região com maior número de assentamentos e comunidades organizadas e que concentra um grupo grande de militantes. Assim, facilita o acesso às reuniões e ações que serão propostas, porém teremos algumas ações que englobará o todo da região e necessitará de uma articulação maior com os demais municípios, como é o caso da realização da segunda edição do Seminário Temático A Educação do Campo e a luta pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano. Por isso, achamos de fundamental importância inserir no coletivo representante da UFS/Sertão, já que queremos realizar o seminário em parceria com o campus.

Para cumprir o objetivo proposto, chegamos à conclusão de que é preciso definir linhas de estudo para cada momento de encontro do coletivo, e nestes encontros realizar debates e sair dos mesmos com atividades a serem encaminhadas. Assim, nesse primeiro momento tiramos como linha de estudo “entender a conjuntura da educação no momento atual em que estamos vivendo no Brasil, com cortes e desvalorização da educação como um todo”. Como atividade, pensando no fortalecimento do coletivo, foi definida uma tarde de formação com uma roda de conversa a ser realizada no dia 02 de agosto de 2019 na UPC, conforme programação no convite apresentado na figura a baixo:

Figura nº 28 – Cartaz/Convite e programação da Tarde de Formação do Coletivo de Educadoras e Educadores Populares do Alto Sertão Sergipano

TARDE DE FORMAÇÃO
FORMAÇÃO DO COLETIVO DE EDUCADORAS/ES POPULARES NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

RODA DE CONVERSA
Dia 02/08/19
Na Unidade de Produção Camponesa - UPC

PROGRAMAÇÃO:

14h - Mistica
14:15 - Educação: Direito ameaçado na Conjuntura atual - Advogada militante do MPA Rodjane Matos
15:15 - Organicidade do Coletivo de Educadoras/es Populares do Alto Sertão Sergipano
- Construção do/s Objetivo/s
- Organicidade do Coletivo

16h - Café da tarde

16:15 - Articulação e produção do II Seminário de Educação do Campo e Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano e I Seminário de Pesquisa e Trabalho no Campo

17:15 - Encerramento

Se você está recebendo este convite é porque acreditamos que juntos podemos construir uma educação do campo diferenciada para a nossa região. Não deixe de estar conosco nesta tarde de encontro e formação!

FONTE: Arquivo pessoal de trabalho e de pesquisa do autor.

Como público alvo para este momento de formação do coletivo, foi estabelecido alguns nomes de educadores/as populares que independente da formação estão inseridos de alguma forma em processos de educação do povo camponês, são em sua maioria militantes dos movimentos sociais, educadores/as das escolas do campo, estudantes e educadores/as da UFS/Sertão.

Ainda foi definido nesta reunião a proposta de que na tarde de formação, conforme programação na figura anterior, deveremos pensar e construir coletivamente o II Seminário temático Educação do Campo e a Luta pela Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano, aliado ao I Seminário de Pesquisa, Trabalho e Reforma Agrária a ser realizado no Campus da UFS/Sertão, bem como a realização da Escola da Roça a ser realizado na UPC com estudantes das Escolas em que estamos propondo a realizar um trabalho voltado para o desenvolvimento da agroecologia – Escola Municipal Zumbi dos Palmares⁴¹, Escola Municipal Escrava Anastácia⁴², Escola Municipal Manoel Messias Cordeiro⁴³ e Escola Municipal José Guilherme da Silva⁴⁴ – tendo como objetivo desenvolver atividades teóricas e práticas que contemplem ações da agroecologia a serem disseminadas nas referidas escolas pelos estudantes que serão previamente selecionados pelas educadoras/es das mesmas.

4.3.1 Tarde de Formação do Coletivo de Educadoras/es Populares do Alto Sertão Sergipano

O encontro foi iniciado com um momento místico a partir da leitura de um poema, seguido de reflexão que nos fez pensar na tarefa a ser assumida por esse coletivo. Na sequência foi realizada uma pequena reflexão acerca da programação estabelecida para ser desenvolvida durante a tarde, onde coletivamente foi acordado que a militante palestrante faria a explanação conforme programado, sendo que a mesma sugeriu que fizéssemos mais uma roda de conversa do que mesmo uma explanação formal. As demais ações planejadas permaneceu de acordo com o programa.

Na atividade, estiveram presentes alguns companheiros militantes do MST, do MPA e da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e contou com a participação da advogada camponesa Rodjane Matos que explanou acerca da conjuntura atual da Educação e as ameaças que esta tem sofrido em nosso país. Neste ensejo, o momento foi de importante aprofundamento e

⁴¹ Escola do Projeto de Assentamento Jacaré Curituba no Município de Poço Redondo.

⁴² Escola do Projeto de Assentamento Nova Canadá no Município de Canindé de São Francisco.

⁴³ Escola da comunidade camponesa Lagoa do Mato no Município de Canindé de São Francisco.

⁴⁴ Escola da Comunidade Camponesa Setor 7 do Projeto Califórnia no Município de Canindé de São Francisco.

provocação em torno da formação do coletivo e sua importância para o trabalho de base pois "acredito que o momento exige recuar e formar" enfatizou a companheira Rodjane. Assim seguimos traçando caminhos e com a convicção de que a Educação é um direito, e por isso queremos e devemos lutar por uma que nos assegure nossas diversidades.

Após a fala de R. M., como combinado, passou-se a desenvolver um diálogo em que apareceu ainda no debate as situações atuais da Educação do Campo, tendo em vista que o que parece é que o governo não entende a proposta e que direcionou seus ataques no início do mandato na tentativa de criminalizar a educação do campo por meio da educação no MST, como se as escolas do campo fosse apenas estas. Trouxemos ainda uma reflexão acerca da desestruturação do PRONERA que já vem sendo atacado desde governos anteriores e que entendemos que a educação do campo nesses vinte anos não tem sido fácil e que tudo que construímos até aqui se deu a partir de lutas incessantes.

Figura 29: Realização da Tarde de Formação do Coletivo de Educadoras e Educadores Populares do Alto Sertão Sergipano



Fonte: Arquivo de pesquisa

Na sequência, foi lançada à provocação da construção do coletivo de educadores/as populares para que possa assumir ações no Alto Sertão Sergipano, tendo como objetivo realizar ações voltadas para o desenvolvimento da Educação do Campo com atividades pontuais e definidas no contexto das escolas das comunidades camponesas. Assim, foram apresentadas e discutidas algumas ideias a serem assumidas ainda nesse segundo semestre, a saber, a realização do II SECRA e a realização de uma semana de educação e agroecologia na Escola Municipal Zumbi dos Palmares no Assentamento Jacaré Curitiba no Município de Poço Redondo, tendo em vista que nessa escola já está se fortalecendo um coletivo de pais e

mais e que já se iniciou um trabalho de formação com os educadores/as desde o início do ano letivo a partir desta pesquisa. Além disso, todos entendem que é uma escola de grande importância na construção da Educação do Campo por se localizar no maior assentamento de Reforma Agrária do Estado de Sergipe e um dos maiores da América Latina. Para planejar essas atividades, foram definidos dois grupos entre os presentes para pensarem a proposta junto aos pares e apresentar na próxima reunião do coletivo a ser realizada no dia 14 de setembro do corrente ano no Assentamento Modelo em Canindé.

Quanto a realizar a Escola da Roça envolvendo outras escolas, como citado anteriormente, a discussão é que é de suma importância, contudo que ao invés de fazer em um determinado período do ano, que seja uma atividade contínua com etapas a cada mês, ou bimestralmente. Mas é preciso priorizar o seminário e a semana de educação e agroecologia enquanto se fortalece e se fecha uma proposta definida por conta de todas as implicações que essa ideia envolve, principalmente por ter que lidar com adolescentes e estudantes, já que a UPC tem experiência de desenvolver a escola da roça com os agricultores e não com estudantes.

Enfim, a tarde foi de grande proveito para a retomada da realização de um trabalho de base na região em torno da Educação do Campo e da Reforma Agrária, o que já havia sido apontada no I SECRA e que teremos grandes desafios a serem realizados, mas que é fundamental enfrenta-los diante da conjuntura em que a sociedade brasileira está passando.

INTERROMPENDO SEM CONCLUIR

Para concluir esse estudo, retomamos ao objetivo do mesmo e que foi apresentado no resumo deste trabalho, qual seja, “Abordar a Educação do Campo como um processo fundamental da luta dos movimentos sociais no contexto da construção da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano”. Para tanto, com base nas fontes estudadas e nas práticas realizadas, compreendo ter dado conta de grande parte do objetivo de que foi proposto. Diante disso, cheguei a algumas conclusões as quais passo descrevê-las.

Cabe salientar que a região do Alto Sertão é um dos “palcos” principais da luta pela terra no Estado de Sergipe na qual a questão agrária se materializa, sobretudo, pela transformação fundiária e pela reterritorialização do homem no campo. Diante disto, o grande contingente de jovens inseridos nos cursos, embora sendo estaduais, foram do alto sertão sergipano, além disso, desde o início, com a formação de professores, principalmente no magistério, o grande número de estudantes do alto sertão, já apontava, não só o avanço da luta nesta região, mais principalmente, a demanda de implantação de um projeto que se contraponha ao modelo vigente em nossa sociedade.

Cabe-nos compreender que a construção da Reforma Agrária passa pelo crivo da Educação do Campo, pois é possível perceber que a partir da formação de seus militantes e quadros, existe também uma especialização no processo de luta, de produção e de educação.

É possível avaliar as proporções que as Lutas e os Movimentos Sociais tem tomado no Alto Sertão Sergipano e de como estas tem transformado a vida social e política na sociedade sertaneja. Podendo constatar a importância da luta pela terra e conseqüentemente pela Reforma Agrária para as transformações necessárias na realidade dos municípios. Bem como, os rumos que as lutas tomaram, sobretudo para campos mais abrangentes que envolvem novos públicos, como é o caso da juventude na luta pela democratização e acesso a educação pública.

Percebe-se grande importância da articulação juvenil que parece ter aprendido das lutas dos movimentos sociais a lutar por seus direitos e do seu protagonismo no meio social nos municípios de toda a região. Contudo, mesmo essas lutas não se configurando como Movimento Social, foi destes que surgiram o exemplo e garra nas ações ultimamente desenvolvidas na região, bem como, os princípios e as formas de organização tem base nos movimentos e nas lutas mais antigas.

Percebe-se, contudo que no decorrer dos anos e na evolução das lutas protagonizadas a princípio pelos movimentos sociais, estas ganharam forças e grande *simpatia* popular por demonstrarem na prática que a organização e a luta por seus direitos é a saída para garantir direitos e pela inserção social dos grupos menos favorecidos. Desta forma, pode-se perceber que as lutas no Alto Sertão Sergipano, retratam as expressões de transformações de vidas marcando etapas de construção de uma nova história.

É importante ressaltar ainda que a falta de arquivamento de materiais necessários para a realização de uma pesquisa acerca deste tema, é dificultado, pois não se encontram nas bibliotecas da região materiais que dê suporte na construção de um trabalho mais completo, sobretudo das lutas realizadas nas décadas anteriores a 1990. No entanto, ainda existe uma grande memória viva destas lutas que precisam ser resgatado e registrado.

No que se refere ao avanço da Reforma Agrária por meio da realização dos cursos formais, seja do PRONERA ou PRONACAMPO, com base nas fontes estudadas e nas informações obtidas através dos egressos dos cursos, é possível compreender que estes tem sido de extrema importância no processo de luta no Alto Sertão Sergipano. A formação nestes cursos tem contribuído, sobretudo, na atuação da luta por uma educação do campo que transcenda a educação que está posta no sistema vigente. Além disso, tem permitido “uma formação voltada para ocupar os espaços e atuar como líderes caso necessário”(Santos, J., 2018).

É possível perceber que o *território do Alto Sertão Sergipano é marcado pela luta de importantes movimentos sociais que tem protagonizado a construção da reforma agrária, e a educação tem sido um dos principais elementos nesta construção*⁴⁵, contudo, a conquista da terra, embora seja realidade, ainda não é suficiente para a concretização da Reforma Agrária, que também necessita de outros processos.

É bem visível a transformação agrária, pois é comum no Alto Sertão Sergipano, se percorrer de um município a outro por dentro de assentamentos – caso do trajeto da cidade de Poço Redondo até as imediações da cidade de Canindé de São Francisco – onde o trajeto é feito por dentro de diversos assentamentos. Contudo, o poder público em suas diferentes esferas, não tem contribuído para avanços significativos, emperrando as reivindicações das lutas dos movimentos sociais.

Sendo a Reforma Agrária Popular a categoria fundante deste trabalho, é possível observar que algumas características desta são visíveis para tal realização no Alto Sertão

⁴⁵ Trecho extraído do Projeto de Pesquisa (2017, p.5).

Sergipano, outras nem tanto, porém é evidente a luta dos Movimentos Sociais para tal construção. Contudo, um dos elementos que é preciso avançar na atualidade é o processo de produção e desenvolvimento da agroecologia, tendo esta como um processo de resistência ao agronegócio. Assim, o contexto da Educação do Campo na luta pela Reforma Agrária Popular precisa levar em consideração este pressuposto, pois não é concebível uma Educação do Campo que não aborde em seu currículo uma educação do trabalho agrícola de base agroecológica.

O trabalho na agricultura deve ser o principal elemento de produção do conhecimento nas escolas do campo, o qual deve se dar a partir de iniciativas práticas que garantam uma relação direta com o processo produtivo. Só assim, será possível desenvolver uma educação do trabalho que envolva a agroecologia, e como nos ensina Caldart para a *Transformação da Escola* precisa-se conhecer a realidade do entorno do espaço educativo, ou seja, a comunidade, o assentamento, etc. sendo que uma das alternativas para isto é desenvolver o inventário da realidade. Nesse sentido, no Alto Sertão Sergipano é preciso dar mais este passo na luta pela construção da Educação do Campo para se avançar na construção da Reforma Agrária Popular. Precisa-se avançar no currículo, nos planos, enfim, a agroecologia tem que ser elemento constante na produção do conhecimento nas escolas do campo.

Contudo, fica a certeza que a luta dos movimentos sociais se faz necessária em todo o processo, seja na luta pela implantação de um processo produtivo de base agroecológica no campo, seja na luta por uma Educação do Campo que valorize todas as dimensões do ser camponês, enfim, só a luta fará avançar a construção da Reforma Agrária Popular. Por isso, mesmo tendo que *fechar* a escrita deste texto e desta pesquisa a qual me propus a uma pesquisa militante, continuamos construindo elementos de luta para a realização da Educação do Campo e da Reforma Agrária, por meio das “ferramentas” que foram construídas a partir deste trabalho, principalmente através da criação do Coletivo de Educadoras/es Populares do Campo do Alto Sertão Sergipano e de outras frentes em que passo a me inserir daqui em diante, que a partir de então assumem outros frutos desta pesquisa – o Seminário de Educação do Campo e Reforma Agrária, a formação de educadoras/as nas escolas do campo, – bem como, outras tarefas e lutas que esta pesquisa não deu conta de construir.

Enfim, compreendo estar em um processo amplo de construção da Reforma Agrária Popular, porém não devemos *cruzar os braços* diante das dificuldades que nos impõem, mas precisamos nos manter firmes na luta, pois o capital se expande a cada dia e usa de diferentes estratégias para deixar claro que a luta não vale a pena e que a Reforma Agrária não dá certo. No entanto, pelo que foi registrado aqui, mostra o contrário e nos instiga a continuar buscando

formas não apenas de convencê-los, más de mostrar na prática que outro caminho é possível para a democratização dos direitos tão ameaçados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIOLLI, *Angelo Roberto*. Uma área definitiva para o campus do Sertão. Home/Artigos/<http://www.ufs.br/conteudo/57445-uma-area-definitiva-para-o-campus-do-sertao>. **Seg, 22 de maio de 2017, 16:04**

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-imagens**. São Paulo, Vozes, 2000.

_____; CALDART, Roseli Salete; e MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARONE, Luiz Antônio. **Pesquisador-militante ou militante-pesquisador: dilemas da investigação científica frente a prática política**. <http://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/viewfile/10127/6626>. Acessado em 14/03/19.

BRETAS, Silvana Aparecida. **Uma avaliação da experiência do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Sergipe – UFS**. In. Revista Tempos e Espaços em Educação. Volume 6, número 10, janeiro/junho, 2013.

BRINGEL, Breno; e VARELLA, Renata Versiani Scott. **A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos**. REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, vol. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Pedagogia do Movimento**. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. IN: Por uma educação do campo. Miguel Gonzalez Arroyo, Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina (organizadores). 2ª. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. P. 147-158.

_____. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

_____. (org.). **Caminhos para transformação da escola 3: Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo ensaios sobre complexos de estudo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. (org.). **Caminhos para transformação da escola 4: trabalho, agroecologia nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CARVALHO, Andréa Ferreira de; GÓIS, Camila Bomfim de. **O processo formativo-educativo dos professores-militantes do curso de pedagogia da terra da Universidade Federal de Sergipe**. In. SOARES, Maria José Nascimento ... [et al.] (organizadores). *Prodôncia: Relatos de Vivências em Escolas Públicas*. São Cristóvão: Editora UFS. 2012. P. 285-294.

CARVALHO, Tereza Simone Santos de; SERGIO, Marleide Maria Santos. **FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO: o caso da Escola Municipal Assentamento Fortaleza – Nossa Senhora da Glória/SE**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 14 – Educação do/no campo ISSN: 1980-4555. Curitiba, 2017.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana FinziFoá. São Paulo, Xamã, 1996.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Elementos para a construção de um programa de pesquisa dos movimentos sociais do campo**. In: ITERRA, caderno do. **O MST e a Pesquisa**. Caderno do Iterra, ano VII, nº 14. p. 103-110. São Paulo, 2007.

DANIEL, Camilo Feitosa. **As transformações do mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano e as estratégias de reprodução camponesa**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 2018.

DELGADO, Guilherme C. **A questão Agrária no Brasil, 1950-2003**, in *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* / Luciana Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva [ET AL.]. Brasília: IPEA, 2005. Texto em pdf. Site: desafios.ipea.gov.br/sites/0002/livros/questaosocial/Cap_2.pdf

DESGAGNÉ, Serge. **O Conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos**. *Revista Educação em questão*. Natal/RN, v.29, n. 15, p. 7-35, maio/ago. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**, in *A Questão Agrária no Brasil*, vol 07 (org) João Pedro Stédile, São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173 – 238.

FILHO, Antônio José; e FAGUNDES, Rita (Organizadores). **Residência Agrária – Curso de pós-graduação lato senso – Seminário (Livro de resumos)**. São Cristóvão: UFS, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Materialismo Histórico-dialético: pontos e contrapontos**. In. II Seminário Nacional “O MST e a Pesquisa”. Caderno do ITERRA; Ano VII – Nº 14 – Novembro de 2007; 1ª edição; Veranópolis, 2007, p. 45-59.

_____ e CALDART, RoseliSaete (Orgs.). **A construção da Pedagogia Socialista: escritos selecionados**. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011, p. 333-513.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y a teoria marxista**. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

<http://mstsergipe.blogspot.com.br/2013/09>

JAUMONT, Jonathan; e VARELLA, Renata Versiani Scott. **A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades**. Direito e Praxis revista: **Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016 p. 414---464**.

JESUS, Gidelmo Santos de. **As Lutas e os Movimentos Sociais do Campo no Alto Sertão Sergipano**. Trabalho construído a partir do componente: Educação e Movimentos Sociais, do Mestrado Profissional em Educação do Campo – PPGEducampo/UFRB. Amargosa/BA, 2017.

_____. **O MST e a Transformação Agrária em Poço Redondo - SE**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária, da Universidade Federal de Sergipe. – São Cristóvão, 2015.

JESUS, J. N. de. **A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás**. Disponível EM 2010 E-mail: novaisdejesus@yahoo.com.br www2.fct.unesp.br/nera/revistas/18/6_jesus **ACESSADO EM 26-11-2015**

KOLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo” nº 4, 2002.

LEITE, Jaciara Oliveira; FREIRE, Juliana de Oliveira. **Relação de Gênero nas Escolas: um estudo sobre as intervenções nas aulas de Educação Física no Centro de Ensino Fundamental da Vila Planalto – DF (UnB)**. Brincadeiras; Gênero; Intervenção Pedagógica. ST 10 - Educação Infantil e Relações de Gênero. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

LESSA, Sérgio; e TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. São Paulo/SP: Expressão Popular (2008).

LIMA, Silvana L. S. **As Transformações Socio-territoriais e o Espaço Rural do Alto Sertão Sergipano**. São Cristóvão-SE, UFS, 2007. Tese de doutorado apresentada junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

_____; e FREITAS, Gilsélia M. C. **Licenciatura em Educação do Campo da UFRB: práxis pedagógica e outras possibilidades do fazer acadêmico**. Anais do XXIV Seminário Nacional Universitas. Maringá, UEM, Rede Universitas, 2016.

LUCINI, Marizete. **Formação de Professores e a Educação do/no Campo**. In. SOARES, Maria José Nascimento ... [et al.] (organizadores). Prodocência: Relatos de Vivências em Escolas Públicas. São Cristóvão: Editora UFS. 2012. P. 17-23.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo. **Título original:** *Le capitalisme*; Primeira Edição: *Enciclopédia Universalis*, 1981. Fonte da Presente Tradução: [Ernest Mandel Archives https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm](https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm) Internet. Tradução para o português: Eduardo Velhinho.

MARIALVA, Maria Elcineide de Albuquerque. **Educação Popular: trajetória e tarefas no Brasil**. 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. UNIOESTE – Campus de Cascavel – 16 a 19 de setembro de 2009. ISSN 2175-425X.

MARX, Karl; e ENGELS, Frederick. **A Ideologia Alemã**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de BRUNI, José Carlos (et al.)**. São Paulo, Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**

_____. **Introdução à crítica da economia política**. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1974. (escrito entre 1857-58)

MOLINA, M.C.; JESUS, S.M.S.A. **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo” nº 5, 2004, p. 13-52.

_____. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Mônica Castagna. **Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de educação do campo**. In. Molina, Mônica Castagna (org.). Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. P. 137-149.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa agrário do MST**. Secretaria Nacional | Alameda Barão de Limeira, 1232 - 01202-002 - São Paulo-SP. 2013.

PALUDO, Conceição. **Educação popular**. In. Caldart, Roseli Salette (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012; p. 280-285.

PEREIRA, Ângela; JESUS, Gidelmo S. de; RODRIGUES, Suelaine dos Santos. **Educação do Campo: Política Pública em Construção no Município de Canindé de São Francisco/SE**. Texto encaminhado ao I Seminário Internacional de Educação do Campo da UFRB; II Seminário Estadual de Educação do Campo da Bahia; III Seminário de Educação

do Campo do Recôncavo e Vale do Jequiariá; IV Encontro de Educação do Campo de Amargosa. Amargosa/BA, 2013.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; e PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Revisitando a História da Educação Popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010 - ISSN: 1676-2584.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE. **Proposta Pedagógica da Educação do Campo.** Secretaria Municipal de Educação, DAPE, NED. Canindé de São Francisco, agosto de 2010.

RIBEIRO, Diana Soares; SANTANA, Cássio Souza; CAMPELO, Felipe Otávio; ROSSI, Lucilânia Alves Bandeira; GIL, Maria de Lima; NASCIMENTO, Maria Helia de Jesus. **Educação em agroecologia: percurso da construção de uma proposta pedagógica para as escolas do campo do extremo Sul da Bahia.** In. CALDART, Roseli Salette. **Caminhos para transformação da escola 4: trabalho, agroecologia nas escolas do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RIBEIRO, Marlene. **Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?** Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária.** In. STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** vol. 8, p. 189-238, Editora Expressão Popular, São Paulo, SP, 2013.

SANTOS, José Ailton Franculino dos. **Cordel: A luta e a Conquista do Jacaré Curitiba.**

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo, Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos).

SERGIPE, Governo do Estado de. **Plano de Desenvolvimento do Território.** Secretaria do Estado do Planejamento. Sergipe, 2008.

SILVA, Maria do S ocorro. **Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo.** In. MOLINA, M.C. (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. P. 60-93.

SILVA, Maria Neide Sobral da. **Contando nossa história: camponeses sergipanos e a luta pela terra.** UFS/PROEX/DED/NEPA/CEAD, 2002.

SILVA, Rosemiro Magno da e LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe.** Universidade Federal de Sergipe/EDUFS. Secretaria de Estado da Irrigação e Ação Fundiária, Aracaju, SE: 1996.

SOARES, Maria José Nascimento. **O Processo Formativo-Educativo e a Prática Pedagógica no MST/SE.** São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SOBRAL, Maria Neide. **História oral da vida camponesa**: Assentamentos de Reforma Agrária em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

SOUSA, Raimunda áurea D. de e CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **O Antigo E O Moderno No Campo Brasileiro**: Uma Reflexão a Partir da Teoria Agrária.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo/SP: Editora Expressão Popular, 2013.

_____. **Reforma Agrária**. In. CALDART, Roseli Salette. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

_____. **A luta pela reforma agrária e a produção do conhecimento**. In: ITERRA, caderno do. **O MST e a Pesquisa**. Caderno do Iterra, ano VII, nº 14. p. 17-33. São Paulo, 2007.

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Territórios em Conflito no Alto Sertão Sergipano**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, UFS. São Cristóvão-SE, 2014.

VASCONCELOS, Elielma Barros de. **A Educação no Cenário da Luta por Reforma Agrária**: Dilemas e Desafios na Gênese de uma Proposta de Educação do Campo no Centro Estadual Dom José Brandão de Castro. Monografia (graduação em Licenciatura em Educação do Campo) Universidade Federal de Sergipe – Centro de Ciências Humanas e Sociais. BICEN/UFS, 2013.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 121 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

VIEIRA, Maria Leliana; SANTOS, Maria Vanuzia Soares dos; JESUS, Sandra Santos de. **O Processo de Nucleação das Escolas do Campo no Município de Poço Redondo/SE**. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão/SE. 2012

VIZOLLI, Idemar; AIRES, Helena Quirino Porto; BARRETO, Mylena Gonçalves. **A Pedagogia da Alternância presente nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas do Tocantins**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e166920, 2018.

www.expressaosergipana.com.br

www.incra.gov.br/pronerahistoria

www.infonet.com.br

www.mst.com.br

APÊNDICE

APÊNDICE B – PLANO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

GIDELMO SANTOS DE JESUS

**POTENCIALIDADES E LIMITES NA FORMAÇÃO DE
EDUCADORAS/ES DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DA REFORMA
AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

AMARGOSA-BA
2019

PLANO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

1. Título da Atividade

Potencialidades e Limites na Formação de Educadoras/es do Campo na Construção da Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano

2. Caracterização da Atividade

Formação continuada, carga horária: 60 horas.

3. Coordenador(a) da Atividade

Gidelmo Santos de Jesus – Mestrando.

4. Equipe de Trabalho

Secretaria Municipal de Educação; direção, coordenação e Coletivo de Pais e Mães de alunos da escola Municipal Zumbi dos Palmares; Setor de Educação do MST; e Unidade de Produção Camponesa (UPC/MPA).

5. Área Temática Principal

Educação.

6. Período de Realização e Carga Horária Total

O curso terá duração de 60 horas distribuídos em 20 horas na jornada pedagógica da escola, nos dias 12 e 13 de fevereiro e 40h distribuídos em horas de estudos mensais no ano letivo de 2019.

7. Local de Realização

Escola Municipal Zumbi dos Palmares, no Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba, no município de Poço Redondo, Sergipe.

8. Resumo da Atividade

A formação/capacitação se dará com os/as educadores/as da Escola Municipal Zumbi dos Palmares intervindo no processo de produção do planejamento anual na jornada pedagógica da escola, propondo práticas e ações voltadas à proposta da educação do campo, bem como, acompanhamento

das ações nas horas de estudos que serão realizadas uma vez por mês, garantindo assim um acompanhamento das ações e avaliação no/do processo.

9. Palavras-Chave

Educação do campo; Pedagogia do Movimento; reforma agrária.

10. Contextualização e Justificativa da Proposta

A luta dos movimentos sociais e de diversos sujeitos pela construção de uma política pública de educação do campo visa um projeto de educação que garanta o direito aos povos do campo, a uma educação de qualidade que supere todo o processo de exclusão em que foi construída a educação neste país. Por isso, a defesa da educação do campo se faz necessário dentro de um projeto de desenvolvimento para o campo, como assevera LUCINI,

A defesa da Educação do Campo implica no comprometimento com um novo projeto de desenvolvimento para o campo, portanto não se trata de pensar uma educação voltada para si mesmo, muito menos de negar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade ao longo de sua história, mas de pensar a educação envolta as problemáticas do campo, na sua historicidade, em que estão implicadas as negações, os silenciamentos, as exclusões, as marginalizações e as conquistas sofridas pelos povos do campo. (2012, p. 17).

É nessa perspectiva de defesa da educação do campo como um projeto de desenvolvimento que a luta dos movimentos sociais em Sergipe tem se pautado, ou seja, esse novo projeto de desenvolvimento se configura na construção do projeto de reforma agrária que tem se instaurado desde 1996 na região do Alto Sertão Sergipano.

O Estudo nos movimentos sociais, sobretudo no MST, tem base teórica a partir dos escritos de Paulo Freire, pois os Sem Terras vem de uma prática de exclusão em que a sociedade brasileira foi constituída e com isso, excluída também do processo de educação, o qual se deu através de uma educação *bancária* que *termina por desconhecer os homens como seres históricos* (FREIRE, 2017, p. 101). Contrariando a isto, o MST busca implantar a educação ainda nos acampamentos, e assim buscando a superação de um processo educativo que desconhece os *homens como seres históricos* e ao contrário, procura desenvolver uma educação, que inclua o sujeito. Nesse sentido, o MST corrobora com os escritos de Freire, quando

(...) reconhecem como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos *em* e *com* uma realidade que, sendo histórica também, é

igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Tem a consciência de sua inconclusão. Ai se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela tem. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanentemente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade. (FREIRE, 2017, p. 101/102).

Esta é a questão que faz o Sem Terra estudar, ou seja, o MST, vê o sujeito como sendo seres inacabados e, portanto, precisam estar em constante formação. É assim que procede os movimentos sociais, ou seja, vai procurando garantir que estes sujeitos, não importando a idade, continuem se construindo no processo em que estão inseridos, seja na luta pela terra, seja nas salas de EJA como educandos-alfabetizando, seja como o mediador do conhecimento, ou ainda, como educadores/as. Os movimentos sociais, e no caso o Movimento Sem Terra, entende que é pela educação que o sujeito *se refaz constantemente na práxis*, pois é na prática da luta que os sem terra se formam, identitariamente e culturalmente.

(...) Está afirmado também que este processo educativo, constituindo-se como um *movimento sociocultural* cujo centro motriz está no processo de formação do sujeito *Sem Terra*, que também se produz como um sujeito cultural, à medida que suas ações e sua forma de atuação na sociedade produz e reproduz um determinado *modo de vida* que ao mesmo recupera, consolida e projeta valores, princípios, convicções, e também um determinado *jeito de conceber as relações sociais* (Williams, 1969) que extrapola os interesses corporativos ou as características diferenciais do grupo social específico dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais sem-terra. (CALDART, 2004, p. 222).

É pela produção e reprodução do modo de vida dos camponeses, que os Movimentos Sociais no Alto Sertão Sergipano tem se inserido na luta por uma educação do campo, e com isso, é que propomos, neste plano, garantir uma formação continuada das/os educadoras/es que atuam na Escola Zumbi dos Palmares e que em sua maioria não tem uma formação voltada para a realidade em que estão inseridos. Assim, propondo a inserção da Pedagogia do Movimento. Como assim Caracteriza Caldrt:

[...] chamamos de *Pedagogia do Movimento*: como afinal se formou/vai se formando esse sujeito coletivo de nome Sem Terra? Como se educam os Sem Terra? No dia a dia da organização coletiva que eles próprios constroem? O raciocínio foi construído assim: *vivências educativas – matrizes formadoras – matrizes pedagógicas* (que então também podem ser uma referência para se construir um *novo modo de se fazer escola*) (2015, p. 29).

[...] A Pedagogia do Movimento destaca a especificidade formadora da luta social e sua organização coletiva sem deslocar a centralidade formadora do trabalho, mas sim tratando-a em seu sentido mais amplo. (2015, p. 31).

Segundo Leite e Freire (2008, p. 01) “*A escola é uma extensão da sociedade, onde as crianças manifestam a sua realidade de relações diversas, apresentando questões recorrentes quanto à formação do sujeito e seu lugar na sociedade*”. Porém, nem sempre, a escola está preparada para desenvolver um trabalho que possa estabelecer relações entre os sujeitos que valorize as vivências dos seus/as educandos/as, ou seja, não desenvolvem práticas que se aproximem da realidade da comunidade em que está inserida.

Assim tem sido na Escola Zumbi dos Palmares a qual se encontra dentro de um assentamento de reforma agrária, mas na maioria das vezes, suas práticas se distanciam da realidade histórico, cultural e de produção que envolve o P. A. Jacaré Curitiba, ou seja, da realidade em que está inserida. Por exemplo, quando se trata da questão produtiva, que, diga-se de passagem, é uma questão urgente dentro do assentamento, pois a mesma é desenvolvida por um projeto de irrigação, que embora, seja fruto da luta pela reforma agrária, está à mercê das estratégias do agronegócio, no qual se faz o uso constante de defensivos químicos sem um controle que possa garantir uma produção saldável, se dando assim, por falta de um processo formativo que transforme essa realidade, a qual pode e deve ser trabalhada pela escola, como espaço de formação existente na comunidade. Pois compreendemos que

[...] a escola pode ajudar as famílias a problematizar aspectos da realidade ainda não percebidos como relevantes e menos ainda como algo que pode ser ‘da alçada’ de jovens estudantes. Não é demais lembrar que, especialmente, na conjuntura atual, a posição das famílias sobre o que acontece na escola ou pela mediação dela pode ser decisiva para continuidade de um trabalho que se coloque contra a política de educação dominante. (CALDART, 2017, p. 158).

Nesse sentido, estamos propondo uma dinâmica a partir da jornada pedagógica para que passemos introduzir uma discussão nas metodologias da educação do campo e da pedagogia do Movimento para assim construirmos um processo que vá de encontro a esta realidade na busca da transformação necessária tanto da escola como da realidade que a envolve, pois entendemos que

A formação continuada de educadores deve ser pensada com base na vivência comunitária e nas práticas sociais nas comunidades; o educador do campo necessariamente precisa estar vinculado ao povo, precisa entender o projeto educativo das escolas do MST e das escolas do campo e, com isso, compreender que a escola não é uma ilha, mas parte desta construção histórica... (RIBEIRO, SANTANA, CAMPELO, ROSSI, GIL E NASCIMENTO. In. CALDART, 2017, p. 49).

Assim, entendemos que o/a educador/a do campo não pode, não deve ser omissos a realidade do campo e o trabalho pedagógico tem que ser pautado na realidade sempre. Pois, o trabalho deve ultrapassar o currículo para dar sentido ao processo de transformação, da escola, da comunidade e da vida dos sujeitos, pois “a base da concepção de escola da Educação do Campo é a ligação forte da escola com a vida” (CALDART, 2017, p. 148). Só assim construiremos na escola a compreensão do sentido da construção da reforma agrária em que estão inseridos, como um processo de contradição social.

11. Objetivo(s) da Atividade

Geral

Promover um curso de formação continuada com os professores da Escola Municipal Zumbi dos Palmares para trazer a discussão da proposta da educação do campo e da Pedagogia do Movimento apresentando possibilidades de construção ou reformulação da proposta pedagógica que contemple a realidade em que a escola está inserida.

Específicos

- Apresentar a discussão da educação do campo, histórico, princípios e propostas;
- Discutir a Pedagogia do movimento, como sendo uma pedagogia da educação do campo como realidade específica, ou seja, a luta pela reforma agrária;
- Abordar a questão do princípio da educação e trabalho como primordial no processo de transformação da escola;
- Propor atividades específicas na construção da educação do campo relacionado ao princípio do trabalho com base na construção do inventário para a relação – escola, trabalho e agroecologia.

12. Metodologia de Execução

A formação/Capacitação se dará dentro da jornada pedagógica inicial do ano letivo de 2019, com temas específicos da educação do campo, procurando situar os/as educadoras/es deste debate. Além disso, pretendemos instiga-los a proporem atividades e metas para o plano de ação da escola que estejam de acordo com o debate da educação do campo propondo atividades no ano letivo de 2019. A formação se estenderá por todo o ano letivo, onde a cada mês, nas horas de estudo, faremos momentos de discussão, debates, avaliação e proposições dentro das metas e atividades estabelecidas no plano de ação na ocasião da jornada

pedagógica, ou seja, serão propostas atividades dentro da jornada inicial para serem realizadas e no decorrer do ano letivo faremos em conjunto o planejamento, execução e avaliação de tais ações.

O curso de formação continuada será organizado a partir dos temas sugerido pela proposta inicial, bem como realização de debates dos referidos temas, seguido de trabalhos em grupos para a construção de propostas de ações dentro dos temas abordados a serem desenvolvidos durante o ano letivo. Fica então organizado, conforme programação abaixo:

12.1. Programação

Data/Hora	Atividade	Tema	Responsável	Coordenação	
12/02/19 <i>Manhã</i>	8:30	Mística	Educação do Campo e trabalho		
	9:00h	Abertura e Apresentação da proposta, plano de trabalho.		Jane e Gidelmo	
	9:30h	Exposição	Educação do campo: histórico, objetivos e princípios	Acácia Daniel	
	10:30	Intervalo			
	10:45	Debate			
	12:30	Almoço			
12/02/19 <i>Tarde</i>	14:00h	Exposição	Pedagogia do Movimento: emancipação do sujeito do campo	Gidelmo Santos	
	14:45	Debate			
	15:30	Intervalo			
	15:45	Exposição	Trabalho, Educação e Agroecologia – experiência prática da Unidade de Produção Camponesa (UPC)	Elielma	
	16:45	Debate			
	17:30	Encerramento			
13/02/19 <i>Manhã</i>	8:00	Mística			
	8:15	Trabalho em grupos	Abordagem dos temas trabalhados na metodologia de trabalho na escola		
	9:00	Filme:	Parir-nos na luta – gerações que fazem escola		
	9:30	Discussão/Reflexões acerca do filme			
	10:0	Intervalo			
	10:15	Plenária	Apresentação das discussões dos grupo		
	12:00	Almoço			
13/02/19 <i>Tarde</i>	14:00	Oficinas	Oficina 1 – Identidade e Cultura na educação infantil e anos iniciais	Valdilecia Feitosa	
			Oficina 2 – Inventário da Realidade da Educação do Campo – anos finais	Gidelmo Santos	

	16:00	Intervalo	
	16:15h	Apresentação dos resultados das oficinas; avaliação; propostas para a hora de estudo; e encaminhamentos finais.	

13. Cronograma de Atividades

Ação	Estratégia para Ação	Mês de Execução
Realização da capacitação/formação com os/as educadores/as e equipe diretiva e pedagógica da escola	Mesas, debates, círculos de cultura, evento cultural, etc.	13, 14 e 15 de fevereiro de 2019
Horas de estudo com os educadores/as e equipe pedagógica da escola	Reuniões de estudo a partir do cronograma definido pela escola	Uma vez a cada mês com a datas a definir

14. Resultados Esperados

Acima de tudo, pretendemos garantir a aproximação da escola com a realidade da comunidade por meio de práticas de ensino que sejam desenvolvidas em sala de aula, ou fora dela, buscando assim uma aproximação de práticas educativas que se aproximem cada vez mais da proposta da educação do campo.

15. Indicadores de Avaliação

A avaliação ocorrerá de forma processual, durante os encontros, fazendo autoavaliação e realizando feedback ao grupo. E ao final teremos a produção de um relatório que apresente todos os trabalhos desenvolvidos, acompanhado das sistematizações das práticas pedagógicas validadas pelo grupo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-imagens**. São Paulo, Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Pedagogia do Movimento**. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação**

do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. (org.). **Caminhos para transformação da escola 3**: Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. (org.). **Caminhos para transformação da escola 4**: trabalho, agroecologia nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

LEITE, Jaciara Oliveira; FREIRE, Juliana de Oliveira. **Relação de Gênero nas Escolas: um estudo sobre as intervenções nas aulas de Educação Física no Centro de Ensino Fundamental da Vila Planalto – DF (UnB)**. Brincadeiras; Gênero; Intervenção Pedagógica. ST 10 - Educação Infantil e Relações de Gênero. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

LUCINI, Marizete. **Formação de Professores e a Educação do/no Campo**. In. SOARES, Maria José Nascimento ... [et al.] (organizadores). *Prodência: Relatos de Vivências em Escolas Públicas*. São Cristóvão: Editora UFS. 2012. P. 17-23.

RIBEIRO, Diana Soares; SANTANA, Cássio Souza; CAMPELO, Felipe Otávio; ROSSI, Lucilânia Alves Bandeira; GIL, Maria de Lima; NASCIMENTO, Maria Helia de Jesus. **Educação em agroecologia: percurso da construção de uma proposta pedagógica para as escolas do campo do extremos Sul da Bahia**. In. CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para transformação da escola 4**: trabalho, agroecologia nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.